

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

Ana Luiza Avelar de Oliveira

**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A PARTIR DOS ANOS 2000**

JUIZ DE FORA
2015

ANA LUIZA AVELAR DE OLIVEIRA

**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL A PARTIR DOS ANOS 2000**

Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Serviço Social, Área de Concentração “Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social”, da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia Duriguetto

JUIZ DE FORA

2015

Aos assistentes sociais comprometidos com a
luta do conjunto da classe trabalhadora.

AGRADECIMENTOS

Ao final dessa jornada de aprendizado é chegado o momento de agradecer aos que caminharam comigo em meio a angústias, aprendizados e alegrias proporcionados por este processo.

A Deus, por sempre estar ao meu lado.

Aos meus pais, Carlos e Lilian, por todo carinho e ensinamento que me dão ao longo de minha vida. Por tentar entender minhas questões e dúvidas e por estarem sempre presentes, apesar da distância geográfica.

A minha irmã Amanda que, apesar de cada uma a sua maneira, passamos por situações semelhantes em nossos mestrados e juntas fomos melhores por dividirmos nossas experiências.

Ao Maurilio, por ser meu companheiro, meu amigo, meu amor. Por me dar forças quando eu já achava que não as possuía mais e por sempre confiar em minhas escolhas.

Aos meus amigos de longa data que compreenderam a importância desse momento em minha vida e entenderam meus momentos de “ausência”.

A Carol, pelo carinho diário, compreensão quanto a minhas questões, por entender os “meus momentos” e pelas inúmeras demonstrações de afeto.

A minha querida orientadora Malu, que mais do que apenas me orientar foi meu ombro amigo nesse processo, dividindo comigo minhas ansiedades e inseguranças. Obrigada pela disponibilidade e pela dedicação ao meu trabalho.

As amigas que se construíram a partir desses dois anos de mestrado, em especial a Paula, pelas leituras, conselhos (pessoais e acadêmicos), disponibilidade e caronas; a Susana, por ser minha conselheira, me fazendo enxergar a razão e também pelas saídas após os “momentos de tensão”.

A professora Cláudia Mônica pela generosidade em dividir a sala de aula comigo, por todo apoio durante esse período e pelas contribuições na banca de qualificação.

A professora Rosângela, que desde a graduação vem sendo uma inspiração pra mim. Obrigada por ainda no início da graduação me fazer entender o quão maravilhosas foram as descobertas de Marx e por ter me motivado sempre a querer saber mais.

A professora Alejandra pela disponibilidade em participar da minha banca de defesa.

Aos companheiros e funcionários do CRESS pelo aprendizado coletivo e pelas relações de amizade que temos construído ao longo desse primeiro ano de gestão.

Agradeço por fim a todos os professores e técnicos administrativos da faculdade de Serviço Social da UFJF.

O trabalhador, portanto, só se sente à vontade em seu tempo de folga, enquanto no trabalho se sente contrafeito. Seu trabalho não é voluntário, porém imposto, é *trabalho forçado*. Ele não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades.

Karl Marx

RESUMO

A proposta desta dissertação é realizar uma análise crítica das condições de trabalho do assistente social na política de assistência social. O objetivo deste trabalho é identificar quais as condições de trabalho a que os assistentes sociais estão submetidos nessa política, considerando as transformações societárias ocorridas no capitalismo contemporâneo, às consequências para as políticas sociais, em especial a política de assistência social e as transformações processadas no interior da profissão. Para tanto, será realizada uma pesquisa bibliográfica e documental acerca das determinações centrais que perpassam as condições de trabalho do assistente social, bem como uma pesquisa em fontes como anais dos ENPESS e CBAS, CadSUAS, Censo SUAS e nos relatórios de fiscalização do CRESS 6ª Região/Seccional Juiz de Fora.

Palavras-chave: Serviço Social, política de assistência social, condições de trabalho, governos PT.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to achieve a critical analysis of the working conditions of social workers in social assistance policy. This paper aims to identify the working conditions that social workers are submitted in this policy, considering the societal changes occurred in contemporary capitalism, the consequences for social policies, in particular on social assistance policy and the transformations processed inside the profession. For this, a bibliographic and documentary research on the central determinations that underlie the working conditions of social workers will be held as well as a research sources such as annals of ENPESS and CBAS, CadSUAS, Census ITS and the CRESS 6th Region/ Sectional Juiz de Fora inspection reports.

Keywords: Social Work, social assistance policy, work conditions, PT's governments.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E SERVIÇO SOCIAL: um cenário de desafios	19
1.1 Transformações no padrão de acumulação e no regime de regulação	19
1.2 A particularidade brasileira	37
1.2.1 Rupturas e continuísmos nos governos PT	46
1.2.2 A política de assistência social a partir da LOAS e da PNAS	57
1.2.2.1 A centralidade da política de assistência social e os programas de transferência de renda	62
1.3 Fundamentos do trabalho do assistente social	69
1.3.1 As transformações no âmbito da profissão a partir da década de 1980	74
1.3.2 Os anos petistas e os rebatimentos no Projeto Ético Político profissional	79
CAPÍTULO II – SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONDIÇÕES DE TRABALHO E DE AÇÃO PROFISSIONAL	87
2.1 A condição de trabalhador assalariado do assistente social	87
2.2 As condições de trabalho do assistente social na política de assistência social	97
2.3 Análise das condições de trabalho do assistente social	106
2.3.1 Produção do conhecimento do Serviço Social: condições de trabalho e de ação profissional no âmbito da política de assistência social	108
2.3.1.1 Síntese das principais características do mercado e das condições de trabalho apresentadas nos ENPESS e CBAS	132
2.3.2 Análise dos dados do CENSO SUAS	141
2.3.3 Análise dos dados do CRESS	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161
ANEXOS	168
ANEXO 01	168

INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado é resultado da conclusão dos estudos desenvolvidos durante o Mestrado do Programa de pós-graduação em Serviço Social da UFJF, bem como de toda minha trajetória acadêmica e profissional.

A expansão da política de assistência social, nos anos 2000, se deu em uma conjuntura política em que os programas de combate à pobreza se tornaram o principal mecanismo de enfrentamento das desigualdades sociais. A implementação e operacionalização desta política focalizada e seletiva, voltada para os segmentos mais pauperizados da população, ampliaram as possibilidades de inserção no mercado de trabalho para o assistente social. Esta expansão nos motivou a refletir sobre as condições de trabalho do assistente social nesta política, no município de Juiz de Fora, a partir dos governos PT.

A opção pelo estudo do tema desta dissertação advém da minha trajetória acadêmica e profissional. Na graduação, a inserção no grupo de pesquisa “Públicas, Trabalho e Mercado de Trabalho” possibilitou uma primeira aproximação às discussões sobre a configuração do mercado de trabalho frente às investidas do capital, na tentativa de manutenção das taxas de lucro. Para a realização do Trabalho de Conclusão do Curso, indagações a respeito das condições de trabalho do assistente social surgiram, por esse motivo, foi realizada uma primeira aproximação ao mercado e às condições de trabalho do assistente social a partir de pesquisas publicadas no XI e no XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). Posteriormente, no curso de especialização Serviço Social e Políticas Sociais, organizado pela Faculdade Governador Ozanam Coelho (FAGOC), percebeu-se que, dentre as profissionais que a cursavam, a maioria estava inserida na política de assistência social.

No que concerne à experiência profissional, minha primeira inserção no mercado de trabalho foi na política de assistência social desenvolvida pela Prefeitura Municipal de Santos Dumont. Lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, tive a oportunidade de compreender o local que a política social ocupa na seguridade social, atendendo às necessidades que não são supridas por outras políticas sociais, como habitação, saúde, dentre outras. Em um segundo momento, devido à aprovação no Programa de Mestrado em Serviço Social da UFJF, trabalhei em uma organização não governamental, que atende pessoas em situação de rua. A partir de uma inserção precária, sem contrato formal de trabalho, para uma jornada de trabalho de 15 horas semanais, e a partir do contato com outros profissionais que

atuavam na mesma situação que eu me encontrava, pude perceber a crescente precarização a que os profissionais vêm sendo submetidos.

Uma vez que já havia feito uma primeira aproximação às condições de trabalho do assistente social antes de me inserir neste, a partir da trajetória profissional as inquietações aumentaram, o que aumentou meu interesse pelo estudo do tema proposto. Dessa forma, as razões que me levaram a questionar as condições de trabalho do assistente social na política de assistência social são frutos de inquietações que surgiram desde a graduação.

Acredito que a pesquisa em Serviço Social, é de suma importância para a compreensão tanto das relações de trabalho do profissional, quanto do usuário, de tal forma que estas

têm contribuído para avanços significativos em diferentes campos da ação profissional, no âmbito das políticas públicas, no enfrentamento das expressões da questão social em diferentes momentos históricos, na construção da proposta curricular e definição dos seus fundamentos teóricos e metodológicos, na consolidação do projeto ético-político profissional, entre outros aspectos (BOURGUIGNON, 2007, p. 47).

Durante a realização do trabalho de conclusão de curso intitulado “O trabalho do assistente social hoje: uma aproximação ao mercado e às suas condições de trabalho” (2011) foi possível perceber que existem poucas pesquisas que versem sobre o mercado e as condições de trabalho do profissional¹, o que me levou a indagar sobre as mudanças nas condições de trabalho do assistente social, a partir do grande crescimento da política de assistência social, que ocorreu nos governos PT. Uma vez que a última pesquisa realizada em âmbito nacional² teve seus dados coletados em 2004, segundo ano do primeiro mandato de Lula, acredito não ter sido possível identificar grandes mudanças nas condições de trabalho do assistente social. Hoje, uma década depois, questiono quais mudanças houve nas condições de trabalho deste profissional e pretendo, a partir deste estudo, identificá-las.

Segundo Netto (1996, p.89), “a explicação e compreensão das alterações profissionais, como um só processo analítico, exige tanto o desvendamento das transformações societárias quando o exame do complexo da profissão que se quer o objeto da reflexão”.

Nesse sentido, o estudo da profissão deve ser feito entendendo o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho na esfera da reprodução social e

¹ É importante frisar que na execução deste trabalho apresentado anteriormente foram utilizadas pesquisas que se vinculam a Rede de Pesquisa do Trabalho do Assistente Social – RETAS, cujas pesquisas/estudos e produção se assentam na temática geral do mercado de trabalho, condições de trabalho dos assistentes sociais em diferentes espaços sócio ocupacionais.

² A pesquisa foi realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social em parceria com a Universidade Federal de Alagoas.

o assistente social como trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho em troca de um correspondente monetário. Dessa forma, para compreendê-la, é importante ter clareza de que ela se gesta e se desenvolve tendo como cenário um contexto de afirmação da hegemonia do capital industrial e financeiro, no qual novas expressões da questão social emergiam. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004).

Sendo assim,

o ponto de partida para a análise do Serviço Social é o de que a profissão é tanto um dado histórico, indissociável das particularidades assumidas pela formação e desenvolvimento da sociedade brasileira no âmbito da divisão internacional do trabalho, quanto resultante dos sujeitos sociais que constroem sua trajetória e redirecionam seus rumos. Considerando a historicidade da profissão – seu caráter transitório e socialmente condicionado – ela se configura e se recria no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade, fruto de determinantes macro sociais que estabelecem limites e possibilidades ao exercício profissional, inscrito na divisão social e técnica do trabalho e nas relações de propriedade que a sustentam. Mas uma profissão é, também, fruto dos agentes que a ela se dedicam em seu protagonismo individual e coletivo (IAMAMOTO, 2002, p. 18; 19).

Dessa forma, por considerar que a profissão é fruto de determinantes macro sociais, para a compreensão da profissão na contemporaneidade é necessário analisar as mudanças que se processam no mundo do trabalho e na atuação do Estado. Portanto, se faz necessária uma análise do processo de reestruturação produtiva e da condução neoliberal das ações do Estado, que conforme Marconsin e Forti (2001) “são dois aspectos de uma unidade indivisível”, bem como analisar como se configura atualmente o mercado de trabalho do assistente social, atentando para a totalidade de suas possibilidades de intervenção profissional e para as condições de trabalho que permeiam a profissão.

A flexibilização do padrão de acumulação conduziu a uma flexibilização das relações de trabalho, que refletiu em desregulamentação dos direitos trabalhistas, terceirizações, contratos temporários e rebaixamentos dos salários. Outro fator desse processo de flexibilização são os cortes feitos no chamado “fator trabalho”, que cria embates entre os movimentos dos trabalhadores e aumenta cada vez mais, segundo termo de Marx (1980c), o “exército industrial de reserva”. Ainda atrelado a este processo, tem-se a “desresponsabilização” do Estado com as políticas sociais, fazendo com que estas se configurem cada vez mais de forma focalizada, descentralizada e privatizada, não sendo, também, necessariamente função exclusiva do Estado, mas também de setores específicos da sociedade, como a responsabilidade social das empresas e as iniciativas particulares de grupos

e organizações. Tais questões impactam diretamente no cotidiano de trabalho do assistente social, visto que este atua na formulação e execução das políticas públicas.

Nesse sentido, para proceder a uma análise da profissão que a compreenda em sua totalidade, é necessário não somente um estudo das demandas sociais já consolidadas, mas sim analisá-la na sua inserção na dinâmica da sociedade que, constantemente, cria e recria novas demandas que podem ser capazes de promover mudanças no cotidiano de trabalho profissional.

Tais demandas, que são geradas pelas permanentes e novas expressões da “questão social”³, expressam disparidades econômicas, políticas e culturais entre classes e seus conflitos. (IAMAMOTO, 2006).

O objeto de trabalho dos assistentes sociais é as mais diferentes expressões da questão social, o que situa o cotidiano destes profissionais em um espaço marcado por diversos interesses e correlações de forças que se expressam de forma diferenciada nos diversos espaços sócio-ocupacionais desses profissionais. Dessa forma, para se compreender como se configura o mercado e as condições de trabalho desses profissionais, é necessário ter clareza das condições que perpassam seu cotidiano profissional.

Há atualmente, devido à expansão da política de assistência social, uma centralidade desta no mercado de trabalho dos assistentes sociais. Para compreender quais as condições de trabalho dos profissionais inseridos nessa política, é preciso proceder à análise considerando as mudanças que se processam na sociedade capitalista. Nesse sentido, é necessário compreender os impactos das contrarreformas que vem ocorrendo no país a partir da década 1990 nas condições de trabalho da classe trabalhadora de modo geral e as particularidades desse impacto no trabalho do assistente social.

O percurso metodológico que adotamos para a problematização e análise deste objeto situa-se na perspectiva do método materialista histórico dialético. Marx considera como categoria central do método a totalidade, uma vez que só é possível entender a sociedade a partir da relação entre estrutura e superestrutura, ou seja, a partir de uma abordagem de totalidade na sociedade.

³ Segundo Iamamoto (2006), a questão social está intrinsecamente vinculada à organização da sociedade capitalista, na qual acirra as relações de desigualdade, miséria e pobreza, visto que a produção social é cada vez mais coletiva, enquanto sua apropriação mantém-se monopolizada por uma parte da sociedade, expressando disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, atingindo a vida dos sujeitos numa luta pela cidadania e no embate pelo respeito aos direitos políticos, sociais, civis e humanos.

De acordo com Kosik (1985, p.36) a dialética da totalidade não pretende conhecer todos os aspectos da realidade, oferecendo um quadro “total” da realidade, e não é um “método para captar e exaurir todos os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade” e sim é a teoria da realidade como totalidade concreta.

Para Kosik (op. cit.) então totalidade, na realidade não significa todos os fatos. “Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (ibid p.35).

Para Marx (2011, p. 55), a totalidade concreta, entendida como totalidade de pensamento, como um concreto pensado, é de fato um produto do pensar, mas não pode ser considerada como um produto do conceito e sim um produto da elaboração da intuição e da representação em conceitos. Segundo Kosik (1985, p.40), o ponto de vista da totalidade concreta é o princípio metodológico da investigação dialética da realidade social, sendo que esta noção de totalidade significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Dessa forma, a partir da recíproca conexão e mediação da parte e do todo, significam ao mesmo tempo que “os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concreticidade” (id. ibid., p. 41).

Dessa forma, a compreensão dialética da totalidade significa que, além de entender as conexões e relações das partes entre si e com o todo, também é preciso compreender que o todo não poder ser petrificado na abstração situada por cima das partes, uma vez que o todo se cria a si mesmo na interação das partes.

Nesse sentido, trataremos, no primeiro capítulo, da contextualização dos determinantes macrossociais, que estabelecem o terreno sócio-histórico em que a profissão se realiza, seus limites e suas possibilidades, como as mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir da crise de 1970; a particularidade sócio-histórica brasileira e os fundamentos do trabalho do assistente social. Tomaremos como referência para a discussão autores que orientam o debate sobre as mudanças no mundo do trabalho, as políticas sociais, a assistência social e o Serviço Social, como Antunes (1999; 2005; 2013), Behring e Boschetti (2008), Draibe (1993), Laurell (1997), Duriguetto (2007), Filgueiras e Gonçalves (2007), Pastorini e Galizia (2007), Mota (2008; 2010), Yamamoto e Carvalho (2004), Yamamoto (2006; 2011), Netto (1989; 2005; 2007; 2008), dentre outros.

O trabalho no capitalismo é desenvolvido a partir da modalidade de trabalho assalariado, o que limita o desenvolvimento das capacidades humanas devido a sua parcialidade, fragmentação e submissão a um modelo de sociedade no qual os meios de produção e as riquezas socialmente produzidas são apropriados privadamente, fundamentado na exploração da força de trabalho e na apropriação da mais-valia.

Com a final da segunda Guerra Mundial o capitalismo viveu seus “anos de ouro”, marcado por uma fase de ampliação da intervenção do Estado, com a consolidação do *Welfare State*, que propiciou a constituição dos sistemas de Seguridade Social, possível devido à expansão do capitalismo e das políticas de pleno emprego.

Com a crise que se inicia na década de 1970, tem-se a construção de um cenário oposto, desregulamentação das conquistas consolidadas ao longo dos “trinta anos gloriosos”. As principais medidas de resposta à crise se fundamentam na reestruturação produtiva, na flexibilização das relações trabalhistas, na implementação do ideário neoliberal e na financeirização da economia. O Estado é apontado como o grande “vilão”, sendo visto como o principal responsável pela crise, sendo necessário uma “reforma” deste, para que haja uma redução dos “gastos sociais” e a economia possa crescer novamente. Como uma das propostas de redução de gastos tem-se o desmonte das políticas sociais nos países centrais e nos países periféricos. Nesse momento, os países da América Latina viviam processos de ditaduras militares e tais medidas de redução de gastos foram mais “nocivas” nesses países, uma vez que neles não foram construídos os modelos de *Welfare State* que estavam em xeque nos países centrais.

O período autocrático burguês, no Brasil, foi marcado por lutas e organização dos movimentos sociais que eram reprimidos coercitivamente pelo Estado porém, com a abertura democrática, se desenha um processo de conquista de direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988. Nesse processo, tem-se a constituição do sistema de Seguridade Social no Brasil.

Em meados da década de 1990 no entanto, tem-se a implementação do ideário neoliberal no Brasil, promovendo um retrocesso dos direitos consolidados com a Constituição. É a partir desses fatores que, devido à orientação dos organismos multilaterais, tem-se a privatização e focalização das políticas sociais e o crescimento da política de assistência social bem como a criação dos programas de transferência de renda.

A partir dessa conjuntura, trataremos dos fundamentos do Serviço Social e das mudanças que vem ocorrendo no interior da profissão desde esse período. As conquistas

garantidas pela profissão, no que concerne à elaboração de seu projeto ético-político com base na teoria crítica, são tensionadas pela forma como as políticas sociais, principal espaço de trabalho do assistente social, se conformam na atualidade.

Na última década, tem-se um crescimento significativo da política de assistência social, o que a leva a assumir centralidade em relação às demais políticas sociais. Tais mudanças alteram o mercado de trabalho para o assistente social, uma vez que, como explicitado anteriormente, estas são seu principal espaço de trabalho.

No segundo capítulo, trataremos mais especificamente das condições de trabalho na política de assistência social, abordando as recentes mudanças nesta política. Explicitaremos aqui o pensamento de autores como Iamamoto (2009a; 2011), Raichelis (2010; 2011), Cisne (2012), dentre outros.

Abordaremos a condição de trabalhador assalariado do assistente social, indicando como as mudanças que se processam em nível macrossocial afetam a profissão. Consta-se que a precarização do trabalho, que atinge o conjunto da classe trabalhadora, é materializada no interior da profissão com as terceirizações, contratos precários, dentre outros. Discutiremos as condições de trabalho do assistente social na política de assistência social e como vem sendo precarizadas as relações de trabalho nessa política.

Por fim, neste capítulo, traremos as pesquisas que serviram de base para este trabalho. A proposta inicial para nossa análise era investigarmos os relatórios do Setor de Orientação e Fiscalização (SOFI) da Seccional Juiz de Fora/CRESS 6ª Região. No entanto, quando iniciamos a pesquisa, percebeu-se que este seria insuficiente para nos fornecer os dados sobre as condições de trabalho do assistente social no município, visto que o questionário não possui elementos suficientes que nos possibilitasse realizar a análise somente com os dados apresentados neste. Por esse motivo, recorreremos à outras fontes de pesquisa, em que nos ativemos nos relatos de pesquisa sobre condições de trabalho do assistente social na política de assistência nos últimos ENPESS e CBAS; dados apresentados no CENSO SUAS de 2013 (feita a partir de dois momentos, sendo o primeiro com dados mais amplos do Brasil e do Estado de Minas Gerais e, em um segundo momento, com os dados de Juiz de Fora), no intuito de trazer mais elementos para enriquecer nossa análise.

A partir das análises contidas nesse trabalho, podemos afirmar que a inserção do assistente social na política de assistência social ocorre de forma precarizada, sendo que esta precarização não ocorre somente pelo tipo de vínculo, remuneração ou jornada de trabalho desses profissionais, mas a partir de um conjunto de questões que compõem o cotidiano de

trabalho profissional que influenciam tanto em suas condições objetivas de vida, quanto em sua autonomia profissional. Constatou-se que devido à instabilidade dos vínculos de trabalho a que os assistentes sociais são submetidos, existe um processo de adoecimento laboral causado pela incerteza e insegurança geradas pelos contratos por projetos ou tempo determinado.

No que concerne à participação política dos assistentes sociais, constatamos a inexistência de atuação política dos profissionais nos sindicatos por ramo de atividade para denunciar e combater a precarização de suas relações de trabalho na política. Isso é atribuído, pelos profissionais, à incredulidade à essas organizações quanto à necessidade de se inserirem em mais de um espaço de trabalho, ocupando as “horas livres” com outros empregos.

Acreditamos que somente a partir da articulação política, da participação nos sindicatos e nas entidades da categoria é que poderemos reverter esse quadro de precarização, para tanto, é necessário que juntemos esforços coletivos para mobilizar nossa categoria profissional, bem como outras parcelas da classe trabalhadora para juntos lutarmos pela garantia de melhores condições de trabalho.

CAPÍTULO I – TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E SERVIÇO SOCIAL: um cenário de desafios

1.1 Transformações no padrão de acumulação e no regime de regulação

Discutir e compreender quais as condições de trabalho do assistente social na contemporaneidade requer que o pesquisador, em um primeiro momento, realize uma análise sobre as mudanças que vem ocorrendo em nível macro societário e os impactos destas na profissão.

É importante que se proceda à análise compreendendo assim como colocado por Lukács (1978), que a totalidade é um complexo de complexos⁴. Dessa forma as transformações realizadas na sociedade capitalista, como as mudanças no padrão de acumulação e o papel do Estado perante o financiamento de políticas públicas, tem influência direta sobre as mudanças no interior da profissão.

Segundo Yamamoto,

Há muito tempo, desde os anos 1980, vem-se afirmando que o Serviço Social é uma *especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade*. Ora, essa afirmativa não é sem consequências. As mudanças históricas estão hoje alterando tanto a divisão do trabalho na sociedade, quanto à divisão técnica do trabalho no interior das estruturas produtivas, corporificadas em novas formas de organização e de gestão do trabalho. Sendo o Serviço Social uma especialização do trabalho na sociedade, não foge a esses determinantes, exigindo apreender os processos macroscópicos que atravessam todas as especializações do trabalho, inclusive, o Serviço Social (IAMAMOTO, 2006, p.22).

Nesse sentido, tem-se como ponto de partida para esse trabalho a explicitação das formas de organização da produção e do Estado, particularmente nos pós-40 do século passado e as transformações ocorridas na contemporaneidade.

⁴ De acordo com Lukács (1978) a totalidade é uma unidade de complexos. Para o sujeito conhecer a realidade em sua totalidade, é necessário desvendar os complexos que a compõe. O real é complexo porque é síntese de múltiplas determinações, de relações sociais, históricas, de produção, ideológicas, dentre outras, que se interligam e constituem as mediações da sociabilidade humana. Para Lukács (1978) uma abordagem genética da complexidade do objeto real é a descoberta da processualidade histórica que articula sua gênese com a configuração presente, ou seja, para conhecer o objeto é necessário conhecer também o processo histórico que lhe consolida e não apenas sua forma presente.

Uma característica própria do sistema capitalista é a capacidade de ampliar a pobreza ao mesmo tempo em que se têm avanços produtivos, em que, segundo a lei geral da acumulação capitalista⁵, tem-se uma crescente apropriação concentrada da riqueza, enquanto a produção social é cada vez mais coletiva. Essa é a determinação fundante da “questão social” que põe em confronto as duas classes fundamentais do capital (os detentores dos meios de produção e os da força de trabalho). A partir do confronto entre capital e trabalho surge a necessidade do Estado dar respostas às demandas postas pelas classes (ou por extratos delas) vulnerabilizados pela “questão social”.

As políticas sociais são uma mediação fundamental da ação do Estado sobre as sequelas da “questão social”, que age a partir de suas funções econômicas, políticas e sociais, na administração das contradições na tentativa de garantir a legitimidade social estatal. Essas políticas são, ao mesmo tempo, resultado da ação de movimentos sociais que se mobilizam e pressionam o Estado a dar respostas às necessidades sociais de reprodução social, mesmo que estas sejam insuficientes e limitadas.

As respostas são dadas pelo Estado de forma a fragmentar a “questão social”, recortando-a em problemas sociais particulares, dificultando a identificação destes como resultado de um mesmo processo, provocando a atomização das demandas e a competição entre os segmentos que requerem acesso a parcelas do fundo público.

É nessa arena de disputas que pode-se compreender a generalização das políticas sociais na fase de desenvolvimento do capital na era fordista.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o capitalismo passou por três décadas de grande desenvolvimento econômico, no qual apresentava resultados econômicos nunca antes vistos. Nessa época a produção se assentava sobre o padrão de acumulação taylorista-fordista que se baseava na produção em massa e em série de mercadorias. Tal produção se estruturava de forma mais homogeneizada e enormemente verticalizada, sendo que grande parte da produção necessária era realizada internamente buscando reduzir o tempo e aumentar o ritmo de trabalho e combater o “desperdício”, a fim de intensificar as formas de exploração (ANTUNES, 1999, p.36-37).

⁵ De acordo com Marx (1980a, p.747) o tamanho relativo do exército industrial de reserva cresce com as potências da riqueza, “mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior será a massa da superexploração consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho”. Ainda, quanto maior essa camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, maior será, usando a terminologia oficial, o pauperismo. Para Marx esta é a lei *geral, absoluta, da acumulação capitalista*.

A base desse padrão produtivo centrava-se no trabalho “parcelar e fragmentado”, no qual havia a decomposição das tarefas, que reduzia a ação do trabalhador a “um conjunto repetitivo de atividades”, que somados, resultavam no trabalho coletivo produtor de mercadorias (Antunes, 1999, p. 37).

Paralelamente à perda de destreza do *labor* operário anterior, esse processo de *desantropomorfização do trabalho* e sua conversão em apêndice da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do sobretalho. A mais-valia extraída *extensivamente*, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo da sua dimensão *absoluta*, intensificava-se de modo prevalecente a sua extração *intensiva*, dada pela dimensão relativa da mais-valia. A subsunção real do trabalho ao capital, própria da fase da maquinaria, estava consolidada (id. *ibid.*, p.37).

Agregado a esse padrão de produção tem-se a política econômica keynesiana, que defendia uma intervenção do Estado na economia, visando à reativação da produção. De acordo com Behring e Boschetti, o “Estado, com o keynesianismo, tornou-se produtor e regulador, o que não significava o abandono do capitalismo ou a defesa da socialização dos meios de produção” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.84).

Ainda segundo as autoras (id. *ibid.*, p.85), a proposta keynesiana explicitava que a operação da *mão invisível* do mercado não produziria, necessariamente, a harmonia entre o interesse egoísta dos agentes econômicos e o bem-estar global, como ficou demonstrado pela grande depressão e pela guerra. Dessa forma, a partir de escolhas individuais de parte do empresariado e dos consumidores e assalariados, situações de crise poderiam ser geradas, o que ocasionaria em uma insuficiência de demanda efetiva e ociosidade de homens e máquinas (desemprego).

Keynes acreditava que o Estado, sendo um agente externo e dessa forma árbitro e neutro, tem legitimidade para intervir a partir de um conjunto de medidas econômicas e sociais. Dessa forma, então, caberia ao Estado o papel de reestabelecer o equilíbrio econômico, devendo, então, intervir na economia no intuito de superar os problemas de demanda efetiva.

Nesse sentido, a política keynesiana, a partir da ação do Estado, vai na direção de

[...] elevar a demanda global, antes de evitar a crise, vai amortecê-la através de alguns mecanismos, que seriam impensáveis pela burguesia liberal *stricto sensu*. São eles: a planificação indicativa da economia, na perspectiva de evitar os riscos das amplas flutuações periódicas; a intervenção na relação capital/trabalho através da política salarial e do “controle de preços”; a distribuição de subsídios; a política fiscal; a oferta de créditos combinada a

uma política de juros; e as políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.85-86).

No intuito de não cair na recessão, provocada por decisões de agentes econômicos individuais, como o empresariado, a política keynesiana tinha como perspectiva um programa fundado em dois pilares, sendo eles o pleno emprego, que deveriam ser gerados em serviços públicos, além da produção privada, e a maior igualdade social, por meio da instituição de serviços públicos, como as políticas sociais.

Segundo o keynesianismo,

(...) o bem-estar ainda deve ser buscado individualmente no mercado, mas se aceitam intervenções do Estado em áreas econômicas, para garantir a produção, e na área social, sobretudo para as pessoas consideradas incapazes para o trabalho: idosos, deficientes e crianças. Nessa intervenção global, cabe, portando, o incremento das políticas sociais (id. *ibid.*, p 86).

Aliado à política keynesiana, tem-se também a instauração do plano Beveridge, que propõe a intervenção do Estado nas políticas sociais e a instituição do *Welfare State*. De acordo com o sistema beveridgiano, “os direitos têm caráter universal, destinados a todos os cidadãos incondicionalmente ou submetidos a condições de recursos, mas garantindo mínimos sociais a todos em condições de necessidade” (BOSCHETTI, 2009, p.325).

Enquanto os benefícios assegurados pelo modelo bismarckiano se destinam a manter a renda dos trabalhadores em momentos de risco social decorrentes da ausência de trabalho, o modelo beveridgiano tem como principal objetivo a luta contra a pobreza (BEVERIDGE, 1943 apud BOSCHETTI, 2009). Conforme interpretação de Marshall (apud BEHRING; BOSCHETTI, 2008), o *Plano Beveridge* realizou uma fusão de medidas esparsas já existentes, ampliando e consolidando os vários planos de seguro social, padronizando os já existentes e incluindo novos.

Segundo Mishra (1995, apud BEHRING e BOSCHETTI, 2008) os princípios que estruturam o *Welfare State* são apontados pelo *Plano Beveridge*, sendo eles:

(...) 1) responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevado nível de emprego; prestação pública de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços sociais pessoais; 2) universalidade dos serviços sociais; e 3) implantação de uma “rede de segurança” de serviços de assistência social (id. *ibid.*, p.94).

Para Esping-Andersen (1991, p.101) “o *welfare state* não pode ser compreendido apenas em termos de direitos e garantias”, é preciso considerar também a forma como as atividades estatais se entrelaçam com o papel do mercado e da família em termos de provisão social. Para o autor são estes os três princípios mais importantes que devem ser elaborados antes de criar qualquer especificação teórica do *welfare state*. Ao analisar a relação entre os três princípios acima descritos, Esping-Andersen (op. cit.) encontra três tipos de regimes de *welfare state*, nos quais há variações nas formas de participação entre Estado, mercado e família. Em um dos grupos tem-se o *welfare state* “liberal”, no qual há o predomínio da assistência aos comprovadamente pobres, ficando reduzidas as transferências universais ou os planos modestos de previdência social. Nesse tipo de *welfare state* os benefícios se destinam principalmente a uma parcela da população de baixa renda, geralmente da classe trabalhadora ou dependentes do Estado, sendo as regras para habilitação aos benefícios estritas e às vezes associadas ao estigma, sendo estes tipicamente modestos. Os regimes de *welfare state* “liberal” minimizam os efeitos da desmercadorização⁶ e edificam uma ordem de estratificação que promove uma mistura de igualdade relativa da pobreza entre os que são beneficiários do Estado, serviços diferenciados pelo mercado e um dualismo político de classe entre ambas as camadas sociais (id. ibid., p.108).

O autor caracteriza um segundo tipo de regime como *welfare states* conservadores e fortemente “corporativistas”, no qual nas nações onde este se desenvolveu nunca houve uma obsessão liberal com a mercadorização e a eficiência do mercado. Nesse tipo de regime o que predominava era a preservação das diferenças de *status*, ficando os direitos, portanto ligados à classe e ao *status*. O edifício estatal, nos *welfare state* corporativistas estava pronto para substituir o mercado na função de provedor de benefícios sociais, dessa forma a previdência privada e os benefícios ocupacionais extras desempenham um papel secundário. O fato de preservar as diferenças de *status* mostra que o seu impacto no que concerne à redistribuição é ínfimo (op. cit.).

O terceiro regime é evidentemente o menor e se baseia nos princípios de universalismo e desmercadorização dos direitos sociais estendidos também às novas classes médias. Esse pode ser chamado de *welfare state* “socialdemocrata”, devido à força dominante da socialdemocracia por trás da reforma social, que propunham um regime de *welfare state* que promovesse a igualdade com os melhores padrões de qualidade, não apenas uma igualdade das necessidades mínimas, como proposto nos outros modelos. Dessa forma

⁶ Para Esping-Andersen (1991, p.102) “a desmercadorização fortalece o trabalhador e enfraquece a autoridade absoluta do empregador”, sendo este o motivo dos empregadores sempre se oporem a ela.

procurou-se elevar a níveis compatíveis com os gastos das classes médias os serviços e benefícios, além de garantir aos trabalhadores a participação plena na qualidade dos direitos disfrutados pelos mais ricos, sendo possível aos trabalhadores braçais desfrutar de direitos idênticos ao dos empregados administrativos ou funcionários públicos. Nesse regime todas as camadas são incorporadas ao sistema universal de seguros, entretanto os benefícios diferem de acordo com os ganhos habituais. Uma vez que esse regime garante o mesmo *status* do direito ao trabalho e de proteção à renda, os custos com manutenção desse sistema são altos, dessa forma é preciso minimizar os problemas sociais e maximizar os rendimentos, a partir da adoção do pleno emprego (op. cit.).

Segundo Behring e Boschetti (2008), o trabalho do autor revela a importância da expansão das políticas sociais e que estas não ocorreram da mesma forma em todos os países capitalistas. É importante frisar, também, que segundo Esping-Andersen (1991) apesar de formarem um grupo, não existe um único caso puro de *welfare state*, o que ocorre na realidade é a incorporação de um regime em outro.

Segundo Antunes (1999), no início dos anos 1970, o capitalismo começou a apresentar um quadro crítico, como a queda da taxa de lucro, devido a fatores como as lutas sociais que levaram ao aumento do valor pago pela força de trabalho; o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, que devido ao quadro de desemprego estrutural que se iniciava, promoveu uma retração do consumo; a hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia em relação aos capitais produtivos e que começava a colocar o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação; maior concentração de capitais devido às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas.

A crise do *welfare state* e de seus mecanismos de funcionamento, segundo os ideólogos neoliberais, levaram à crise fiscal do Estado capitalista, gerando a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado. Assim, assistimos ao incremento acentuado das privatizações, que ocorreram devido a elementos como “tendência generalizada às desregulações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho” (ANTUNES, 1999, p. 30). A crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro mais complexo, que representava uma crise estrutural do capital, no qual havia uma tendência decrescente da taxa de lucro, devido aos fatores acima mencionados (id. *ibid.*, p.31).

Marx (1980a), ao analisar as crises do sistema capitalista, concluiu que existe uma lei de queda gradual na taxa de lucro, que se explica uma vez que esta é calculada a partir da

relação entre mais-valia sobre capital constante mais capital variável (taxa de lucro= $m/c+v$). De acordo com Marx, o aumento de mais-valia ocorre em proporção cada vez menor, não acompanhando o aumento da produtividade. Para se ter um aumento de produtividade, é preciso investir muito em capital constante, mas a mais-valia não acompanha tal aumento, ou seja, o que ocorre é um crescimento em um ritmo acelerado do capital constante e um crescimento mais lento de mais-valia. Na medida em que se aumenta o investimento em capital constante e diminui-se em capital variável, ou seja, “a massa global de trabalho vivo adicionada aos meios de produção decresce em relação ao valor desses meios de produção” (MARX, 1980a, p. 246) a mais-valia diminui em relação ao valor de todo capital investido. Nesse sentido, constata-se haver uma tendência à queda da taxa de lucro.

A tendência gradual, para cair, da taxa geral de lucro é, portanto apenas expressão, peculiar ao modo de produção capitalista, do progresso da produtividade social do trabalho. A taxa de lucro pode, sem dúvida, cair em virtude de outras causas de natureza temporária, mas ficou demonstrado que é da essência do modo capitalista de produção, constituindo necessidade evidente, que, ao desenvolver-se ele, a taxa média geral da mais-valia tenha de exprimir-se em taxa geral cadente de lucro (id. *ibid.*, p.243).

Nesse sentido, o capitalista precisará sempre de um maior investimento para conseguir uma taxa de lucros cada vez menor. A mais-valia estará sempre aumentando, porém em uma proporção cada vez menor se comparada à quantidade de capital total investido. Há a produção de valor, porém se não for possível realizá-lo na circulação (através da compra e venda de mercadorias), o ciclo de reprodução do capital não se mantém, gerando assim estagnação. Este é considerado o centro das crises do capital.

Evidencia-se que chegou o momento de uma crise dessa natureza, quando se ampliam e se aprofundam a contradição e a oposição, entrecrocando-se, de um lado, as relações de distribuição, portanto determinada configuração histórica das correspondentes relações de produção, e, do outro, as forças produtivas, a capacidade de produção e o desenvolvimento dos elementos propulsores. Entram, então, em conflito o desenvolvimento material da produção e a forma social dela (MARX, 1980b, p. 1011).

Assim, pode-se afirmar que as crises do capitalismo são cíclicas, devido à lei da queda tendencial da taxa de lucro e, o capitalista, no intuito de retomar os índices de lucro do período anterior, se rearticula e cria novos processos produtivos que irão colocar o capitalismo em uma nova fase de expansão.

A partir da década de 1970 houve uma resposta do capital à queda das taxas de lucro da década anterior, marcada pela revolução tecnológica e organizacional da produção,

denominada de “reestruturação produtiva”. Nesse momento, ocorre uma mudança na organização da produção que passa a ser flexível, ao contrário da rigidez do período anterior. Segundo Antunes (1999) este foi um “intenso processo de *reestruturação da produção e do trabalho*, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores” (p.31).

A mundialização marca esse novo estágio do capital, que atua por meio da dominação do capital financeiro em articulação com as empresas transnacionais. Como não é possível à extração de mais-valor no capital financeiro, uma vez que este não substitui a esfera da produção como momento de criação de valor, é necessário que se expanda as relações sociais capitalistas para a extração do mais-valor pressionando, então, para uma superexploração do trabalho. Os resultados da financeirização são, por um lado, uma maior aplicação de capitais na esfera especulativa em detrimento da produtiva, que busca operar com menores custos a partir da redução dos gastos com o fator trabalho; por outro lado, “é uma resposta à tentativa de reduzir a não correspondência entre o capital especulativo e a riqueza real, tendo a redução de custos com o fator trabalho também como seu pressuposto” (SILVA, 2013, p. 89).

Um exemplo do modelo de acumulação flexível, o toyotismo, é o desenvolvido pela Toyota, no Japão e, de acordo com Behring (2008a), se funda nas possibilidades abertas pela revolução tecnológica, que introduz um novo padrão tecnológico. Esse modelo de produção flexível altera o padrão rígido da produção fordista, que tinha a linha de montagem de base técnica eletromecânica, uma estrutura organizacional hierarquizada, voltada para a produção em massa.

Nessa nova forma produtiva, forja-se uma articulação entre descentralização produtiva e avanço tecnológico por meio da rede microeletrônica de informações. Contrapondo-se à verticalização fordista, a produção flexível é, em geral, horizontalizada/descentralizada. Trata-se de terceirizar e subcontratar uma rede de pequenas/médias empresas, muitas vezes com perfil semi-artesanal e familiar (id. *ibid.*, p.35).

A partir dessa nova forma de organização da produção, esta é conduzida pela demanda no intuito de existir um estoque mínimo, sendo assegurados pelos sistemas de administração da produção *just in time* e *kanban*, que garantem o controle de qualidade e o estoque. A produção é realizada por um pequeno número de trabalhadores multifuncionais e polivalentes que operam uma ilha de máquinas automatizadas, em um processo de trabalho intensificado, que visa diminuir ainda mais a *porosidade* no trabalho e o desperdício.

Um dos pontos essenciais do toyotismo, segundo Antunes (2013) é que, para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, é necessário que haja também a flexibilização das relações trabalhistas, flexibilizando os direitos dos trabalhadores, no intuito de dispor desta força de trabalho em função das necessidades do mercado consumidor. Essa forma de organização do trabalho estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, que tem ampliada sua carga horária, através das horas extras, aliada a contratação de trabalhadores temporários, terceirizados ou subcontratados. Cria-se, então, a figura do trabalhador polivalente, que é capaz de operar diversas máquinas, ao invés da figura do trabalhador desqualificado do período anterior.

(...) recompõe-se a racionalização do trabalho – aceleração da produção pela via da desespecialização flexível dos trabalhadores qualificados, pelo incremento da polivalência operária e pela plurifuncionalidade das máquinas. Introduce-se o trabalhador polivalente para atuar na execução, reparo, manutenção e controle de qualidade no próprio posto de trabalho. Procura-se modificar a dinâmica da produção a partir das tarefas múltiplas e, aparentemente, agradáveis do novo padrão flexível (SOUZA, 2011, p.94-95).

Segundo Antunes (2013), essa flexibilização de produção trouxe consequências enormes para o mundo do trabalho, como a crescente redução do proletariado fabril estável, uma vez que com a reestruturação produtiva vem-se reestruturando, flexibilizando e desconcentrando o espaço físico produtivo; o aumento do trabalho precarizado, através de terceirizações, subcontratações, dentre outras. Outras consequências importantes são o aumento significativo do trabalho feminino, o incremento dos assalariados médios e de serviços, a exclusão de jovens e idosos do mercado de trabalho dos países centrais, a inclusão precoce de crianças no mercado de trabalho, principalmente nos países de economia dependente e a expansão do que Marx chamava de “trabalho social e combinado”, onde o processo de produção e serviços é feito por trabalhadores de diversas partes do mundo (id. *ibid.*, p.183-184).

De acordo com Silva (2013) tal reestruturação impõe, ao mesmo tempo, a *necessidade* e a *possibilidade* de conciliar usos mais intensivos e extensivos da força de trabalho, trazendo de volta novas formas de exploração do trabalho que rompem com conquistas seculares da classe trabalhadora, gerando um processo de “subprolateralização tardia”.

Essas novas relações de trabalho, gerada pelas relações flexíveis, características do estágio capitalista atual, estabelecem uma relação orgânica e reacionária entre a expansão do

capital e a espoliação do trabalho, que incorpora antigas e novas formas de exploração, cuja conciliação culmina no fenômeno da *superexploração*.

Afirma-se, nesse sentido, que a superexploração é um pressuposto tanto da financeirização, quanto da transnacionalização, que se materializa na transição para o modelo de acumulação flexível.

De acordo com Antunes (2013, p.198)

(...) a classe trabalhadora *fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se* ainda mais. Tornou-se mais qualificada em vários setores, como na siderurgia, onde houve uma relativa *intelectualização* do trabalho, mas *desqualificou-se e precarizou-se* em diversos ramos (...). Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador “*polivalente e multifuncional*” da era informacional, capaz de operar máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizado, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de *part-time*, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural.

Estas transformações geram processos continuados de informalização e flexibilização, que se realizam por meio de trabalhos terceirizados, subcontratados, dentre outros, formas essas que fragilizam a classe trabalhadora. Essas transformações atingem duramente o trabalho assalariado, em sua organização concreta, sua materialidade e as formas de subjetivação na consciência dos trabalhadores, o que promove redefinições no sistema de proteção social e nas formas de organização e gestão dos processos de trabalho (RAICHELIS, 2010).

Como consequência do processo de fragmentação da classe trabalhadora, os trabalhadores encontram ainda mais dificuldade em se reconhecer como pertencentes à mesma classe social, uma vez alguns possuem vínculo formal de emprego, enquanto outros apenas são contratados temporariamente ou prestam serviços às empresas. Outro fator que dificulta a articulação da classe trabalhadora é o fato de que hoje já não há mais um espaço fabril onde ocorre todo o processo produtivo. Devido à mundialização do capital⁷, atualmente uma empresa possui fábricas em diversas partes do mundo, o que dificulta a articulação entre os trabalhadores desta mesma empresa. Aliado a estes processos, tem-se um aumento

⁷ De acordo com Chesnais (2001, p.9) nasce da liberalização e da desregulamentação, esta se apresenta “como sendo o quadro onde ‘a relação social dos produtores no conjunto do processo de trabalho’ aparece mais uma vez e com uma força renovada ‘como uma relação social externa a eles, uma relação entre objetos’”. A mundialização liberou todas as tendências a desigualdade que haviam sido contidas com dificuldades no período anterior.

significativo do desemprego em escala global, fazendo com que aqueles que ainda possuem um trabalho tenham receio de lutar por melhores condições salariais.

Para Behring (2008a, p.37) esses processos abalam as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, o que provoca mudanças na forma de sua organização política, fazendo com que adquira um caráter “*desagregador da solidariedade de classe e regressivo*”.

As atuais transformações no mundo do trabalho não são realizadas a partir de resultados insatisfatórios de políticas ou de governos mal administrados, na realidade são determinações imanentes à atual dinâmica de reestruturação do capital, que geram impactos nos atuais modelos de proteção social (SILVA, 2013).

De acordo com Antunes (1999, p.31) como resposta à crise “iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo”, a partir da privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal.

Segundo Anderson (1998, p.9) o neoliberalismo nasceu logo após a Segunda Guerra Mundial na Europa e na América do Norte, locais onde o capitalismo imperava e foi “uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar”. Hayek, seu principal proponente, argumentava que o novo igualitarismo promovido pelo *welfare state* acabava com a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos.

Com a crise do modelo econômico da década de 1970, as ideias neoliberais começaram a ser aceitas, uma vez que, segundo seus ideólogos, as raízes da crise se localizavam no poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário que reivindicavam por melhores salários e que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. A fim de garantir a estabilidade monetária, os governos deveriam manter uma disciplina orçamentária, contendo os gastos com bem-estar e restaurando a taxa “natural” de desemprego, criando um exército industrial de reserva a fim de diminuir a força dos sindicatos. A partir dessas medidas “uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas”, voltando ao curso normal da acumulação e do livre mercado, que havia sido desastrosamente deformado pelas políticas keynesianas e beveridgianas. O crescimento retornaria a partir do momento que a estabilidade financeira e os incentivos essenciais fossem restituídos (id. *ibid.*, p.11).

Segundo análise de Anderson (1998) o neoliberalismo conseguiu conter a grande inflação dos anos 1970 nos países da OCDE⁸ e obter a recuperação dos lucros, que se deu principalmente pela derrota do movimento sindical, que reduziu drasticamente o número de greves durante a década de 1980 e conteve os salários, sendo que esse recuo do movimento sindical ocorreu devido a mais um êxito do neoliberalismo, que foi o aumento as taxas de desemprego, que, aliado ao fato da tributação dos salários mais altos ter caído, favoreceu outro êxito do neoliberalismo: o aumento do grau de desigualdades.

Apesar dos êxitos nas medidas acima mencionadas, estas haviam sido concebidas “como meios para alcanças um fim histórico, ou seja, a reanimação do capitalismo avançado mundial”, com a restauração de altas taxas de crescimento estáveis, como as existentes até a crise de 1970. No que concerne, porém a esse aspecto, o quadro mostrou-se absolutamente decepcionante, uma vez que, mesmo havendo uma recuperação dos lucros, não houve uma recuperação dos investimentos, fato que deve ser creditado à desregulamentação financeira, que criou condições mais propícias à inversão especulativa do que produtiva (id. *ibid.*, p.15-16).

Apesar do seu fracasso, no que concerne aos índices econômicos, o neoliberalismo continua a demonstrar-se atual. É impossível, porém fazer uma análise conclusiva do neoliberalismo, uma vez que este é um movimento ainda inacabado, no entanto analisando sua atuação nos países mais ricos do mundo, o autor afirma que,

economicamente, o neoliberalismo, fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se as suas normas (id. *ibid.*, p.23).

Em relação ao êxito do neoliberalismo no campo político e ideológico pode-se observar sua crescente incorporação por países que se encontram fora da OCDE, como países do Leste Europeu e a América Latina. Nos países do Oriente, as quedas da produção foram muito mais drásticas do que as sentidas no Ocidente, fazendo com que os graus de desigualdade gerados fossem maiores. Já na América Latina, a difusão desse sistema

⁸ A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico é composta por países que aceitam os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado.

ideológico de dominação se deu de forma tão precisa que esta se converteu na “terceira grande cena de experimentações neoliberais” (ANDERSON, 1998, p.19).

Com as mudanças no padrão de reprodução do capital e a necessidade de expansão dos limites territoriais a fim de se manter a taxa de lucro, a divisão internacional do trabalho se faz fundamental. Nesse momento ela opera não só para a criação de valores de uso, mas para a produção de valor e os movimentos de apropriação/expropriação do sistema capitalista mundial. O processo de mundialização do capital rompe com a regulação do Estado tanto na perspectiva do pleno emprego, quando dos direitos sociais.

Na mundialização,

(...) o capital, com base em novos avanços tecnológicos, busca as condições para a conformação de novas modalidades de reprodução e de recuperação da taxa média de lucro, propiciando reestruturações que liquidam ou readequam as forma organizativas da reprodução do capital, tanto nas esferas da circulação como na produção, exigindo novas formas de relocalização produtiva, de mobilidade do capital, de exploração da força de trabalho e de reorganização do mercado mundial, aproveitando a expansão deste com a desintegração da ex-União Soviética e a incorporação ativa da China, assim como os significativos avanços em matéria de transporte e comunicações (OSORIO, 2012, p.84-85).

Assim, o lugar dos países da América Latina na economia mundial pode ser compreendido como subordinados aos países de economia central. Segundo Marini (apud AMARAL; CARCANHOLO, 2012, p.87-88), “a dependência deve ser entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independente, em cujo âmbito as relações de produção nas nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.

Conforme Amaral e Carcanholo (2012) essa relação de dependência se faz necessária porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre devido ao subdesenvolvimento de outras. A transferência do excedente gerado nos países dependentes para os países dominantes gera a perda de controle dos primeiros sobre seus recursos. Paiva et al (2010, p.151) afirmam que “embora subdesenvolvimento e desenvolvimento possam parecer processos independentes, são processos constitutivos de uma mesma lógica de acumulação capitalista em escala global, qualitativamente diferenciados e ligados tanto pelo antagonismo como pela complementaridade”.

Ainda, segundo os autores, aos países latino-americanos cabe, então, a exportação de produtos primários, basicamente gêneros agrícolas e matéria prima, que possuem preços inferiores aos produtos industrializados e a importação de tecnologias, equipamentos e

maquinarias, material este que possui um custo muito maior e que é vendido a um preço mais elevado, uma vez que os países centrais possuem o monopólio da produção destes.

Com a saída de recursos do país, vários problemas de estrangulamento interno e restrições externas ao crescimento começam a ocorrer, cabendo aos países de economia periférica, a fim de garantir sua dinâmica interna de acumulação de capital, aumentar a produção de excedente por meio da superexploração da força de trabalho (AMARAL; CARCANHOLO, 2012).

(...) tal dinâmica capitalista é garantida por uma maior exploração da força de trabalho na periferia, através da intensificação dos processos de extração de mais-valia. Esse mecanismo configura-se como uma atuação no sentido de produzir ainda mais valor, como resposta dada à depreciação de valor e da produtividade próprias aos países dependentes submetidos ao intercâmbio desigual (PAIVA et al., 2010, p. 155).

Luce (2013, p.146), ao analisar a categoria de superexploração da força de trabalho elaborada por Marini, afirma que esta pode ser entendida como “uma violação do valor da força de trabalho, seja porque a força de trabalho é paga abaixo do seu valor, seja porque é consumida pelo capital além das condições normais, levando ao esgotamento prematuro da força vital do trabalhador”, ou seja, nessa situação em que a força de trabalho é superexplorada o capital se apropria do fundo de consumo e/ou do fundo de vida do trabalhador.

A superexploração da força de trabalho ocorre então a partir de quatro formas ou modalidades, sendo elas: 1) a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor; 2) o prolongamento da jornada de trabalho, acarretando um desgaste prematura da capacidade físico-psíquica do trabalhador; 3) o aumento da intensidade do trabalho, que também gera um desgaste prematuro desta capacidade; e 4) o aumento do valor da força de trabalho sem ser acompanhado pelo aumento da remuneração. Na primeira e na última forma o capital “atenta contra o fundo de consumo do trabalhador”, nas outras duas “contra o fundo de vida” (id. *ibid.*, p.146).

A categoria da superexploração deve ser entendida, portanto, como *i*) um conjunto de modalidades que implicam a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor e o esgotamento prematuro da força físico-psíquica do trabalhador; e *ii*) que configuram o fundamento do capitalismo dependente, junto com a transferência de valor e a cisão entre as fases do ciclo do capital (id. *ibid.*, p.147).

De acordo com a tese de Marini (apud PAIVA et al.), os mecanismos que intensificam a exploração da força de trabalho nos países latino-americanos são utilizados nos países centrais para reverter o problema da queda da taxa de lucro. Isso faz com que a massiva composição da força de trabalho seja de trabalhadores informais e desempregados.

A partir da análise da teoria da dependência de Marini é possível perceber que existem diferenças na forma como o capitalismo se organiza nos países centrais e naqueles de economia dependente. A forma como as políticas sociais são desenvolvidas nestes países também apresentam diferenças, uma vez que a conformação destas está ligada as lutas da classe trabalhadora e a organização do Estado.

Conforme Paiva et al. (2010) devido à materialidade histórico-concreta da superexploração da força de trabalho na América Latina e o reais efeitos sob as condições de vida da classe trabalhadora é preciso construir políticas sociais a partir de esquemas próprios, não apenas reproduzir as configurações que se baseiam exclusivamente no mercado de trabalho formal e/ou formulados pelos modelos ditados pelos organismos multilaterais. Dessa forma, compreende-se que as políticas sociais não se configuram da mesma forma em todos os países.

Entretanto, segundo Laurell (1997) a privatização é o elemento articulador dessas estratégias, no intuito de atender ao objetivo econômico de abrir todas as atividades econômicas *rentáveis* para investimentos privados, a fim de ampliar os âmbitos de acumulação e de atender ao objetivo político-ideológico de remercantilizar o bem-estar social.

Nos países latino-americanos, submetidos (ou em vias de) aos rigores dos ajustamentos macroeconômicos e à devastação social que vêm provocando, a receita neoliberal pareceria estar contida no conjunto de prescrições de reformas dos sistemas de proteção social, orientadas para a sua privatização, descentralização, focalização e programas (fundos) sociais de emergência (DRAIBE, 1993, p.92).

A forma como a transferência de parte das responsabilidades do Estado aos investimentos privados e a expansão da produção dos serviços sociais como mecanismo direto de acumulação irão ocorrer dependerá de “ações estatais específicas dirigidas à geração de um mercado estável e garantido e à resolução das contradições políticas geradas pela imposição dos postulados neoliberais” (LAURELL, 1997, p.167).

Para Issuani (1990, apud DRAIBE, 1993) o deslocamento para o setor privado lucrativo da produção de bens e serviços públicos foi apresentado como uma resposta ao alívio da crise fiscal, evita assim a irracionalidade no uso dos recursos, que ocorre devido à

gratuidade de certos serviços públicos, e o aumento da progressividade do gasto público, uma vez que impede que os setores de maior poder se apropriem de benefícios não proporcionais à contribuição que realizam para financiá-los. Segundo Draibe (1993) outra forma de privatização propõe o deslocamento da produção e/ou distribuição de bens e serviços públicos para o setor privado não-lucrativo, ou seja, para associações de filantropia e organizações comunitárias, ou para as novas formas de organizações não-governamentais.

Ainda de acordo com a autora, muitas são as formas de proceder à *privatização* dos serviços públicos, podendo citar a transferência (em alguns casos a venda) para a propriedade privada de estabelecimentos públicos; a interrupção de programas públicos e o desengajamento do governo de algumas responsabilidades específicas, bem como a redução dos serviços publicamente produzidos, transferindo a demanda para o setor privado; o financiamento público de serviços privados, através da contratação de serviços terceirizados, de reembolsos ou “indenizações” dos consumidores e do pagamento direto aos provedores privados de *tickets* e “vales”; e formas de desregulação e desregulamentação que permitem que empresas privadas entrem em setores antes monopolizados pelo governo (DRAIBE, 1993, p.98).

Laurell (1997, p.167) afirma que nos países latino americanos, ocorre “um processo *seletivo* de privatização dos benefícios sociais, incentivado por políticas estatais dirigidas à criação de um mercado disponível e garantido”. Para que isso ocorra são necessárias três condições. A primeira delas é que seja criada uma demanda para os benefícios e/ou serviços privados, com o desmonte dos serviços fornecidos pelo setor público, que passam a ser tidos como insuficientes ou de má qualidade. Passa a ser difundida a ideia de que é necessário haver cortes de gastos com o setor público, devido à crise fiscal do Estado, o que causa sequelas às instituições públicas, como sua deterioração e crescente desprestígio, fazendo com que a transferência da demanda para o setor privado seja socialmente aceitável. Outra forma de aumentar a demanda privada (proposta pelo Banco Mundial), é a partir da cobrança de serviços públicos, transformando-os em mercadorias. Dessa forma, ao se inserir na lógica do mercado os bens públicos, é necessário que o mesmo compita, em qualidade e preço, com os ofertados pelo mercado. A partir dessa medida, três dos objetivos neoliberais seriam atingidos, sendo eles a remercantilização dos bens sociais; a redução do gasto social público e a supressão da noção de direitos sociais.

Ainda conforme a autora, a segunda condição do processo seletivo de privatização é que sejam geradas formas estáveis de financiamento para custear os benefícios ou serviços

privados. Para que isto seja possível existe, teoricamente, dois mecanismos: a compra de serviços-benefícios do setor privado, com fundos públicos, por meio do credenciamento desses serviços - modalidade, porém, que dificilmente prospera no neoliberalismo, uma vez que a proposta de restrição de gasto público vai de encontro ao pagamento dos serviços privados, devido aos altos custos; e, o segundo, é o incremento da indústria de seguros privada, que desloca o controle de pesados recursos financeiros aos grandes consórcios do capital financeiro. A terceira condição da privatização seletiva, apontada por Laurell (1997), refere-se à capacidade do setor privado de responder à demanda. Para que seja atingida, é necessário que tenha havido a existência prévia de grupos financeiros, que tiveram sua expansão e integração facilitadas pela desregulamentação financeira. Segundo os especialistas do Banco Mundial, caso não haja essa existência prévia, recomenda-se que o Estado estimule o setor privado com créditos e subsídios iniciais.

Segundo Draibe (1993) o direcionamento do gasto social a programas e públicos específicos, *seletivamente* selecionados por uma maior necessidade ou urgência representa a focalização das políticas sociais. Os neoliberais apresentam dois tipos de justificativas que apoiam esta tese: a primeira de que o “Estado deve entrar residualmente e *tão-somente* no campo da assistência social”; e a segunda que argumenta que, em geral, os mais necessitados não são aqueles que, em princípio, efetivamente beneficiam-se do gasto social.

Conforme Laurell (1997), a centralização dos gastos sociais em programas seletivos dirigidos aos pobres, na América Latina, ultrapassa o objetivo de desenvolver o domínio do mercado e retirar o financiamento de benefícios sociais universais. Esses programas de “alívio da pobreza” tem o objetivo declarado de garantir mínimos níveis de educação, alimentação, e saúde.

(...) a simples comparação da magnitude da pobreza e dos recursos dedicados a esses programas evidencia que estão muito longe de alcançar seus objetivos. Além disso, tais programas emergentes tendem a ser manipulados discricionariamente pelo Poder Executivo. Estes fatos permitem afirmar que os programas contra a pobreza têm na América Latina um objetivo oculto: assegurar uma clientela política em substituição ao apoio popular baseado num pacto social amplo, impossível de se estabelecer no padrão das políticas neoliberais. Tais programas são, dessa forma, uma tentativa de evitar o problema de ter de se dirigir para uma economia desregulamentada de livre-mercado, sem com isso provocar processos políticos contrários que anulem o projeto (id. *ibid.*, p.173).

Por fim, tem-se a descentralização que, segundo Draibe (1993, p.97) é concebida como “um modo de aumentar a eficiência e a eficácia do gasto, já que aproxima problemas e

gestão”. Segundo ideias neoliberais com a descentralização aumentam-se as possibilidades de interação dos recursos públicos e dos não governamentais, em nível local, para o financiamento das atividades sociais. Laurell (1997, p.174) afirma que a descentralização neoliberal não tem por objetivo “democratizar a ação pública, mas sim permitir a introdução de mecanismos gerenciais e incentivar os processos de privatização, deixando em nível local a decisão a respeito de como financiar, administrar e produzir serviços”.

Na agenda neoconservadora, a política social restringe-se a mecanismo focal de minimização dos piores efeitos da pauperização, transferindo responsabilidades para a chamada *sociedade civil*, termo sutil da privatização dos serviços públicos. Em direção análoga, tal agenda reforça metodologias subalternizadoras de vigilância e controle sobre os indivíduos, sustentadas na visão de que as problemáticas sociais são chagas particulares dos indivíduos. A síntese deste modelo é um arranjo pulverizado de ações emergenciais, que nem de longe se propõe à transformação, sequer imediata, das condições de vida da população. Ademais, na América Latina tais políticas sociais jamais foram pujantes e decisivas na garantia das necessidades sociais em escala de massas. No continente, o desenho revela insuficiência, e é voltado especialmente a setores médios de trabalhadores formais (PAIVA et al, 2010, p. 172).

Devido a mobilizações contra a ofensiva neoliberal, houve uma mudança no discurso apresentado que, a partir de uma nova fase, em seu processo de restauração, a “social-liberalista”, passou a difundir a ideia de crescimento econômico articulado a equidade, como estratégia de enfrentamento da “questão social” globalizada.

Na proposta desse social-liberalismo, encampada pelas agências multilaterais, o Estado assume um papel central para o *crescimento econômico e o desenvolvimento social*, por meio da garantia de condições básicas para que todos possam usufruir de oportunidades no mercado. Eis os fundamentos que conciliam a *promoção do mercado* com a *equidade*, a qual, no caldo ideopolítico social-liberalista, tomada com o sentido de uma justiça social mediada pelo conceito de “inclusão social”, focaliza suas ações na pobreza absoluta, excluindo qualquer debate ou intervenção nas desigualdades sociais (SILVA, 2013, p. 91).

Essa proposta de contrarreforma do Estado é assimilada no Brasil pelo atual modelo da política de Assistência Social, que busca fazer frente aos efeitos mais bárbaros da liberalização dos mercados a fim de manter a trajetória concentradora do capital e suas consequentes desigualdades. De acordo com Silva (2013), é apenas no contexto das grandes transformações societárias que é possível apreender as funcionalidades da política de Assistência Social ao modelo brasileiro de desenvolvimento.

1.2 A particularidade brasileira

De acordo com Santos (2012) ao contrário do que ocorria nos países de economia central, no Brasil a flexibilidade/precariedade é erigida como princípio estruturante dos postos de trabalho antes e durante o período fordista do capitalismo brasileiro.

Vejamos o que estou designando como flexibilidade/precariedade do trabalho: inexpressividade e, em vários casos, ausência de regulação do trabalho; alta rotatividade nos postos de trabalho; subemprego; informalidade [...] Isso tudo está presente no Brasil ao longo da formação de seu mercado de trabalho (desde o final da escravidão), acentuando-se com a regulação do trabalho estabelecida por Vargas a partir dos anos 1930 e, especialmente, no momento da ditadura militar (id. *ibid.*, p.434-435).

De acordo com Pochmann (2006 apud Santos, 2012) a formação do mercado de trabalho no Brasil possui algumas características sem as quais não é possível entender o padrão de sociedade salarial incompleto, com marcantes traços de subdesenvolvimento, como, por exemplo, a distinção entre assalariamento formal e informal, a ampla presença de baixos salários e a grande quantidade de trabalhadores autônomos (não assalariados). O autor salienta ainda entre os determinantes dessas características o intenso processo migratório campo-cidade, que é responsável por parte dos traços desse padrão de exploração da força de trabalho, bem como pela formação do excedente de mão de obra, que apesar de ficar de fora do usufruto dos resultados do crescimento econômico, foi essencial para o seu processamento.

Dedecca e Baltazar (1992 apud SANTOS, 2012) enfatizam a importância dos anos de 1930 a 1956, período em que se inicia a constituição da base de trabalho assalariado necessária à estruturação do movimento sindical, além disso, é a partir desse momento que o processo de industrialização ganha expressão e vai se formando um mercado de trabalho urbano-industrial que possibilita a estruturação de um movimento sindical em âmbito nacional. É nesse período que a industrialização, ao avançar, começa a traçar um mercado nacional de bens, serviços e trabalhos, com uma dinâmica determinada pela indústria de transformação e pela crescente concentração de atividades no meio urbano. Nesse sentido, afirma-se que essa “industrialização restringida” é fundamental para consolidar o sistema de relações de trabalho no país, que atraem parte dos trabalhadores rurais para os centros urbanos em formação.

É importante frisar, também, que é nesse período que se consolida a legislação trabalhista no país. Porém, os trabalhadores organizados e protegidos por essas leis e pelo salário mínimo eram relativamente poucos, localizados em algumas capitais, sendo que a maioria dos trabalhadores que se encontravam naquela época no campo, no setor improdutivo, autônomos e desempregados não possuíam quaisquer direitos.

Wanderley Guilherme dos Santos (1979) dominou essa padrão de cidadania como “cidadania regulada”, uma vez que apenas uma minoria de trabalhadores tinham direitos, visto que a economia do país naquele momento era majoritariamente de caráter primário-exportador, dessa forma a grande maioria dos trabalhadores estavam no campo, não tinham acesso aos direitos de cidadania.

De acordo com Santos (2012, p.436) fica “evidente que a restrita regulação do trabalho no Brasil sempre colaborou para manter baixo o valor da força de trabalho — consolidando, assim, uma relação entre capital e trabalho pautada na superexploração —”. No contexto da autocracia burguesa e a reforma trabalhista realizada, essa superexploração do trabalho se acentuou, devido à instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a repressão político-institucional ao movimento sindical.

O FGTS substituiu a estabilidade, legalmente assegurada no setor privado para os trabalhadores que obtivessem dez anos de serviço prestado no mesmo posto e aumentou a rotatividade nas ocupações, uma vez que um empregado com estabilidade tem um custo maior com o passar dos anos e fica mais difícil e mais caro demiti-lo, já quando utiliza da rotatividade, o empregador mantém o patamar salarial baixo e os demite antes de se tornarem “caros” para o processo de acumulação.

A manutenção de um fluxo permanente de demissões e contratações, ou seja, de uma política de substituição dos trabalhadores, que, assim, não conseguem, na sua maioria, ultrapassar os anos iniciais da carreira além de reduzir, conforme já dito acima, os custos do passivo trabalhista, reduz também os custos de seleção prévia à contratação, dada a facilidade de dispensa no período de experiência. Desse modo, apesar do custo da indenização de dispensa sem justa causa, as demissões atuaram como um mecanismo para o rebaixamento dos salários. *Por esta razão é que tivemos no fordismo brasileiro flexibilidade e precariedade ao contrário da estabilidade dos países centrais de fordismo clássico* (id. *ibid.*, P.436-437, grifos do autor).

Em relação ao sindicalismo, a ausência de democracia no caso brasileiro, inviabilizou seu reconhecimento como interlocutor das relações capital/trabalho, diferente do que aconteceu no fordismo clássico. No Brasil, os sindicatos não tiveram possibilidade de

organização autônoma durante boa parte de sua existência, mesmo em períodos de democracia, devido ao corporativismo estatal que se estruturou com a legislação trabalhista desde 1930.

No período da autocracia burguesa, este, bem como qualquer outro movimento social, foi duramente reprimido e considerado ilegal, o que promoveu o aumento da exploração do trabalho e a extração de elevados percentuais de mais-valia que possibilitaram o chamado “milagre econômico”.

Santos (2012) aponta entre as particulares da “questão social” no Brasil uma *perversa associação* entre *superexploração do trabalho*, que mantém um valor para a mão de obra no país bem abaixo os padrões de outros países de capitalismo desenvolvido, para que o país continuasse atrativo aos seus investimentos produtivos; e *uma passivização das lutas sociais*, que historicamente foram mantidas sob o controle do Estado e das classes dominantes.

No Brasil, não só no período da autocracia burguesa, mas ao longo do seu processo histórico percebe-se constantes processos de “revoluções passivas”, ou seja, as classes dominantes se antecipam para responder demandas das classes subalternas, que podem ter um caráter progressista ou restaurador. É importante destacar, também, o papel central que a ação do Estado teve na constituição do capitalismo brasileiro, que em sua atuação, cooptada pelos setores dominantes, propunha ações que instituíram a superexploração do trabalho e a passivização das lutas sociais no Brasil.

É por isso que, de acordo com Santos (2012) a análise genérica da crise capitalista não pode ser realizada sem a contextualização do significado da flexibilidade/desregulamentação tem no panorama brasileiro, diferente do que significa no contexto de países capitalistas desenvolvidos. No Brasil, essa implementação ocorreu mais fortemente e com menos resistência aos retrocessos civilizatórios implicados na ausência de proteção ao trabalho.

Há certa “naturalização” de relações de trabalho precárias e, há algumas gerações, a referência de um emprego com proteção social já não existe para várias famílias de trabalhadores brasileiros. Algo inteiramente diferente do que ocorre quando as tendências de desregulamentação tentam avançar em países capitalistas desenvolvidos, haja vista os inúmeros protestos noticiados em países como a Itália, Inglaterra, Espanha e Grécia, onde a população tem se insurgido contra medidas que implicam cortes públicos no padrão de proteção social vigente (id. *ibid.*, p.438).

Após o golpe de 1964, ocorre a maturação da inserção associada e dependente do país ao capitalismo monopolista mundial. Instaurou-se, então, um pacto contrarrevolucionário no

intuito de dar continuidade, segundo Behring (2008a) as piores tradições, ou seja, a heteronomia, a exclusão e as soluções pelo alto.

De acordo com Netto (2008, p.28),

o Estado erguido no pós-64 tem por funcionalidade assegurar a reprodução do desenvolvimento dependente e associado, assumindo, quando intervém diretamente na economia, o papel de repassador de renda para os monopólios, e politicamente mediando os conflitos setoriais e intersetoriais em benefício estratégico das corporações transnacionais na medida em que o capital nativo ou está coordenado com elas ou com elas não pode competir (e não é infrequente que a coordenação se dê também por incapacidade de competir).

Ainda segundo o autor, o Estado autocrático burguês, instalado a partir de 1964 conduziu um modelo de “modernização conservadora”, beneficiando grupos nacionais específicos e o grande capital internacional.

Com a acelerada modernização capitalista do período autocrático burguês, o Brasil transformou-se em um país urbano-industrial complexo e diferenciado, o que criou pressupostos objetivos para o crescimento da dinâmica da organização de interesses em uma numerosa e diversificada vida associativa. Um exemplo dessa “movimentação social” é a reinserção da classe operária no cenário de luta política e a ação do movimento popular, fato que obrigou a autocracia burguesa a combinar medidas repressivas com concessões e atos de negociação, que levaram a sua crise. A chamada “transição democrática” brasileira ocorreu então como um fruto da combinação das pressões dos de “baixo” e de operações transformistas “pelo alto” (DURIGUETTO, 2007, p.138).

A partir da década de 1980, no cenário internacional, já está em curso, como visto no item 1.1, uma reação burguesa à crise de 1970. No Brasil e no restante da América Latina, segundo Behring (2008a, p.131) “tem-se um aprofundamento das dificuldades de formulação de políticas econômicas de impacto nos investimento e na redistribuição de renda”. A busca por saldos comerciais para cobrir a dívida, priorizando então as exportações, provoca uma profunda recessão, que atingiu os países de forma desigual, tendo como variáveis sua inserção no mercado mundial e situação interna. A estagnação econômica toma conta do país, fazendo cair os índices de crescimento e aumentando o valor da dívida nacional.

Nesse sentido, o país ingressou na década de 1980 com uma enorme expansão de seu endividamento externo, provocado pela elevação das taxas de juros no mercado internacional, o que fez com que esta década fosse caracterizada como uma “década perdida” do ponto de vista econômico (id. *ibid.*). Conforme afirma Tavares (apud BEHRING, 2008a), as políticas

de estabilização no Brasil nos anos 1980 tiveram pouca capacidade de reverter à crise do início da década.

De acordo com Duriguetto (2007, p.146) “o aumento do endividamento externo durante os governos militares tornou o país mais vulnerável às injunções do sistema internacional e à imposição das políticas de ajuste”. Em meados da década de 1980, ocorre a montagem de um pacote emergencial de assistência, que envolvia empréstimos provenientes de Fundo Monetário Internacional (FMI), que fizeram com que a política econômica brasileira passasse a depender diretamente do endosso moral do FMI, que então apresentou aos dirigentes do país um programa de estabilidade.

O país, porém, não foi capaz de cumprir as primeiras metas de desempenhos impostas por este, o que ocasionou a não-liberação das parcelas de crédito e, em consequência, os bancos também interromperam a liberação de recursos. A partir de então, teve início um “período de desgastantes negociações entre autoridades econômicas brasileiras, banqueiros internacionais e agências financeiras multilaterais”. Como resultado, tem-se a redução do gasto público interno, o que não era compatível com o avanço do processo de redemocratização, que aumentava as demandas por descompressão salarial e aumento dos gastos governamentais. Dessa forma, a segunda metade da década de 1980 foi especialmente marcada pelo fracasso sucessivo de planos de estabilização, bem como o aprofundamento da crise econômica, o desemprego, a inflação e o desgaste dos salários (id. *ibid.*, p.147).

Segundo Tavares e Fiori (apud BEHRING, 2008a) no final da década de 1980 o país estava com uma situação econômica próxima a hiperinflação, mesmo com as medidas de ajuste fiscal permanentes. Segundo Behring (2008a), a partir década de 1980 foi sendo delineado o sentido neoliberal do ajuste estrutural capitalista, na periferia do mundo e, particularmente no Brasil.

Entre nós, contribuíram para isso os seguidos fracassos de planos de estabilização ortodoxos e heterodoxos que não enfrentavam devidamente o constrangimento externo e/ou aceitaram passivamente o papel de plataforma de exportação das multinacionais americanas, europeias e japonesas – o que está longe de ser um destino inexorável – ou depararam-se mesmo com limites estruturais, políticos e econômicos, na sua condução; a exaustão gerada pelo processo inflacionário; as dificuldades de investimento do setor público; e as tensões e paralisias geradas no interior do processo de democratização. No qual os conflitos entre classes e segmentos de classe não poderiam mais ser tratados diretamente de forma autocrática, distante de sua cultura política tradicional e, portanto, de difícil administração (id. *ibid.*, p.147).

Pode-se afirmar, então, que a década de 1980 no Brasil foi marcada por um processo de democratização política e de ampliação das lutas por direitos sociais, que se desenvolveu concomitantemente a instauração de uma grande “crise”, expressa pela recessão econômica, desemprego e pelo agravamento da deterioração das condições de vida de grande parte da população. Outro marco da década foi à promulgação da Constituição de 1988, que representou o coroamento jurídico das demandas de ampliação dos direitos sociais (DURIGUETTO, 2007, p.170). Com a elaboração em 1988 de uma nova Constituição no país, que ficou conhecida como Constituição Cidadã, cria-se um estatuto legal para a instauração de uma seguridade social universal, composta por três sistemas: a Previdência Social, que tem caráter contributivo, a Saúde, de caráter universal e gratuito e a Assistência Social, destinada àqueles que dela necessitarem.

No início da década de 1990 o país se encontra em uma crise profunda, derruído pela inflação, com baixos níveis de investimento privado e público, sem solução consistente para o endividamento e com uma grave situação social. A partir desse momento, a orientação neoliberal encontra solo fértil e se consolida como doutrina, freando os avanços propostos pela Constituição, que é desqualificada pelas classes dominantes, considerando-a como “populista”, “irresponsável” e “desfocada da realidade econômico-financeira do Estado e do país”. Essa mudança na correlação de forças nas relações capital/trabalho fez com que fossem questionados os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores desde 1930, bem como a legitimidade dos seus gastos, em especial aqueles vinculados à seguridade social.

Foi com o governo Collor (fevereiro 1990 a setembro de 1992) que se operou uma drástica redução da agenda pública, de acordo com as diretrizes neoliberais. A nova agenda política de ajuste passou a ser dominada por temas como refluxo do Estado e a primazia do mercado através das políticas de abertura comercial e financeira ao capital internacional, desregulamentação e privatização, redução dos fundos públicos para o financiamento das políticas sociais, enfim, uma agenda que só podia ser conduzida contra as conquistas de 1988 (DURIGUETTO, 2007, p.171).

Outro fator importante para a chegada do neoliberalismo no Brasil foi o chamado Consenso de Washington, que se estabelece após um seminário ocorrido em Washington em 1989, com a presença de representantes do governo, de bancos multilaterais, empresários e acadêmicos de onze países, que discutiram os passos políticos necessários para implementação de programas de estabilização (BEHRING, 2008a).

De acordo com Fiori (1994, apud BEHRING, 2008a, p.148) tais programas passariam por três fases, sendo a primeira destinada à estabilização macroeconômica, que tinha como

prioridade absoluta um superávit fiscal primário, que previa a revisão das relações fiscais intergovernamentais e a reestruturação dos sistemas de previdência social; a segunda fase destinava-se à execução das “reformas estruturais” encomendadas pelo Banco Mundial, que previa a liberação financeira e comercial, a desregulamentação dos mercados e a privatização das empresas estatais; já a terceira fase foi definida como a “retomada dos investimentos e do crescimento econômico”.

Pode-se afirmar, nesse sentido, que a implementação do neoliberalismo no Brasil se deu de forma acelerada a partir do governo Collor, por meio de contrarreformas estruturais, que podem ser consideradas como o início da contrarreforma neoliberal no país.

As contradições que marcaram o governo Collor fizeram então, que por meio de um *impeachment*, inédito na história do país, seu mandato chegasse ao fim, assumindo o poder do executivo, nesse momento, seu vice, Itamar Franco. No intuito de recompor a articulação política, a fim de dar governabilidade ao seu mandato, o então presidente promove uma composição ministerial que incluía o PSDB. Essa articulação com a coalização conservadora ocorre em torno da figura do então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que formula um plano de estabilização monetária protagonizado por uma nova moeda, o real. O Plano Real serviu nesse momento também como chantagem eleitoral, uma vez que ou se votava no candidato do Plano ou estava em risco à estabilidade da moeda, podendo ter a volta da inflação (BEHRING, 2008a).

Com a vitória de Fernando Henrique Cardoso, Bresser Pereira, então Ministro de Reforma do Estado formula um Plano Diretor da Reforma do Estado. Para ele cabe ao Estado um papel de coordenador suplementar, uma vez que a crise se localiza na insolvência do Estado, em seu excesso de regulação e rigidez e na ineficiência do serviço público. Por esse motivo, deve ser realizada uma reforma do Estado no intuito de recuperar sua governabilidade (legitimidade) e a *governance* (capacidade financeira e administrativa de governar). O intuito da reforma é garantir taxas de poupança e investimento adequadas, eficiente alocação de recursos e distribuição de renda mais justa, já o local da política social deve ser deslocado, ficando os serviços de saúde e educação, dentre outros, contratados e executados por organizações públicas não-estatais competitivas, ficando conhecido como Terceiro Setor (id. *ibid.*).

De acordo com Bresser Pereira (1998, apud DURIGUETTO, 2007, p.176), as conquistas contidas na Constituição de 1988 são um “retrocesso burocrático” e podem, se implementadas, perpetuar e agravar a histórica herança de uma relação Estado/sociedade

marcada pelo clientelismo, patrimonialismo e pela burocracia existente no Brasil. Para Bresser, dotar o Estado de amplas responsabilidades sociais implica também no agravamento da crise do Estado, o que para ele, foi a principal responsável pela crise de 1980. Duriguetto (2007, p. 177) considera que dessa forma, “a noção de direitos sociais é desvinculada dos parâmetros da justiça e da igualdade, passando a ser associados a custos e ônus que obstam a modernização da economia, ou então a privilégios corporativos que precisam ser superados”.

Para Behring (2008a) esse processo se caracteriza como uma contrarreforma do Estado, na qual há a perda da soberania deste, bem como a parca vontade política e econômica de realizar uma ação efetiva sobre a iniquidade social, buscando revertê-la a fim de se garantir condições para uma sociabilidade democrática. Esse processo desprezou mesmo os mecanismos mais elementares da democracia burguesa, como a independência e o equilíbrio entre os poderes republicanos. Aqui as medidas de flexibilização e a intervenção estatal em programas de qualificação se deram em função do “custo Brasil”.

De acordo com Mattoso (apud BEHRING 2008a), devido à justificativa de que a economia do país não poderia crescer, reduziu-se e precarizou-se o emprego, a partir da reestruturação das relações de trabalho. Esse projeto de flexibilização das relações de trabalho, além de promover a destruição em massa de postos de trabalho, fez com que se reduzisse no país os custos de demissão, que já eram baixos. Para o autor então, o problema não se encontrava no mercado de trabalho, mas na aceitação da inserção subordinada e em outros fatores contidos na perspectiva macroeconômica em curso, que colocavam em risco a nacionalidade e a democracia.

(...) a marca da reestruturação produtiva no Brasil é a redução de postos de trabalho, o desemprego dos trabalhadores do núcleo organizado da economia e a sua transformação em trabalhadores por conta própria, trabalhadores sem carteira assinada, desempregados abertos, desempregados ocultos por trabalho precário, desalento etc. (MOTA; AMARAL, 1998, p. 35 apud BEHRING, 2008a, p.226).

Dessa forma, segundo Mattoso (1999 apud BEHRING, 2008a) conclui-se que os trabalhadores “pagaram a conta” pela trama organizada entre as empresas, principalmente as de grande porte, e o governo, no intuito de garantir a intensificação da inserção subordinada.

De acordo com Behring (2008a) a flexibilização das relações de trabalho e a garantia de condições atrativas para a permanência de capital estrangeiro no país são elementos estratégicos para a diminuição do “custo Brasil”, porém as medidas desenvolvidas para adaptar o país à lógica mundial do capital foram além. Uma estratégia decisiva deste processo

foi às privatizações, que favoreceram segmentos determinados do capital nacional em forte articulação com a especulação financeira internacional.

Nesse momento foram ampliadas e flexibilizadas as condições de participação do capital estrangeiro, inclusive em setores estratégicos, como exemplo tem-se a abertura da exploração do petróleo e de grandes riquezas minerais, bem como do sistema bancário. A adaptação brasileira à dinâmica capitalista contemporânea destruiu possibilidades de autonomia do país que, em períodos anteriores, deu saltos para frente com a modernização conservadora, mas que na década de 1990 deu passo para trás devido à contrarreforma do Estado, “parte indispensável desta contrarrevolução burguesa que vivemos” (op. cit., p. 247).

Além da abertura para investimento em setores estratégicos pelo capital internacional e da privatização de empresas, ocorreu também à privatização das políticas sociais. Essa é a forma como se configura as políticas sociais no neoliberalismo, como visto anteriormente, e no Brasil, país no qual somente a partir de 1988 que surge um panorama de construção de um padrão de proteção social público universal, não haveria de ocorrer de outra forma.

De acordo com Duriguetto (2007, p.179-180), a privatização dos serviços e políticas sociais é realizada a partir da transferência da oferta dos serviços tanto para a sociedade civil, quanto para o mercado. Nesse sentido privatização dos serviços sociais pode ocorrer a partir da transferência deste tanto para as “instituições públicas não estatais”, quanto para setores do mercado que promovem a privatização total ou parcial dos serviços sociais, gerando uma dualidade discriminatória, garantindo a quem tem condições de pagar serviços melhores e àqueles que dependem do acesso gratuito, um serviço de qualidade inferior.

O processo de privatização e implementação de contrarreformas neoliberais, somados a lógica macroeconômica do Plano Real, levou a um crescimento vertiginoso da dívida pública e restringiu as possibilidades de difusão das políticas sociais universais. Além desse processo, o crescimento do desemprego estrutural e o aumento da precarização do trabalho também afetam a capacidade de financiamento das políticas sociais, uma vez que há a redução do montante arrecado pela Previdência Social para o pagamento de aposentadorias, pensões, dentre outros (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007).

Constata-se então que o Plano Real promoveu um violento golpe contra as políticas sociais, com a criação de mecanismos de Desvinculação entre receitas e despesas (DRU). Desde sua implementação em 1994, tal mecanismo vem sendo renovado, através de medidas provisórias por todos os governos, que vem renovando a validade desse mecanismo perverso. Com a redução do montante destinado às políticas sociais, ela vem transformando-se desde o

governo Cardoso em sinônimo de política social focalizada, voltada para os mais pobres e miseráveis, a partir da criação de programas de transferência de renda.

Aliado ao desenvolvimento dessas políticas sociais articula-se uma política macroeconômica ortodoxa baseada em enormes superávits primários. Os valores gastos com o pagamento da dívida pública, no decorrer dos anos, vêm crescendo em relação àqueles gastos com políticas públicas. O que ocorre no Brasil é uma brutal transferência de renda do conjunto da sociedade para o capital financeiro e os rentistas, em particular dos rendimentos do trabalho para grupos econômicos financeirizados.

De acordo com Behring (2008b), as políticas sociais que integram o sistema de seguridade social brasileiro, não se organizam com intuito de formar um amplo e articulado mecanismo de proteção, mas adquirem uma perversa posição de conformarem uma unidade contraditória, na medida em que enquanto há um avanço em direção a mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência, fazendo com que haja restrição de acesso e de benefícios, a assistência social se amplia, enquanto política não contributiva, se transformando no principal mecanismo de proteção social no Brasil.

1.2.1 Rupturas e continuísmos nos governos PT

Na América Latina, nos anos 2000, conforme Mota, Amaral e Peruzzo (2010), os governantes ou candidatos que pleiteavam a representação dos chamados setores progressistas da sociedade chegam ao poder com posicionamentos anti-imperialistas e a defesa do desenvolvimento nacional. A vitória de um representante operário para o mais alto cargo do executivo nacional em 2002, apesar das concessões e alianças que vinha fazendo desde a década anterior, foi uma tentativa da população brasileira de tentar frear o avanço do neoliberalismo no país, devido à insatisfação com os governos anteriores.

Nos primeiros anos do mandato de Lula, no entanto, notou-se que o direcionamento macro econômico dado pode ser considerado como uma herança do período anterior, uma vez que teve continuidade a Desvinculação de Receitas da União (DRU), a base da economia nacional centrada no agronegócio, além de contrarreformas na Previdência Social.

Durante os mandatos petistas houve aumento da liberalização das relações econômicas, da privatização (de empresas e serviços sociais) e da desregulação das condições de trabalho, além de uma maior subordinação aos ditames externos, reforçando a posição subalterna do país no sistema econômico internacional. Além disso, segundo Druck (2004,

apud FIGUEIRAS e GONÇALVES 2007, p. 189), realizou a reforma sindical, que fortaleceu sua burocracia, uma vez que concentrou poder nas centrais sindicais e facilitou a cooptação de seus dirigentes e acordos de cúpula, enfraquecendo os sindicatos de base e, ademais, dificultando a greve como instrumento de luta. Outro fato marcante do governo Lula foi a instauração da Lei das parcerias público-privadas (PPP), fato que facilitou as privatizações das políticas sociais.

As medidas implementadas no governo Lula destacam claramente a adoção do modelo liberal periférico. De acordo com Figueira e Gonçalves (2007), tal modelo tem três conjuntos de características marcantes. O primeiro é marcado pelo tripé liberalização, privatização e desregulação, combinando liberalização das relações econômicas internacionais, reformas no âmbito do Estado, privatização de empresas estatais, implicando a reconfiguração da intervenção estatal na economia e na sociedade, e um processo de desregulamentação do mercado de trabalho, reforçando a exploração da força de trabalho.

O segundo conjunto é marcado pela subordinação e vulnerabilidade externa estrutural. O modelo é periférico, uma vez que é uma forma específica de realização da doutrina neoliberal e de sua política econômica em um país com posição subalterna no sistema econômico internacional, não tendo influência na arena internacional, caracterizando-se, ao mesmo tempo, por significativa vulnerabilidade externa estrutural nas suas relações econômicas internacionais. Como terceiro e último conjunto há o predomínio do capital financeiro e de sua lógica financeira na dinâmica macroeconômica.

Uma das marcas dos governos Lula foi o aprofundamento dos interesses neoliberais no país, que deu por meio de uma reordenação do Estado mais eficiente do que a efetivada por Fernando Henrique Cardoso com o MARE, uma vez que possuiu legitimidade popular para desenvolver as ações. As propostas mais relevantes implementadas se deram ou por meio de decretos ou por medias provisórias, o que tornou difícil a frágil oposição a elas e obscureceu o caráter estrutural das mudanças.

O que se pode deduzir é que Lula *inaugura uma nova* fase do Estado neoliberal entre nós. Se a *primeira* (com FHC) constituiu em liquidar parte substancial da estrutura estatal por meio das criminosas privatizações e em tornar o Estado um serviçal das finanças globais, a *segunda* tem significado, além da continuidade da primeira (ainda que contida a entrega do essencial do patrimônio estatal brasileiro), a *recuperação parcial do papel estatal como garantidor/financiador dos espaços de acumulação de capital no país* (BRAZ, 2007a, p.51).

Podemos afirmar que os governos Lula e o primeiro governo Dilma processaram uma *renovação do neoliberalismo*, na qual há uma articulação entre o grande capital industrial e o capital bancário, com o ingresso de capitais voláteis e especulativos de curto prazo e a divisão dos lucros ganhos pelo capitalismo brasileiro entre outros países, características típicas do velho imperialismo, que tem sido viáveis porque se articulam com um Estado refuncionalizado, que atua na defesa desses mesmos interesses.

Os custos sociais desse processo são vários, como a franca contrarreforma que se processa na educação, o atentado aos preceitos basilares propostos pelo SUS, à desqualificação por meio de falsas contas que indicam rombos e déficits na Previdência e a figura do Estado como estimulador de projetos que são proveitosos somente a setores do grande capital. Afirma-se nesse sentido, que esse segunda fase do neoliberalismo no Brasil, proposta pelos governos petistas, têm grande impacto nas estruturas sociais de toda sociedade brasileira e altera os cursos das políticas sociais no país e agrava a “questão social”.

Ao analisar a política econômica dos primeiros governos petista, percebe-se que, em essência, foi igual à desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso, que se estruturou a partir de um conjunto de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas por reformas estruturais liberalizantes. Basicamente o ajuste estrutural no Brasil se resumiu à: diminuição do *déficit* fiscal, a fim de reduzir o gasto público; aplicação de uma política monetária restritiva, visando o combate à inflação; prevalência de uma taxa de juros elevada, que favorecesse uma política de câmbio variável; conversão das exportações como motor do crescimento, enfraquecendo assim o mercado interno; liberalização do comércio; e alívio das regulações estatais, no intuito de maximizar o uso do mercado e concentrar o investimento no setor privado (BRAZ, 2007a).

Mesmo com um conjunto de políticas que garantia crescentes *superávits* primários, aumento da carga tributária, recordes de lucros para os bancos e desenvolvimento de políticas focalizadas de alívio da pobreza, durante o primeiro governo Lula, houve uma expansão da dívida pública e um pífio crescimento econômico, que tende a se manter, uma vez que não houve mudanças na matriz da política econômica atual.

(...) na primeira etapa do seu mandato foram realizadas as contrarreformas da previdência e da educação concomitante ao aumento das taxas de juros; enquanto que no mesmo período era expandida a assistência social, o crédito ao consumidor, os empréstimos populares e os aumentos do salário mínimo. Através da mediação do mercado e do crescimento econômico induzido pelo Estado, o governo atendeu algumas das reivindicações das classes

subalternas, ao mesmo tempo em que assegurou as exigências das classes dominantes (MOTA, 2010, p.21).

A prioridade posta pelo segundo governo Lula e pelo primeiro governo Dilma foi a de resgate do crescimento econômico do país, na tentativa de superar as dificuldades econômicas presentes desde a década de 1980. Para tanto foi criado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado como uma política de governo cujo papel é devolver ao Estado o seu protagonismo na dinamização da economia, papel este que supostamente foi diminuindo no que concerne a garantia das condições estruturais para o crescimento econômico. O PAC é uma remodelagem do Avança Brasil de FHC, dessa forma não altera o essencial da política economia brasileira, que está centrado na transferência de riquezas do setor produtivo para os segmentos rentistas da economia. O programa mantém a lógica perversa dos governos neoliberais de atacar as políticas sociais públicas e a legislação social, sob a ótica de que elas são obstáculos para o crescimento “sustentável e estável”.

O que se percebe na economia brasileira é um rápido crescimento econômico, mas que, porém não se articula com a redistribuição de renda e riqueza no país. Há uma tendência ao agravamento da “questão social”, que se percebe nos últimos governos e que não foi alterada pela política econômica dos governos petista.

O que amarra o crescimento do país não são os fatores colocados pelos governos neoliberais, mas sim a inserção periférica e passiva do Brasil na econômica mundial; a hegemonia do capital financeiro controlando a economia; e o enfraquecimento do Estado como “dinamizador da economia”, no qual há a redução da sua função social, com diminuições de investimentos públicos, e um redirecionamento de suas funções a fim de garantir a remuneração dos setores rentistas que capturam o Estado (BRAZ, 2007a).

O que se percebe a partir do exposto é que o quadro colocado no segundo governo Lula e no governo Dilma não previa alterações significativas nos níveis concentração de renda e de propriedade no Brasil. Além disso, a partir do consenso conquistado por uma parte considerável da esquerda, garantiu legitimidade na redução do padrão de proteção social à assistência social, provocando um processo de assistencialização⁹ dos direitos sociais no país.

No que concerne às políticas sociais, a fim de acompanhar proposto pela política econômica, que vinha gerando uma crescente desigualdade social, há um deslocamento da

⁹ Compreende-se que o fenômeno da assistencialização das políticas sociais no Brasil está pautado na forma como elas se organizam desde o final do século XX, referenciada em orientações de organismos multilaterais que apontam para a focalização das políticas sociais, seus programas e projeto de combate à pobreza.

função assistencial, como instrumento de legitimação do Estado, e a figura do pobre torna-se o centro das políticas focalizadas de assistência social.

Há um enfraquecimento dos direitos sociais que passam a ser atacados como obstáculos ao crescimento e passam a ser alvos de sistemáticas contrarreformas, cujo eixo central está no combate à legislação trabalhista que deve ser mercantilizada num processo de galopante desproteção social da força de trabalho (...) A cobertura da qual parte desses trabalhadores desfrutam vem das políticas assistenciais. O Estado reduz sua legitimação à ampliação da assistência, configurando-se numa verdadeira assistencialização dos direitos sociais (BRAZ, 2007a, p.55).

Para realizar a análise da política social nos governos petistas é imprescindível que se tenha clareza de que esta tem uma relação direta com a política econômica desenvolvida. Outro fato importante a se destacar, a fim de não incorrer em erros de análise, é a distinção entre política social de governo, que são desenvolvidas a partir de decisões político-partidárias que estão ocupando o aparelho de Estado no momento e política social de Estado, que são aqueles direitos sociais definidos e garantidos pela Constituição do país. Dessa forma, as políticas sociais de Estado, uma vez que dependem de mudanças na Constituição para que sofram alterações, são mais estáveis do que as políticas sociais de governo, que podem sofrer alterações de acordo com a conjuntura política do país.

A concepção hegemônica sobre as desigualdades econômico-sociais presentes na sociedade brasileira apresenta inúmeras armadilhas teóricas, conceituais e políticas. No atual debate no Brasil, o problema das desigualdades não é tratado a partir da relação entre capital e trabalho, mas sim no âmbito interno da classe trabalhadora e suas diferenças, essa escolha teórica, porém, não é explicitada de forma clara e transparente. De acordo com Filgueiras e Gonçalves (2007, p.143) “as principais características e a lógica dessa concepção hegemônica” podem ser indicados por aspectos e pontos, ou a ele estão relacionados, quais sejam:

Desprezo às razões e mecanismos que (re) produzem as desigualdades, dessa forma transforma a pobreza em uma variável externa aos mecanismos econômicos e sociais que compõe as relações entre as classes sociais, explicando-a a partir das diferenças entre indivíduos e famílias pobres e não-pobres.

As razões apresentadas, por essa concepção para a pobreza são mais aparentes e imediatas e consideram a desigualdade e a pobreza como decorrentes, fundamentalmente do maior ou menos acesso à educação e à saúde.

No limite, chega-se ao seguinte argumento tautológico: as famílias e indivíduos pobres estão na situação de pobreza porque não têm “capital humano”; nessa situação, não tem capacidade ou estímulo em investir para obter esse capital, logo, permanecerão na pobreza. Além da operação político-ideológica contida no conceito (antigo) de “capital humano”, essa perspectiva teórica transforma uma correlação estatística (baixa escolaridade *versus* pobreza) numa relação de causalidade, na qual, num primeiro momento, a escolaridade assume a condição de variável independente (explicativa) e a pobreza a de variável dependente (explicada). Em seguida, a causalidade se inverte, constituindo-se uma espécie de círculo vicioso da pobreza. Ele só poderá ser rompido com as políticas focalizadas de transferência de renda, condicionadas a ações e iniciativas, por parte das famílias, relacionadas à educação dos filhos e aos cuidados com a saúde, entre outras (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p.144).

Os dados sobre os rendimentos do trabalho e as transferências da assistência social e da previdência são as fontes de onde são obtidas a identificação das desigualdades, da pobreza absoluta e dos pobres, dessa forma são excluídos das informações os rendimentos do capital, principalmente aqueles obtidos no âmbito financeiro. A partir desses dados, os trabalhadores passam a ser classificados como muito pobres, pobres, não pobres e ricos, de acordo com os níveis de renda.

A identificação das desigualdades restringida à classe trabalhadora faz com que a redução destas se restrinja à redução das disparidades salariais e de outros rendimentos do trabalho, excluindo-se qualquer reforma que afete a propriedade fundiária e a estrutura e funcionamento do sistema financeiro. Além disso, sua redução é sempre pensada a partir de um “nivelamento por baixo”, uma vez que se consideram os segmentos da “classe média” como ricos e privilegiados.

A partir de então, consideram as políticas públicas mais adequadas, eficientes e equânimes aquelas que se direcionam aos indivíduos e famílias mais necessitadas, ou seja, os programas sociais focalizados, que identificam dentro a classe trabalhadora, parcelas ou linhas de pobreza, que subestimam as necessidades mínimas de sobrevivência, reduzindo-se assim o número real de famílias pobres e, conseqüentemente, o montante de dinheiro a ser investido em políticas públicas. Dessa forma, há a extinção do direito, substituindo políticas sociais universais, que exigem um grande volume de recursos, por políticas sociais focalizadas, que liberam mais recursos financeiros para obter superávits fiscais primários e pagar juros da dívida pública.

No que concerne à política de educação, desqualifica-se a universidade pública pela afirmação de que nela estudam os ricos, enquanto os pobres vão para as universidades privadas, que são de pior qualidade. Para que seja feita tal análise há um alargamento do

conceito de pobreza, uma vez que os “pobres” que são destinatários da política de assistência social não conseguem concluir, muitas vezes, o primeiro grau. Dessa forma, ao se tratar da desqualificação da universidade pública, há um número superestimado de pobres, no entanto, quando se trata da política de assistência social esse número é grosseiramente subestimado. É imprescindível assinalar que, mesmo que se admitissem adequados os conceitos de rico e pobre, pesquisas apontam que a distinção do nível de renda não ocorre entre instituições públicas e privadas, mas sim entre os cursos de maior e menor prestígio.

Como último desses pontos é possível afirmar que, oriunda dessa concepção, surge à proposta de cobrança de mensalidades para os estudantes de universidades públicas, para, em tese, redirecionar os recursos públicos para o ensino básico. Somada a esta concepção, são propostos financiamentos às universidades privadas, como o Prouni, e o incentivo à abertura de universidades e faculdades privadas, incentivo este que teve início nos governos de FHC e que teve continuidade nos governos petista.

Em suma, o debate sobre as desigualdades, circunscrito a esse paradigma, camufla as causas reais (estruturais) da pobreza; ignora a existência (e o conceito) de classes sociais e suas expressões na realidade brasileira; esconde a responsabilidade da estrutura de propriedade e do sistema financeiro na (re)produção dessas desigualdades; desconsidera a distribuição funcional da renda, que remete às classes sociais, e cunha conceitos inapropriados e irreais de ricos (relativos) e pobres (...); confunde a classe média (visível, física e estatisticamente) com os ricos e esconde os ricos verdadeiros (invisíveis, física e estatisticamente); de forma esdrúxula, divide os trabalhadores em ricos (privilegiados) e pobres; considera a distribuição de renda apenas no âmbito dos rendimentos do trabalho; ataca os direitos sociais e as políticas universais; e legitima a transferência de recursos do Orçamento, em montante crescente, para o pagamento dos juros e do serviço da dívida pública ao capital financeiro (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p.148).

A origem dessa concepção hegemônica sobre as desigualdades e a pobreza no Brasil pode ser encontrada em documentos e relatórios do Banco Mundial, que propõem a adoção de políticas sociais focalizadas. Desde a década de 1980, em toda a América Latina, as desigualdades sociais e a pobreza vêm sendo cuidadosamente desvinculadas do modelo de desenvolvimento econômico implementado. A pobreza torna-se uma das principais causas do baixo crescimento econômico, sendo que este dificulta, ou no limite, impede a redução da pobreza (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007).

Decorrente da identificação das diferenças entre as taxas de crescimento, sem haver questionamentos sobre a razão para tais, decorre outra tese do Banco Mundial que existiria

uma segunda causalidade entre pobreza e crescimento, tese esta que é feita de maneira inversa uma vez que considera a pobreza como elemento determinante do baixo crescimento das economias latino-americanas.

Haveria, pois, um círculo vicioso: o baixo crescimento impediria a redução da pobreza e esta, por sua vez, seria um obstáculo a um crescimento sustentado e mais elevado. Além disso, como as políticas (liberais) de crescimento tenderiam a apresentar resultados satisfatórios apenas no longo prazo – podendo até mesmo ter impacto negativo sobre a pobreza no curto prazo –, os governos deveriam se voltar para o combate à pobreza como estratégia complementar para obter maiores taxas de crescimento econômico (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p.150).

Ao se considerar a pobreza como uma variável externa à estrutura e à dinâmica capitalista, o relatório do Banco Mundial elege a redução da pobreza, juntamente com a ampliação do livre comércio e o constante aprofundamento das reformas liberais, como condição para obtenção de taxas de crescimento mais elevadas. Consideram a pobreza como a responsável pela sua própria perpetuação, uma vez que tem efeitos negativos nas taxas de crescimento, chegando-se ao limite do argumento tautológico de que a pobreza se autodetermina. A partir dessa formulação, tem-se a vinculação orgânica do modelo liberal periférico às políticas focalizadas de combate à pobreza, uma vez que o crescimento econômico e a redução da pobreza seriam resultado de um processo de implementação e aprofundamento de ambos.

Os autores prosseguem suas análises afirmando que a razão mais geral que faz da pobreza um obstáculo para o crescimento econômico é que os pobres não conseguem se inserir no mercado, seja como empregado, seja como empreendedores de bens e serviços seja como consumidores. Dessa forma, a pobreza desestimularia ou reduziria o potencial de investimento da economia, impedido assim a obtenção de maiores taxas de crescimento. Como consequência dessa constatação, acredita-se que o baixo nível de demanda efetiva, decorrente das baixas taxas de investimento e gastos públicos, seriam explicadas pela parcela da população que está parcialmente (ou completamente) excluída do mercado. Nesse sentido, a pobreza, que na verdade é produzida e reproduzida pela estrutura de sociabilidade vigente, passaria a ser responsável pelas baixas taxas de crescimento.

De acordo com o relatório, a baixa acumulação de “capital humano” (ou seja, o acesso à saúde e educação, principalmente) é que torna o indivíduo pobre, mas a pobreza por sua vez faz com que as famílias pobres não consigam investir em educação e elevar seu “capital humano”.

Estamos diante de um círculo vicioso: a baixa escolaridade produz os pobres e a pobreza; esta, por sua vez, impede um maior nível de escolaridade. Por meio desse raciocínio circular, que transforma uma correlação empiricamente observável – baixa escolaridade *versus* pobreza – em uma relação de causalidade, a estrutura de propriedade e a natureza do modelo econômico existentes não tem importância para explicar a criação e reprodução das desigualdades sociais da pobreza (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p.152).

A fim de se reduzir a pobreza, de acordo com o Banco Mundial, seria necessário aumentar o investimento nos pobres, a partir os programas de transferência de renda focalizados e condicionados, dessa forma, para se manter no programa, a família beneficiada é obrigada a manter os filhos na escola e fazer acompanhamento da saúde. Dessa forma, nas regiões mais pobres, o acesso ao crédito estimularia a formação de “capital humano” nas famílias pobres.

Para que seja possível a execução dessas medidas, seria necessário enfrentar o segundo motivo para a perpetuação e reprodução da pobreza. Nos países da América Latina, em geral, as cargas tributárias são reduzidas, além do gasto público ineficiente e mal focalizado, direcionado às parcelas da população não necessitadas, em detrimento dos seguimentos mais pobres. A partir dessa segunda explicação para a existência da pobreza, assim como a solução proposta para reduzi-la, (basicamente a execução de programas focalizados de transferência de renda), é possível ter certeza que a política social desenvolvida na contemporaneidade nega radicalmente àquela concebida e implementada a partir da década de 1930, no Estado de Bem-Estar Social. O objetivo dessas políticas focalizadas não têm o caráter de complementaridade às universais, mas sim substituí-las a fim de se economizar recursos para o pagamento da dívida pública. A política focalizada tem caráter mercantil e se apoia em um conceito de pobreza restrito, que reduz o número real de pobres e suas necessidades, procurando se adequar permanentemente as exigências do FMI e do capital financeiro a que são submetidos os países dependentes para garantir o pagamento da dívida pública.

A redução da pobreza é concebida como um “bom negócio” e transforma, por meio da transferência direta de renda o cidadão portador de direitos em um consumidor tutelado. Em sua origem e natureza, a política social focalizada nega os direitos e as políticas sociais universais, baseando-se em um discurso que ataca a seguridade e a assistência social públicas. Essa política divide os trabalhadores em cinco categorias – miseráveis, mais pobres, pobres, não pobres e privilegiados, esses últimos tendo acesso à seguridade social limitada e

incompleta, típica de países dependentes, particularmente na América Latina – e limita o conflito distributivo à base da pirâmide social, ou seja, desloca a disputa entre capital e trabalho, típica das sociedades capitalistas, para o âmbito interno da classe trabalhadora, causando a fragmentação da classe trabalhadora, uma vez que estimula a disputa entre os seus diversos segmentos (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007).

No que concerne ao crescimento econômico, as principais estratégias privilegiam a exportação de *commodities* e a atração de investimentos, pelas empresas transnacionais e do capital financeiro. Já o desenvolvimento social seria alcançado através do fortalecimento dos programas sociais, principalmente os programas de transferência de renda da política de assistência social. De acordo com Silva (2013, p. 96), “essas duas principais estratégias de crescimento econômico e de inserção no sistema internacional reincidentem na condição de dependência e heteronomia e, em verdade, *obliteram a proposta de desenvolvimento*”.

O crescimento econômico brasileiro é apropriado majoritariamente pelas transnacionais, que remetem as suas sedes as maiores fatias do crescimento interno, alcançado por meio da dilapidação dos recursos naturais e da exploração do trabalho precários, a partir de um dissimulado “sucesso” da justiça social, a partir do aumento dos postos de trabalho e a redução da desigualdade de renda, que ocorre também entre os setores da classe trabalhadora.

Os organismos e as estatísticas oficiais afirmam que o Brasil gerou milhões de postos de trabalho, fez emergir uma nova classe média e criou uma sólida economia interna, resistente às crises internacionais. A reversão positiva de indicadores sociais compõe o principal sustentáculo ideopolítico [...] e, com ele, da apropriação que o grande capital internacional opera sobre o crescimento econômico (aparentemente) brasileiro, e não é pequeno o papel da Assistência Social nesse processo (SILVA, 2013, p.96).

No que concerne ao crescimento dos empregos formais, no entanto, devido ao processo de desindustrialização e reprimarização da economia, este é predominantemente feito pelo setor terciário.

Disso decorre que a sua qualidade é cada vez mais precária e sua rotatividade é altíssima, fato conhecido entre nós, assistentes sociais que mantemos contato cotidiano com trabalhadores que, estando sob esse tipo de relação trabalhista, as aceitam com base no raciocínio de que “isso é melhor que nada”. Ou seja, são trabalhadores mal remunerados, expostos a riscos no trabalho sem a devida proteção social e, sobretudo, desorganizados, sem identidade sindical (SANTOS, 2012, p.442).

Nesse sentido, com o aumento do grau de precarização e flexibilidade do trabalho, aumenta-se na mesma proporção sua exploração. Os processos de terceirização são uma fonte de “barateamento” do valor trabalho e tem sido utilização cada vez mais recorrentemente em diversos setores da economia. No interior da dinâmica produtiva também é crescente essa incorporação, criando novos arranjos entre as formas de superexploração do trabalho no país, como os inúmeros modos de incorporação do trabalho informal à economia “formal”, através do estímulo ao “empreendedorismo” junto a segmentos pauperizados, pelo discurso da valorização do “trabalho por conta própria” e formas de desassalariamento que disfarçam situações de subemprego.

De acordo com Santos (op. cit., p.443) é importante deixar claro que este tipo de ocupação tem grande impacto no mascaramento dos índices de desemprego do país, visto que a metodologia de mensuração do IBGE não leva em conta essa precariedade, mas apenas considera o desemprego aberto, que embora seja a situação mais extrema, não reflete realmente qual a realidade do desemprego por considerar no contingente de “ocupados” aqueles trabalhadores que eventualmente possuam alguma renda. Ainda segundo a autora, por considerar “os altos índices de rotatividade nas ocupações e o subemprego que não posso nominar de outro modo senão de mitificação essa comemoração em torno da queda da taxa de desemprego no Brasil”. Se comparada aos índices da década de 1990, houve uma diminuição, porém, além de estar disfarçada, como pela metodologia do IBGE, não é possível desconsiderar a precariedade dos empregos gerados nesse contexto, que incidem na reprodução ampliada da desigualdade social que continua elevada, apesar do que afirma alguns “otimistas”.

É importante frisar que o saldo positivo do mercado de trabalho no Brasil, desde 1995, ocorre sempre nas faixas de rendimento mais baixos, que ocorrem em virtude da eliminação dos postos de trabalho em faixas salariais maiores. Nesse sentido, a geração de postos de trabalho ocorre *em função* e à custa da degradação da renda do trabalho em seu conjunto. Na atual fase do capitalismo mundial, que passa por um momento de crise, há a opção pela contratação de mão de obra precária e descartável, perfil este que é encontrado em grande quantidade no Brasil, além do país oferecer amplos subsídios para essas contratações, sendo um destes os programas de transferência de renda. Segundo a Anfip (2011 apud SILVA, 2013) a seguridade social cumpriu um importante papel ao *financiar as políticas de reajustes reais para o salário mínimo*, por programas de transferência de renda e outros benefícios de natureza assistencial.

No próximo item será discutido as mudanças na política de assistência social a partir da LOAS e da PNAS, bem como a centralidade que esta política assume a partir dos governos PT.

1.2.2 A política de assistência social a partir da LOAS e da PNAS

A política de assistência social alcançou o estatuto de política social pública e com a LOAS foram definidos os princípios, as diretrizes, as competências, a gestão e o financiamento dessa política, avanços conquistados em uma conjuntura adversa à expansão da assistência social como política pública. No entanto, a implementação da política revelou uma acentuada tendência à focalização, seletividade e fragmentação, comprometendo assim o princípio da universalidade, continuidade e sistematicidade das ações. A lógica do financiamento, baseada em dotações específicas para cada programa teve impacto negativo na continuidade e no rol de prioridades das ações, diminuindo a autonomia dos governos que antes podiam redirecionar prioridades e programas sociais.

As mudanças processadas na política de assistência social foram realizadas principalmente nos governos Lula, uma vez que há um grande crescimento dessa política, bem como a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Assim, a política de assistência social, desde sua incorporação ao tripé da Seguridade Social pela Constituição Federal em 1988, vem sofrendo um expressivo movimento reformador, desencadeado por seus marcos regulatórios (Loas/1993; PNAS/2004; NOB-SUAS/2005), que introduziram significativas alterações, dentre elas a exigência de novos modos de organização, processamento, produção e gestão do trabalho. Mais recentemente, é possível destacar a aprovação da Lei 12.435/2011, mais conhecida como “Lei do SUAS” que modifica a LOAS e introduz significativas alterações na área, dentre elas a exigência de novos modos de organização, processamento, produção e gestão do trabalho na assistência social.

O PL-SUAS, agora transformado em lei, altera a LOAS (Lei 8.742/93) instituindo o SUAS como meio de enfrentamento à pobreza com base em um sistema único de gestão pública da Política Nacional de Assistência Social/2004, descentralizada e participativa, assentado no compartilhamento e pactuação federativa e no co-financiamento dos entes federados. Embora não haja ainda uma definição de percentuais mínimos de financiamento público a serem garantidor para a assistência social, a exemplo da saúde e educação, a nova lei garante a continuidade do repasse de recursos aos beneficiários e aos serviços continuados a serem prestados pela rede

socioassistencial pública. Integra ainda este sistema único de gestão a exigência de controle social democrático por meio de conselhos e conferências de assistência social, e o monitoramento e a avaliação das ações, indispensáveis para conferir níveis de qualidade e de escala requeridos ao funcionamento dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais (RAICHELIS, 2011b, p.45).

Nessa nova política de assistência social instituída pelo SUAS define-se dois patamares de proteção social. A proteção social básica, que tem a família como unidade de referência, fica sob responsabilidade dos CRAS e de outras unidades básicas e públicas de assistência social, ofertando serviços locais que visam à convivência, à socialização e o acolhimentos de famílias cujos vínculos familiares e comunitários ainda não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho. Já na proteção social especial são considerados dois níveis de complexidade, a média e a alta, atendidos nos CREAS, que se destinam ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de direitos violados, com vínculos familiares e comunitários rompidos.

É importante ressaltar que estes serviços, antes da implantação do SUAS, eram prestados de forma dispersa, fragmentada e multiforme e, a partir de então, houve uma normatização, organização, racionalização e padronização dos serviços, considerando inclusive as particularidades regionais e locais.

Aqui cabe ressaltar dois aspectos contemplados com a instituição do SUAS: a possibilidade de superar a histórica cultura assistencialista brasileira, levada a efeito pelo patrimonialismo da classe dominante, cujos traços principais são a ideologia do favor, da ajuda, da dádiva, aliados às práticas fisiológicas e ao nepotismo; a outra refere-se à superação da ideologia da caridade e do *primeiro-damismo* através da criação de parâmetros técnicos e da profissionalização da execução da Assistência Social, como dão indícios as competências requeridas para a implementação da proposta (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2008, p. 191).

O SUAS traz inúmeras mudanças no marco teórico, na estrutura organizativa e nos mecanismos de gerenciamento e controle da nova política.

Neste governo, há a unificação dos programas sociais focalizados existentes no governo Cardoso em um só programa, o Bolsa-Família, no qual cada família participante recebe uma complementação de renda de acordo com sua renda *per capita* e com o número de crianças. Esse programa vem assumindo importância central no governo, transformando-se em uma arma político-eleitoral e ideológica de grande importância no cenário atual e que tem a finalidade de compensar a política econômica liberal-ortodoxa adotada (FIGUEIRAS;

GONÇALVES, 2007). Para o ingresso no programa, define-se uma “linha de pobreza” a partir de um nível de renda extremamente baixo, que exclui do programa, inúmeras famílias cuja renda é pouco superior ao limite estabelecido. Em relação aos valores pagos às famílias que se inserem no programa, seu valor se encontra aquém das necessidades mínimas reais de sobrevivência das famílias. Dessa forma, o programa não pode ser considerado como renda mínima, pois não é universal, não é constitucional e não guarda relação com as necessidades mínimas das famílias (id. *ibid.*).

De acordo com Sitovsky (2010), dentre os usuários do programa Bolsa Família constata-se que a maior parte dos responsáveis legais está desempregada ou se insere no mercado de trabalho por meio de vínculos precários. De acordo com a secretária Nacional de Renda de Cidadania do MDS, o programa Bolsa Família reduz a dependência das famílias mais vulneráveis das relações de trabalho precária, uma vez que ao ter acesso ao benefício, eles se sentem estimulados a buscar meios para continuar melhorando de vida. O que se verifica, porém é que o programa opõe-se as formas mais arcaicas de exploração do trabalho, no entanto não significa a inserção dos usuários no mercado de trabalho pela via do trabalho socialmente protegido. Constata-se, então, que os programas de transferência de renda retiram a população usuária da condição de *lumpemproletariado*, porém não acaba com as formas precárias de trabalho.

Nota-se, na política de assistência social, uma preeminência dos programas de transferência de renda, em detrimento da ampliação dos serviços sócio-assistenciais, comprometendo a garantia do acesso por todos que dela necessitarem, além da condição de extrema pobreza. De acordo com Silva (2008, apud SITCOVSKY, 2010) os programas de transferência de renda são destinados ao público-alvo da PNAS, representando a garantia de uma renda mínima de subsistência, independente do trabalho. O quantitativo do público-alvo atendido e o volume de recursos destinado aos programas oferecem pistas dos significados deste no conjunto de ações de proteção social no país.

Atualmente no Brasil, de acordo com algumas pesquisas, as taxas de desemprego caíram em todas as pesquisas sobre o tema, o que leva a análises cada vez mais otimistas sobre a “queda” da desigualdade social no país, medida pela redução do número de famílias em situação de extrema pobreza. Segundo o Ipea vem ocorrendo sucessivas quedas no grau de desigualdade e de concentração dos rendimentos do trabalho no país a partir de 2002, que se relacionam com a valorização do salário mínimo na base da pirâmide; com o crescimento do trabalho com carteira assinada, sendo que este vem ocorrendo com a demissão de

trabalhadores nas faixas salariais mais altas e com admissões exclusivamente nas faixas salariais inferiores; bem como com a renda oriunda da proteção social, a partir da expansão dos programas de transferência de renda, em especial do programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Em síntese, o Instituto demonstra que os gastos das políticas sociais se convertem, também, em benefícios de caráter estritamente econômico, como o crescimento da renda das famílias e do PIB, para os quais esses gastos têm efeito multiplicador maior que o efeito do investimento, o da exportação de *commodities* agrícolas ou o efeito do pagamento de juros, posto que gastos de benefícios assistenciais (BPC e PBF) e previdenciários alcançam os mais pobres e a classe média, cujos consumos dirigem-se ao mercado interno. Também no tocante ao índice de Gini, o Instituto demonstra que “gastos incrementais no BPC e PBF são claramente *os que mais contribuem para a queda da desigualdade*, corroborando o ‘papel virtuoso do gasto social e, mais especificamente, das transferências de renda direcionadas aos mais pobres’” (SILVA, 2013, p.99).

Dizer que existe uma queda nas taxas de desemprego não quer dizer, necessariamente queda nos níveis de desigualdade, visto que o desemprego continua alto entre as pessoas de baixa renda e a concentração de renda no país ainda é alta. O processo de pauperização, mesmo com a queda no desemprego, vem sendo enfrentado principalmente com políticas de assistência social, principalmente pelos programas de transferência de renda. Isso quer dizer que a “questão social” passa a ser enxergada, principalmente, como sinônimo de “exclusão social” e reduzida à pobreza. A redução das políticas sociais ao combate da pobreza é mais uma ferramenta de “desmonte” da proteção social de cunho universalizante.

A política econômica do governo e a expansão e reorganização da política de assistência social são compatíveis, porém apesar de tal compatibilidade é preciso distinguir duas questões. A primeira refere-se a crítica à adoção da assistência social como principal mecanismo de enfrentamento das desigualdades sociais, já a segunda é a sua importância como política não contributiva, voltada para o atendimento de alguns problemas sociais vividos pela população, portanto, necessárias, mas em uma perspectiva de acesso às demais políticas sociais universais. Como apresentado anteriormente, a política de assistência social passa a ser, para parcela significativa da população, a política de proteção social e não parte desta.

Para atingir a essa ampla gama de setores, o Estado limita o acesso, impondo critérios de seletividade como, por exemplo, o critério de renda de um quarto do salário mínimo, promovendo assim “as políticas de exceção”. Nesse sentido, “poder-se-ia argumentar que a

assistência social estaria assumindo a condição de política estruturadora das demais políticas sociais, como emprego e renda, qualificação profissional, dentre outras” (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2008, p. 189).

Os programas de transferência de renda, apesar da insuficiência quando se considera a “questão social” de forma mais ampla, é sem dúvidas uma medida extremamente popular, que responde por boa parte dos níveis de aprovação dos governos petista. O Programa Bolsa Família não é capaz de desarmar os mecanismos estruturais de reprodução da pobreza, mas tem um papel político de suma importância, uma vez que consegue amortecer tensões sociais, mantendo o público alvo do programa em uma posição de dependência e insegurança. Cria-se uma relação direta entre o presidente e o eleitor, uma vez que para a população usuária, o programa é fruto da vontade do governante.

O programa Bolsa Família constitui, de fato, uma política assistencialista e com grande potencial clientelista, portanto, manipulatória do ponto de vista político, em particular quando se leva em conta o seu público-alvo: uma massa de miseráveis desorganizada e sem experiência associativa e de luta por seus direitos. A renda transferida às famílias não constitui um direito social, podendo ser reduzida e/ou retirada a qualquer momento, ao sabor dos interesses de cada governo – bem ao gosto da política fiscal liberal-ortodoxa, que não concorda com nenhuma vinculação orçamentária entre receita e despesa, com exceção, naturalmente, do pagamento dos juros da dívida pública (a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal tem esse objetivo) (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p.167).

Completando o quadro político e econômico do país atualmente, é preciso considerar a atualização da “revolução passiva” e do “transformismo” como uma das estratégias de desmobilização dos movimentos sociais ao integrar algumas de suas lideranças à gestão burocrática do aparato de Estado, sob a aparente realização das bandeiras históricas desses movimentos. Essa cooptação de lideranças, que confere um “ar de consenso” típico de episódios de “revolução passiva” brasileiros, possibilitou aos governos petistas realizarem as contrarreformas neoliberais que não puderam ser realizadas na “era FHC”, como a previdenciária e a da educação.

Além dos programas de transferência de renda, outra vertente da política social implementada no Brasil, são os programas de microcrédito, dirigidos a determinados segmentos sociais pobres, a fim de reintegrá-los ao mercado. Esses programas são extremamente limitados e não muito relevantes, direcionados às atividades tradicionais e precárias.

De acordo com a análise da política social a partir dos governos petistas, é possível constatar que esse tipo de política está diretamente associada e articulada ao modelo econômico vigente, em particular à política econômica e seus impactos sociais. Apesar de haver diferenças, no essencial, o conteúdo da política social desenvolvida no governo FHC é a mesma dos governos petistas, uma vez que a origem desse tipo de política descende de uma preocupação das instituições multilaterais com a instabilidade econômica dos países dependentes, após a ocorrência de sucessivas crises econômicas. Nesse sentido, é possível constatar que políticas sociais focalizadas, flexibilização e precarização do trabalho combinam perfeitamente, uma vez que ambas são regidas pela lógica das intervenções pontuais e precárias que não se contrapõem ao modelo econômico neoliberal e às determinações dos organismos multilaterais.

Apesar de se considerar a importância dos programas de transferência de renda uma vez que, muitas vezes, o valor do benefício recebido é a única fonte de renda da família, acredita-se que, como atualmente encontra-se estruturado, o programa não é capaz de criar novas perspectivas para as famílias que neles se inserem, apenas reforçam sua condição de “exclusão”. Outro fato importante de se destacar é que este não pode ser considerado como um programa de renda mínima, uma vez que, além de não ter caráter universal de acesso, o valor dos benefícios não garante as necessidades mínimas reais de sobrevivência.

Conforme o exposto, é possível afirmar então que há uma mistificação de que a “era” petista reduziu a desigualdade social, visto que o crescimento econômico se realizou a partir de medidas ortodoxas de combate à inflação e a manutenção da estabilidade da moeda, que já ocorria no período de FHC. A redução das taxas de desemprego anunciadas e a “pretensa” mobilidade social ascendente não ocorreu de fato, uma vez que o Brasil continua tendo um alto índice de desigualdade maior que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (SANTOS, 2012). O que ocorre é um movimento contraditório entre o aumento da superexploração do trabalho aliado a uma “passivização” de alguns movimentos sociais, cujas lideranças possuem cargos no governo, e de parcela da classe trabalhadora, que beneficiária dos programas de transferência de renda do governo, sente que suas necessidades imediatas são “atendidas”.

1.2.2.1 A centralidade da política de assistência social e os programas de transferência de renda

De acordo com Mota, Maranhão e Sitcovsky (2008), as políticas de proteção social, na sociedade capitalista, expressam as contradições e os antagonismos de classes. Independente dos objetivos específicos de intervenção, essas políticas dependem tanto do nível de socialização da política, conquistado pelas classes trabalhadoras, quanto das estratégias do capital, na incorporação das necessidades do trabalho.

Diariamente ouve-se notícias que propagam a tese da crise fiscal do Estado e em consequência desta tese, a qualidade dos serviços prestados diminui, como resultado de uma política de corte nos recursos. De acordo com Benjamin et al. (2002, apud Sitcovsky, 2008), no entanto, o déficit público é de natureza essencialmente financeira.

A política econômica em curso vitimou diretamente os setores mais empobrecidos da sociedade que dependem diariamente dos serviços públicos, sobretudo, aqueles prestados pelos estados e municípios. Estes foram forçados a sanear seus gastos, muitas vezes privatizando suas empresas públicas, mas, a contrapelo de justificativas, estados e municípios tiveram suas dívidas aumentadas, muito provavelmente, em virtude da criação do Fundo Social de Emergência, o qual transferiu receitas daqueles à União (SITCOVSKY, 2008, p. 149).

A política de corte de gastos foi acompanhada de uma forte retração das políticas sociais, levando muitas das vezes a uma desresponsabilização estatal, que culminou no processo de *mercantilização* dos serviços sociais, processo este que aponta as novas tendências da seguridade social no Brasil.

Segundo Pastorini e Galizia (2007), foram introduzidas algumas medidas que delinearão um novo perfil para a proteção social, que a partir das contrarreformas dos anos 1990 consagraram projetos em que predominam as propostas para conservação de sistemas mistos, que tendem a “combinação de estratégias de privatização das estruturas permanente de proteção social (saúde e previdência), à seletividade de beneficiários em todas as áreas e ao aprofundamento da focalização das intervenções no social para grupos específicos”. (id. *ibid.*, p.88).

Essa nova forma como a Seguridade Social se estrutura, ao focalizar os segmentos mais pobres da sociedade, imprime um outro desenho à política de assistência social, principalmente devido à centralidade dos programas de transferência de renda nessa expansão.

Como exposto, há um retrocesso no campo dos direitos já consolidados, uma vez que há uma crescente mercantilização das políticas públicas, como a saúde e educação e há um crescimento da política de assistência em relação às demais, se apresentando atualmente

“como estratégia de integração responsável em possibilitar a reprodução econômica e social de uma parcela significativa e crescente da população brasileira” (SITCOVSKY, 2008, p.158).

Devido à centralidade da política de assistência em relação às demais e como esta se configura percebe-se que, atualmente, vem ocorrendo um fenômeno de assistencialização e privatização da proteção social, transformando-a, segundo Mota (2008, p.140-141) “no principal instrumento de enfrentamento da crescente pauperização relativa, ampliando o exército industrial de reserva no seio das classes trabalhadoras”.

Entende-se que a assistencialização das políticas sociais se refere ao processo em que, na Seguridade Social, a assistência social passa a adquirir centralidade dentre as políticas sociais e sua dimensão assistencial de combate à pobreza torna-se política *específica* e prioritária juntamente a um processo de precarização e privatização dos serviços sociais estruturantes, lógica esta instalada no trato das expressões da “questão social”.

A lógica e o discurso são de que o Estado deve dirigir suas ações para os mais pobres e miseráveis, estabelecendo-se uma linha de pobreza minimalista e empurrando os demais para a contratação de serviços no mercado (saúde, educação, e previdência, principalmente). Na verdade, a classe média (inclusive parte da chamada classe média baixa) há tempos supre suas necessidades no mercado (em particular com escolas e planos de saúde privados), sem usar os precários serviços ofertados pelo Estado (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 161).

Assim, de acordo com Mota (2008), as políticas sociais que integram o tripé da seguridade social brasileira, longe de formar um amplo e articulado mecanismo de proteção, adquiriram a perversa posição de conformarem uma unidade contraditória. Enquanto avançam a mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência, restringindo o acesso e seus benefícios, a assistência social se amplia, como política não contributiva, transformando-se em um novo fetiche de enfrentamento da desigualdade social, visto que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil. Isto representa a clivagem da política social em torno de dois pólos: *a privatização*, com a figura do cidadão-consumidor, e *a assistencialização da proteção social*, pela figura do cidadão pobre, público alvo da política de assistência social.

Mesmo que não haja uma relação direta entre focalização na pobreza e desarticulação das políticas sociais, compreende-se que o destaque dado à assistência social, a partir dos programas focalizados de combate à pobreza, ocorre concomitantemente a uma desarticulação das demais políticas sociais. Percebe-se, então, que há uma participação central da assistência social como medida de gestão da pobreza, porém sem que haja articulação com políticas

sociais de direitos e garantias, como a habitação, educação, trabalho e emprego, dentre outras. Nesse sentido, compreende-se que o processo de assistencialização das políticas sociais se caracteriza pela compressão das políticas públicas garantidoras de direito, ao mesmo tempo em que se tem um destaque da assistência social como principal mecanismo de combate à pobreza, a ampliação do setor privado e suas parcerias com o Estado, bem como a garantia de serviços públicos e gratuitos focalizados e emergenciais.

Pode-se afirmar que, desde a década de 1990, presencia-se abertamente as investidas da classe dominante contra a seguridade social brasileira que ocorre via mercantilização de serviços sociais concomitante a uma expansão de políticas sociais compensatórias.

A conjunção entre expansão pública e mercantilização faz parte das proposições neoliberais, postuladas como assecuratórias da equidade, cujo princípio é dar mais a quem tem menos. O que chama atenção é a capacidade que tiveram as classes dominantes em capitalizar politicamente a Assistência Social, transformando-a no principal instrumento de enfrentamento da crescente pauperização relativa, ampliando o exército industrial de reserva no seio das classes trabalhadores. Em tal contexto, um dos instrumentos da repolitização da política, como parte da *pedagogia da hegemonia*, consistiu em definir este segmento de classe como “excluídos” e os programas de Assistência Social como estratégia de inclusão (MOTA, 2008, p.141).

A partir dessas mudanças, novas tendências surgem para a política de assistência social, que são destacadas em cinco pontos por (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2008, p.182-184).

O primeiro deles diz respeito à regressão das políticas redistributivas, de natureza pública, em prol de políticas compensatórias de “combate à pobreza”.

De acordo com dados da pesquisa de Boschetti e Salvador (2006 apud Mota, 2008) percebe-se que o aumento dos recursos repassados pelo governo federal para a política de assistência social foi feito majoritariamente na forma de transferência direta aos beneficiários, via programas de transferência de renda. Isso, porém não significa que outros mecanismos presentes na PNAS não tenham sido implementados, ao contrário, a criação do SUAS reordenou as ações da assistência, porém é importante destacar que, ao fazê-lo, subtraiu diretos de outras frações da classe trabalhadora.

E isso não se faz aleatoriamente. Ora, se consideramos a seguridade social como uma das mediações do processo de reprodução social, como um mecanismo que tenha uma base material, fundado em necessidades objetivas, mas que ao transitar na esfera das superestruturas, como instituição social e mecanismo de enfrentamento da desigualdade, adquire

um caráter ideológico e político, tal desenho adquire outro significado político (MOTA, 2008, p.135).

O segundo aspecto se relaciona com a privatização e expansão de alguns serviços sociais, concomitante com a expansão dos programas sociais de exceção, voltados para o *cidadão-pobre*, com renda abaixo da definida como linha da pobreza

O terceiro ponto refere-se à emergência de novos protagonistas, como a empresa socialmente responsável e o voluntariado, que amparam a redefinição do Estado, uma vez que agora está atrelada à capacidade de participação da sociedade civil. Tal tendência reforça a proposta de um *Estado-gerente*, com capacidade operacional limitada, visto que depende de seus parceiros para executar programas e projetos sociais, como o caso do “terceiro setor”. São desenvolvidas estratégias de desenvolvimento local e sustentável e de desenvolvimento social baseado na formação de capital humano e social.

O quarto destaque se refere à emergência de novas categorias que, embora possam explicar as manifestações singulares do real, reverterem às possibilidades de se realizar uma análise crítica da sociedade e das determinações da desigualdades.

São conceitos operativos que validam e facilitam a estruturação das políticas, mas, pela reduzida extensão heurística, comprometem a análise da realidade, tais como: os conceitos de território e comunidade, os níveis de complexidade das problemáticas sociais, a ideia de acolhimento social, a relação entre inclusão e exclusão, para citar os principais (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2008, p. 183).

A reflexão dos autores conclui-se com o pouco discutido nexos entre a assistência social e as políticas públicas de intervenção sobre o mercado de trabalho, que esvazia o debate sobre a precarização do trabalho e a própria proteção social pública aos riscos do trabalho, favorecendo medidas pontuais e de duvidosa eficácia contra o desemprego, a geração de renda e a formação da força de trabalho

Nesse sentido, o trabalho assalariado, para expressiva parcela da população, gradativamente vai deixando de ser o ideário de integração, sendo substituído pela política de assistência social, mais precisamente por programas de transferência de renda, que possibilitam o acesso aos bens de consumo. Ou seja, a parcela da população que não tiver suas necessidades atendidas pelo mercado de trabalho, mediante o pagamento de salários, tornar-se-á público alvo da assistência social.

De acordo com Sitcovsky (2008, p.164) “isso denota a relação existente entre a assistência social, o trabalho e a intervenção do Estado na reprodução material e social da

força de trabalho”. Os impactos econômicos e sociais nas famílias e municípios atendidos pelos programas de transferência de renda sinalizam a centralidade da política de assistência social, uma vez que, na maioria dos casos, os benefícios pagos por esses programas são, uma importante parte da renda familiar, quando não a única.

Por outro lado, de acordo com Boschetti (2000 e 2003, apud Mota, 2008), apesar de não estar tratando o mérito da expansão da assistência social face da privatização da previdência e da saúde, existe uma relação contraditória entre previdência e assistência social visto que a cobertura da previdência ocorre pela existência de vínculos com o trabalho assalariado e a da assistência social com os não-inseridos no mundo do trabalho, os pobres. Segundo a autora, a combinação entre assistência social – destinada aos pobres inaptos para o trabalho – e a previdência – decorrente do exercício do trabalho – pode parecer coerente e garantir a proteção social universal, assim como nos países onde predomina ou predominou o *Welfare State*, porém em uma sociedade do trabalho precarização como o Brasil, ela deixa completamente descoberta os pobres economicamente ativos, ou seja, aqueles que têm trabalho, mas com renda insuficiente para garantir suas condições de vida.

Para Mota (2008) instala-se uma fase na qual a política de assistência social se torna mais do que uma política de proteção social, tornando-se um mito social menos pela sua capacidade de intervenção direta e imediata (principalmente pelos programas de transferência de renda, que tem impacto no aumento do consumo e acesso a mínimos sociais de subsistência da população mais pobre) e mais pela sua condição de ideologia e prática política fortalecida no plano superestrutural a partir do apagamento do lugar que a precarização do trabalho e o aumento da superpopulação relativa tem no processo de reprodução social.

O que está em discussão não se refere à visão estreita ou residual da política de assistência social, mas sim o estatuto que ela assume nessa conjuntura. As classes dominantes invocam a política de assistência social como solução para combater a pobreza relativa e imprimem nela o selo de enfrentamento da desigualdade ao mesmo tempo em que exercitam a sua condição de classe dirigente.

Assim, frações dirigentes da classe dominante – paralelamente à crise político-organizativa dos que vivem do seu trabalho – constroem, na atualidade, *outra*, cultura sobre o social: não mais a sustentada pelo pacto fordista-keynesiano, nem pela exclusividade da mercantilização, mas hipotecando à sociedade e às políticas de combate à pobreza a solução para o enfrentamento do pauperismo. Por isso mesmo, também as novas conceituações de questão social e das políticas de seguridade social passam a ser chaves para esgarçar qualquer tentativa de vinculação entre pobreza e acumulação da riqueza (MOTA, 2008, p.143).

Ocorre um verdadeiro *transformismo* nos conteúdos que informam a “questão social”, que passam a adquirir novos significados, tais como questão social como exclusão, como objeto da política social, como ausência de cidadania e direitos sociais, como desemprego. Essas tendências estão implícitas nas repostas do conjunto de programas e iniciativas vigentes no atual perfil da seguridade social.

Como explicitado anteriormente neste capítulo, a partir dos governos petistas programas de transferência de renda, característicos das políticas sociais focalizadas, ganham uma dimensão nunca vista, ampliando-se os montantes destinados a eles bem como o número de famílias beneficiadas. Dessa forma, para uma grande parcela da população, a assistência social e os programas que vêm sendo desenvolvidos nessa “assume a tarefa de ser a política de proteção social, e não parte da política de proteção social” (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2008, p. 189).

Atualmente, a política de assistência social está assumindo um papel na esfera da proteção social que tenta suprir necessidades que seriam no âmbito de outras políticas, o que faz com que esta adquira a condição de mecanismo integrador, papel que deveria ser desempenhado pelo trabalho. Tal fato garante à assistência social um papel central na seguridade social, (sendo este anteriormente desempenhado pela previdência social), que, segundo Mota (2008, p.138), “assume a condição de uma política estruturadora e não como mediadora de acesso a outras políticas e a outros direitos, como é o caso do trabalho”.

Para Santos (2012) o trabalho cotidiano dos assistentes sociais com os mais diversos ramos populacionais gera grandes contribuições para desentranhar as mediações necessárias ao processo contínuo de particularização da “questão social” no Brasil. As políticas sociais são as respostas do Estado às sequelas da “questão social”, que são recortadas como problemáticas particulares e o mercado de trabalho emprega o assistente social para responder a uma “problemática” particular da “questão social”, obscurecendo o trabalho e suas modalidades de exploração.

Nesse sentido, é preciso que não haja no corpo profissional suporte para que se possibilite a centralização dos objetivos do Serviço Social às suas funções no plano assistencial, operando uma redução do Serviço Social à “profissão da assistência” (NETTO, 2007).

Esse enfrentamento focalizado da “questão social” deve ser debatido tanto fora da profissão quanto em seu interior, uma vez que existem setores da categoria profissional que se diferenciam em relação ao projeto ético-político. Desta forma, as diversidades da “questão

social” devem ser debatidas e enfrentadas a fim de não cair na “armadilha” do transformismo”, como demais setores de oposição neutralizados na “era” petista e com isso perder a capacidade crítica diante desse contexto de tantas mistificações.

Será realizado no próximo item uma análise dos fundamentos do trabalho do assistente social e das transformações que ocorreram no interior da profissão a partir da década de 1980. Será discutido também os impactos sofridos pelo PEP a partir dos governos PT.

1.3 Fundamentos do trabalho do assistente social

Para entender as diferentes dimensões do processo de precarização do trabalho do assistente social nesse contexto de transformações e redefinições do trabalho na contemporaneidade é preciso, primeiramente, proceder à uma análise da profissão.

Nas últimas três décadas houve um significativo avanço do Serviço Social brasileiro a partir do seu processo de renovação teórico-metodológica e ético-política, bem como da sua produção científica e do fortalecimento das suas entidades de representação científicas e políticas.

A partir da análise da profissão na década de 1980, realizada por Yamamoto e Carvalho (2004), com base na teoria social marxiana, o Serviço Social passa a ser analisado inserido no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas e o assistente social reconhecido como um trabalhador assalariado. As recentes produções de Yamamoto (2002, 2006, 2009, 2011) chamam a atenção para o fato de não derivar dessa análise todas as consequências teóricas e políticas relacionadas ao reconhecimento do assistente social como trabalhador assalariado.

Afirmar que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo, e identificar o seu *sujeito vivo* como trabalhador assalariado, implica problematizar como se dá a relação de compra e venda dessa força de trabalho a empregadores diversos, como o Estado, as organizações privadas empresariais, não governamentais ou patronais. Trata-se de uma interpretação da profissão que pretende desvendar suas particularidades como parte do trabalho coletivo, uma vez que o trabalho não é a ação isolada de um indivíduo, mas é sempre atividade coletiva de caráter eminentemente social (RAICHELIS, 2011a, p. 423).

O Serviço Social emerge na era do capitalismo dos monopólios, contexto em que a “questão social”, devido a seu caráter de classe, passa a demandar do Estado mecanismos de intervenção não só econômicos, mas também políticos e sociais. Sua institucionalização ocorre devido à progressiva intervenção do Estado no processo de regulação social, no qual as manifestações da “questão social” se tornam objeto das políticas sociais, a partir de uma dupla perspectiva: ao mesmo tempo em que atende as necessidades sociais coletivas e individuais da classe trabalhadora, opera no sentido de garantir um pleno desenvolvimento capitalista e seu processo de acumulação privada em benefício do grande capital monopolista.

Dessa forma, é a partir dessa necessidade social que surge um espaço sócio ocupacional para o assistente social e para outras profissões na divisão do trabalho, “constituindo objetivamente as condições através das quais a profissão será demandada e legitimada para a execução de um amplo leque de atribuições profissionais, notadamente no âmbito das diferentes políticas setoriais” (id. *ibid*, p.424).

De acordo com Montañó (2007), o Serviço Social tem dedicado um importante espaço intelectual à tentativa de responder sobre sua origem como profissão e sua legitimação, além das funções que cumpre na sociedade e no Estado. Nesse sentido, existem duas teses claramente opostas sobre *a natureza e o processo da gênese do Serviço Social*. Estas foram formuladas de tal forma que se constituem em teses alternativas e mutuamente excludentes.

A primeira tese sustenta a “origem do Serviço Social na *evolução, organização e profissionalização das formas* ‘anteriores’ de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculada agora à intervenção na ‘questão social’”, sendo esta uma perspectiva endogenista (MONTAÑO, 2007, p.19-20). As análises da natureza do Serviço Social, sob esta perspectiva, não consideram o real como fundamento e causalidade da gênese e desenvolvimento da profissão, mas vinculado às opções particulares, sem conectá-la aos contextos históricos. Esta tese tem uma clara *visão particularista* ou *focalista*, uma vez que compreende o surgimento do Serviço Social diretamente vinculado às opções particulares dos sujeitos “filantropo-profissionais”, ao buscar evoluir a sistematização, organização e profissionalização das ações que desenvolviam de forma assistemática, desorganizada e voluntariamente.

Nesse sentido, esta tese não considera *o papel que o Serviço Social representa na ordem social*, não cumprindo dessa forma uma função socioeconômica e política dentro desta ordem, sua tarefa é considerada autonomamente na prestação de serviços a pessoas, grupos e comunidades particulares. Dessa forma, apenas compreende o assistente social e as funções que desempenha em sua relação com a população que atende aos destinatários de sua

intervenção, não sendo capaz de visualizar “o papel do Serviço Social em relação à instituição empregadora e vinculado a uma ordem socioeconômica e política” (op. cit., p.29).

A partir dessa perspectiva, compreende-se a gênese do Serviço Social como uma evolução das formas anteriores de assistência e ajuda, sendo que “o limite posto nos antecedentes, nas fontes, nos precursores que teriam levado à criação do Serviço Social é absolutamente arbitrária”. Essa constatação apresenta um caminho metodológico e teórico equivocado, uma vez que: 1) considera um número tão vasto de “antecedentes” que se perde qualquer perspectiva crítica da história da profissão; 2) não é capaz de explicar porque as práticas filantrópicas e caritativas não desaparecem, já que, segundo essa tese, teriam sido substituídas pelo Serviço Social profissional; 3) não é capaz de visualizar que ocorre uma ruptura do significado, da funcionalidade e da legitimação entre as antigas práticas filantrópicas, voluntaristas e o Serviço Social, quando o assistente social aparece como um trabalhador assalariado. Nessa tese, o único elemento diferenciador entre os “antecedentes” e o “Serviço Social” profissional é a própria racionalização, organização e tecnificação desta última; 4) uma vez que usa o argumento de que o surgimento da “questão social” deu lugar à gênese do Serviço Social, essa perspectiva não é capaz de explicar como existe mais de um século de distância entre o surgimento das refrações da questão social e o da profissão (op. cit., p.29-30).

Em oposição à tese anterior, surge uma segunda tese de interpretação sobre a gênese e natureza do Serviço Social: a perspectiva histórico-crítica, que entende o surgimento da profissão como um “produto das sínteses dos *projetos políticos-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas da ‘questão social’*” (MONTAÑO, 2007, p.30, grifos do autor). A perspectiva *histórico-crítica* se apresenta como uma alternativa teórico-explicativa inteiramente distinta da primeira tese, sendo mutuamente excludentes, uma vez que engendram uma contraposição de perspectivas: “particularismo” *versus* “totalidade” (id. *ibid.*).

Nessa perspectiva, tem-se o entendimento que o assistente social é um profissional que desempenha claramente um papel político, tendo uma função que não se auto explica, mas pela posição que o profissional ocupa na divisão sociotécnica do trabalho. Essa tese sobre a gênese da profissão parte, então, de uma perspectiva totalizante, compreendendo que seu surgimento vincula, é determinado e forma parte de uma ordem socioeconômica determinada.

Nesse sentido, é resultado da síntese de projetos enfrentados e da estratégia da classe hegemônica, no contexto do capitalismo monopolista.

Nessa direção, para Iamamoto e Carvalho (2004, p.77) “o Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo como determinação o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana”, contexto em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, “que emerge sob novas formas a chamada ‘questão social’, a qual torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado”.

Netto (2005) defende a mesma perspectiva dos autores anteriores, sendo que, para ele, a profissionalização do Serviço Social não ocorre devido à “evolução da ajuda”, ou a “racionalização da filantropia”, nem a “organização da caridade”, mas vincula-se a ordem monopólica. É só a partir de então que a atividade dos agentes profissionais pode receber pública e socialmente um caráter profissional. Dessa forma, enquanto profissão, o Serviço Social é indivorciável da ordem monopólica, uma vez que é nesta que é criada e fundada a profissionalidade do Serviço Social.

Assim, para eles, não há evolução (de formas anteriores de ajuda para o Serviço Social “profissionalizado”), e sim *criação* de um novo ator, de uma nova profissão, que, no entanto, não se constitui com uma identidade meramente atribuída, na medida em que os primeiros profissionais “levam” consigo suas próprias características (sua subalternidade de gênero, suas formas de prática voluntarista ligadas à assistência e à filantropia, sua formação confessional, sua origem de classe etc.), tendo tido um relativo protagonismo na constituição do Serviço Social (MONTAÑO, 2007, p.54, grifos do autor).

A partir da perspectiva histórico-crítica desenvolve-se uma tese de que a profissão é legitimada oficialmente pelo *papel que cumpre na e para a ordem burguesa*. Uma profissão se legitima a fim de dar respostas a determinadas necessidades sociais e devido à existência de instituições e organizações com interesses e capacidades de contratar esses profissionais para dar tais respostas. No que concerne ao surgimento do Serviço Social, este ocorre devido à existência da “questão social” e suas refrações e de organismos que desenvolvam políticas sociais. Dessa forma, “entre a necessidade social e a demanda profissional do mercado (ou institucional) deve mediar um processo de conversão, que transforme as necessidades sociais em demandas e reivindicações da população”, que posteriormente serão transformadas em respostas institucionalizadas por parte da sociedade. Sendo assim, é somente quando as

demandas assumem a forma de políticas e serviços sociais é que aparece legitimamente instituída uma profissão como o Serviço Social (id. *ibid.*, p.59).

De acordo com Montaña (2007), a legitimidade profissional apresenta, então, duas dimensões que expressam um processo tenso e contraditório da dinâmica social, que formam necessariamente parte de uma unidade: a *dimensão hegemônica* da legitimidade e a *dimensão subalterna*. A *dimensão hegemônica* remete à *relação assistente social/classe demandante-empregador*, ou seja, remete à *funcionalidade* que a profissão tem para a classe que o emprega. A *dimensão subalterna*, por outro lado, refere-se à *relação assistente social/usuário*, que é quase sempre mediatizada pelo Estado ou outros organismos oficiais e empresariais. Apesar de não ser o demandante direto da intervenção profissional é este o sujeito que transforma suas necessidades e carências em reivindicações e demandas postas ao Estado e/ou em lutas contra as classes hegemônicas, e em demandas profissionais que tomam a forma de políticas e serviços sociais e assistenciais.

Essas dimensões que garantem legitimidade a profissão são elementos por vezes contraditórios, uma vez que essas são tensionadas por sujeitos diferenciados em seus interesses e objetivos, o que faz com que o assistente social, em sua ação profissional, atenda a demandas das duas classes antagônicas, ou seja, pela sua ação profissional, o assistente social reproduz seus interesses e necessidades.

A partir da análise da gênese da profissão, tendo por base de interpretação a segunda tese, compreende-se que o assistente social ocupa um lugar na divisão social e técnica do trabalho dentro de um projeto ético-político hegemônico, contribuindo com suas ações tanto com a acumulação capitalista quanto com a defesa dos direitos da classe trabalhadora (MONTAÑO, 2007). Essa inserção é considerada tanto um resultado das mudanças societárias, quanto da ação de seus sujeitos que a constroem coletivamente em condições sociais dadas (IAMAMOTO, 2006).

Sendo o assistente social um trabalhador, vende sua força de trabalho aos empregadores em troca de um equivalente expresso na forma monetária, ingressando nas instituições como parte de um coletivo de trabalhadores, que executa ações institucionais, tendo como resultado final algo fruto do trabalho combinado, assumindo perfis diferenciados nos vários espaços ocupacionais. Nesse processo de compra e venda de sua força de trabalho, ou seja, devido à condição assalariada, está envolvida a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho que incluem, também, o fornecimento de recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos indispensáveis à

execução do trabalho, bem como a “escolha” de algumas expressões da questão social que serão objeto de trabalho do assistente social neste determinado espaço (IAMAMOTO, 2011).

Além das demandas postas pelo empregador, as atividades desenvolvidas pelo assistente social também são direcionadas pelas necessidades sociais dos sujeitos a quem se destinam as ações, que, condicionadas pelas lutas sociais e pelas relações de poder, transformam as demandas profissionais. A relativa autonomia que o assistente social possui é dependente da correlação de forças econômica, política e cultural, que envolvem relações com sujeitos sociais determinados e se desenvolvem de maneira distinta nos distintos espaços sócio ocupacionais em que o assistente social se insere (op. cit., p.219-230).

De acordo com Raichelis (2011a) o projeto ético-político exige um perfil profissional qualificado, que execute ações que vão além da execução de programas e políticas, mas que seja um profissional com capacidade de apreensão crítica da realidade e do contexto dos interesses e correlação de forças que tencionam suas atividades no seu cotidiano de trabalho.

As potencialidade da ação profissional sintonizadas com o projeto ético-político não se manifestam de forma imediata aos assistentes sociais, estando intrinsecamente relacionadas à capacidade desses de estabelecer mediações, que possibilitem elaborar ações com base no referencial teórico-metodológico e técnico-político que orientam sua intervenção. Nessa busca por mediações, é necessário considerar, dentre outros elementos, a natureza da instituição, a finalidade da inserção do Serviço Social na mesma, as demandas que lhes são postas e a participação dos cidadãos nesse processo (DURIGUETTO, 2011, p. 152).

As ações profissionais dos assistentes sociais são norteadas por um referencial teórico-metodológico e por um direcionamento ético político. A construção desses é fruto tanto de condicionantes sociais, como são construídos coletivamente pelos seus agentes profissionais. Dessa forma, os princípios e valores que imprimem uma direção social ao exercício profissional são um produto histórico, cabendo ao assistente social, em seu cotidiano de trabalho, ter clareza desses princípios que foram construídos coletivamente.

1.3.1 As transformações no âmbito da profissão a partir da década de 1980

As mudanças que culminaram no projeto profissional defendido na contemporaneidade são fruto de um processo histórico que se inicia no Brasil a partir da década de 1960. De acordo com Netto (2007) o “projeto ético-político” de uma profissão, de uma parte se circunscreve a noção de projeto societário, ou seja, uma construção coletiva

voltada para o conjunto da sociedade, tendo uma clara defesa de classe, e por outra são elaborados por um sujeito coletivo diferenciado e heterogêneo, que compõe o corpo profissional de determinada profissão, que priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos necessários para o exercício profissional e estabelecem relações entre outras profissões, com as organizações empregadoras e com os usuários de seus serviços. É a partir desse processo de tensões e conflitos que vem sendo construído coletivamente o projeto ético-político do Serviço Social, que tem por base o *sujeito coletivo* e requer organização do conjunto da categoria, sendo resultado de conjunturas e dinâmicas sociopolíticas particulares que reforçam a estreita relação entre a definição e ampliação dos espaços de trabalho dos assistentes sociais e as manifestações da “questão social”.

De acordo com Braz (2007b), existem três dimensões constitutivas do projeto ético-político do Serviço Social, sendo elas: uma dimensão teórica, que versa sobre as produções da categoria; uma dimensão jurídico-política, que diz respeito aos construtos legais da profissão; e uma dimensão político organizativa, sustentada pelos fóruns coletivos das entidades representativas do Serviço Social.

A partir dessas três dimensões foi possível uma articulação dos elementos constitutivos do projeto que se tornou hegemônico a partir da década de 1980 e 1990. A base de formação do projeto ético-político do Serviço Social deriva de um processo sócio-político de mobilização que levou à derrota da autocracia burguesa no Brasil, à instauração da “Nova República”, ao processo constituinte que resultou na Constituição de 1988 e à resistência a ofensiva neoliberal.

Segundo Netto (2008), no período autocrático burguês houve diversas mudanças nas modalidades de intervenção e (auto) representações que caracterizavam a profissão desde o início dos anos de 1950. O tradicional grande empregador de assistentes sociais (Estado) reformula as estruturas nas quais estes profissionais se inseriam, a partir de 1966-1967, alterando, de cima para baixo as instituições e aparatos governamentais através das quais se interfere na “questão social”.

A partir dessas modificações, altera-se também o perfil profissional requisitado pelo mercado de trabalho, passando a exigir assim um profissional “moderno”, que substitua os traços “tradicionais” por procedimentos “racionais” (NETTO, 2008, p. 123). Desenvolve-se nesse contexto a renovação¹⁰ do Serviço Social, devido às balizas histórico-sociais e

¹⁰ De acordo com Netto (2008), entende-se por renovação do Serviço Social o conjunto de características novas que se desenvolveram no marco das constrições da autocracia burguesa, envolvendo a profissão como um todo. A partir desse processo houve um amadurecimento teórico da profissão, devido à remissão às teorias e

ideoculturais, fornecidas por esse momento, sendo que é no interior destas a profissão experimentalará as maiores rotações desde que surgiu no país (NETTO, 2008, p. 127).

Em toda América Latina, a partir da década de 1960, surge um movimento que durou cerca de uma década que contestava o Serviço Social tradicional. Esse movimento, denominado movimento de reconceituação, ocorre em uma realidade repleta de diversidades, devido aos distintos contextos sociopolíticos e econômicos.

Nesse momento há a primeira aproximação do Serviço Social latino-americano com a tradição marxista, porém essa aproximação ocorre de forma enviesada, visto que foi “a aproximação a um marxismo sem Marx”. Segundo Netto (1989, p.98), o que ocorreu “foi uma aproximação enviesada de setores do Serviço Social à tradição marxista, um viés derivado dos constrangimentos políticos, do ecletismo teórico e do desconhecimento das fontes ‘clássicas’”.

O cenário brasileiro na década de 1980, devido ao fim da autocracia burguesa, foi caracterizado por um processo de democratização política e de ampliação das lutas por direitos sociais. Nesse momento, tornou possível para os assistentes sociais se aproximarem novamente da teoria marxista, agora, porém, recorrendo à fontes da teoria marxiana e a autores organicamente vinculados à essa teoria.

Um marco desse processo foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, que hoje é comumente conhecido como “Congresso da Virada” realizado em 1979 e que marcou profundamente a categoria profissional, representando um momento de grandes mudanças no interior da profissão.

Essa ruptura com o Serviço Social tradicional ocorre devido tanto às condições materiais e institucionais dadas como à vinculação às lutas da classe trabalhadora. Nesse momento, os profissionais repensam a profissão e vinculam seu desenvolvimento às relações societárias.

De acordo com Iamamoto (2011, p. 240)

disciplinas sociais. Os quatro aspectos mais importantes que resultaram desse processo são: 1) a instauração do pluralismo teórico, ideológico e político na profissão, rompendo com a sólida tradição de monolitismo ideal; 2) a crescente diferenciação das concepções profissionais (como sua natureza, funções, objeto, objetivos e prática), que ocorreu devido ao recurso diversificado de matrizes teórico-metodológicas alternativas, rompendo com a homogeneidade de visões e de práticas no interior da profissão; 3) a sintonia entre as discussões teórico-metodológicas realizadas no interior da profissão com aquelas do conjunto das ciências sociais, inserindo o Serviço Social na interlocução acadêmica e cultural como protagonista, buscando romper com a subalternidade (intelectual) posto por funções meramente executivas; 4) por fim tem-se a constituição de segmentos de vanguarda, principalmente, mas não exclusivamente daqueles inseridos na vida acadêmica, voltados para a investigação e a pesquisa (NETTO, 2008, p.131-136).

(...) o Serviço Social rompeu com a endogenia na análise da profissão, defrontou-se com os processos sociais macroscópicos que circunscrevem seu desempenho, sendo necessário, agora, realizar a viagem de retorno à profissão para reconstruí-la nas suas múltiplas relações e determinações como concreto pensado.

A partir do movimento de ruptura, com a aproximação ao marxismo e os avanços no campo teórico, houve um amadurecimento profissional. É importante frisar que apesar do êxito do movimento, no que concerne ao aprofundamento das discussões teóricas, nunca ocorreu na história do Serviço Social brasileiro o rompimento com o Serviço Social tradicional, seja no campo teórico, seja no político.

Segundo Netto (1996, p.111)

a década de oitenta consolidou, no plano ídeo-político, a ruptura com o histórico conservadorismo do Serviço Social. Entendemo-nos essa ruptura não significa que o conservadorismo (e, com ele, o reacionarismo) foi superado no interior da categoria profissional; significa apenas, que – graças a esforços que vinham, pelo menos, de finais dos anos setenta, e no rebatimento do movimento da sociedade brasileira – posicionamentos ideológicos e políticos de natureza crítica e/ou contestadora em face da ordem burguesa conquistaram legitimidade para se expressarem abertamente. (...) Numa palavra, democratizou-se a relação no interior da categoria e legitimou-se o direito à diferença ídeo-política.

A maturação do projeto ético-político do Serviço Social¹¹ ocorre a partir da década de 1980 com a criação de um novo Código de Ética Profissional e novas diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social. Nesta época, surge uma proposta da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), junto com o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), de revisão o currículo mínimo dos cursos de Serviço Social, tendo como norte a preservação dos avanços do currículo de 1982 e do Código de ética aprovado em 1993.

O novo Código de Ética (1993) reafirma o projeto profissional comprometido com as classes trabalhadoras e dá um outro tratamento à dimensão ético-política da profissão: o compromisso com valores e princípios colocados no horizonte de um projeto de superação da ordem

¹¹ Esse projeto se vinculava a proposta de sociedade da classe trabalhadora e, nesse sentido, em oposição aos interesses propostos pela classe dominante, que ao longo dos anos atendia a cada vez mais as exigências da política de ajuste neoliberal, liderado pelas forças do capital financeiro. A partir dessa vinculação ao projeto da classe trabalhadora, se estabeleceram fortes articulações das demandas político-profissionais com os setores organizados dos trabalhadores, principalmente com os movimentos operário e popular e com as organizações partidárias, principalmente o Partido dos Trabalhadores (PT).

burguesa. Assim, o Código de Ética propõe a ampliação da liberdade, concebida como autonomia, emancipação e pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais; a consolidação da democracia, enquanto socialização da política e da riqueza socialmente produzida e a defesa da equidade e justiça social enquanto universalização do acesso a bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais e à sua gestão democrática (ABESS/CEDEPSS, 1996, p.146-147).

A proposta curricular se fez necessária para que houvesse uma apropriação das demandas tradicionais e emergentes e das estratégias que mobilizavam o exercício profissional do assistente social nesta época. São retrabalhadas, no contexto da década de 1990, duas questões que já foram trabalhadas anteriormente, mas que devem ser reapropriadas, sendo a primeira relativa ao entendimento do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, no qual há a inserção do assistente social no mercado de trabalho como trabalhador assalariado, que realiza um trabalho que objetiva um produto concreto. A segunda questão que se coloca é entender o significado social da profissão, vinculado historicamente ao tratamento da “questão social”, e que este é impactado por questões que reproduzem a mesma tensão contida nas demandas que se impõe ao profissional, sendo necessário reconhecer “a existência de alterações na formação do mercado, na requalificação profissional, no domínio operativo de um conjunto de procedimentos” que se consolidam processos que faziam parte das metas profissionais da década 1980 (ABESS/CEDEPSS, 1996, p.162).

É na década de 1990 também que se consolida no Brasil o neoliberalismo, que promove uma longa onda de perda de direitos e privatizações que levam a um quadro de desemprego estrutural e refluxo dos movimentos sociais, como explicitado no item anterior. Nesse contexto, a classe trabalhadora deve enfrentar as limitações estruturais para sua organização política, como o desemprego e a terceirização e fazer uso de outros espaços do fazer político, além dos já tradicionais, que sejam comprometidos com o projeto de emancipação humana.

Após trinta anos do Congresso da Virada, é preciso refletir sobre os desafios do projeto ético-político do Serviço Social na atual conjuntura. Conforme o exposto anteriormente, com as transformações operadas no sistema capitalista a partir da década de 1970 há o agravamento da desigualdade estrutural, com o aprofundamento da exploração do trabalho, o desemprego estrutural e com isso o surgimento de novas formas de precarização do trabalho.

1.3.2 Os anos petistas e os rebatimentos no Projeto Ético Político profissional

Compreende-se que os projetos profissionais se articulam com os projetos societais, porém as condições de sua realização dependem das mais diversas estratégias, que vão desde a construção de princípios e diretrizes orientadoras da prática profissional até as estratégias coletivas de luta e resistência macro políticas.

De acordo com Barroco (2011) existem algumas questões colocadas à profissão atualmente que cabe aos profissionais refletir e debater. Em primeiro lugar, é necessário refletir sobre as bases sociais do projeto ético-político da profissão, visto que seu surgimento foi determinado fundamentalmente pela ação de certos sujeitos e condições históricas, ou seja, a construção dessa base social está intrinsicamente vinculada com o processo de reorganização da classe trabalhadora e dos movimentos democrático-populares, no contexto da redemocratização da sociedade brasileira na década de 1980, tendo como protagonistas desse processo os sujeitos da intervenção profissional, ou seja, a classe trabalhadora.

Conforme Netto (2007) para entender o processo de inviabilização que o “projeto ético-político” do Serviço Social vem sofrendo nessa nova conjuntura, é possível indicar dois níveis para a análise. O primeiro desses níveis tem como referencia os “objetivos e funções” profissionais, que no Serviço Social têm sido intencional e propositalmente minimizados graças à centralização das atividades profissionais ao plano assistencial¹².

Desde o governo Fernando Henrique, vem se notando um aumento acelerado do papel do assistente social como o “profissional da assistência”, o que se configura como uma regressão, uma vez que a política de assistência social, como configurada na contemporaneidade, é uma “política pobre para os pobres” e reduzir a profissão a somente uma política pública é um retrocesso das várias conquistas que foram obtidas desde a década de 1970. Essa redução só tem sido possível, segundo Netto (2007, p.39), uma vez que no corpo profissional se encontram sólidos suportes que consideram o Serviço Social como tal “profissão da assistência” que, se somadas aos vetores de um *possibilismo* prático de uma parcela da esquerda que se reciclou sob a perspectiva governista, tem-se então uma “receita ideal para subordinar a relativa autonomia profissional à socialdemocracia tardia e imponente”.

Para Braz (2007b) o que põe o projeto ético-político do Serviço Social em crise é a articulação de dois problemas centrais. O primeiro se concerne à ausência de uma proposta

¹² Como visto no item anterior a partir dos governos PT tem-se um crescimento significativo da política de assistência social frente às demais políticas públicas, garantindo a esta um papel de centralidade.

alternativa à capitalista na sociedade brasileira, que seja capaz de unir os distintos interesses da classe trabalhadora. Esse primeiro elemento não é um problema só da realidade brasileira, visto que remete a própria crise do socialismo mundial que se instaura a partir dos últimos anos da década de 1980 e primeiros de 1990, mas por aqui se deu tardiamente devido a forte luta dos movimentos sociais que estavam em cena nesse período.

No Brasil, as lutas pela redemocratização deixaram nos movimentos sociais um legado que propiciou ou amenizou a *plena* realização do neoliberalismo na década de 1990. Nesse momento, tem-se no país a presença de um projeto societário democrático-popular que se opõe ao projeto capitalista. Em meados desta década, porém, já é possível perceber os primeiros sinais de exaustão e crise desse projeto e, na década seguinte, principalmente a partir das eleições de 2002, tem-se a cristalização desse projeto que culminou em seu esgotamento.

Presencia-se, no contexto atual, uma baixa organização da classe trabalhadora, indicada pelos baixos índices de sindicalização e a dificuldade de articulação entre suas frações, principalmente a partir da identificação de classe entre aqueles que se inserem no mercado formal e aqueles que se inserem precariamente ou estão desempregados.

A vitória de Lula para seu primeiro mandato se deu, principalmente, por um forte sentimento anti-neoliberal que abrangia a massa de trabalhadores que estavam insatisfeitos com os dois períodos de governo de Fernando Henrique Cardoso. Uma vez que parte dos setores de oposição ao capital tinha apoiado Lula em sua campanha presidencial, consuma-se nesse momento, então, o empobrecimento do projeto societário de oposição ao capital que até então vinha se desenvolvendo por uma parcela da sociedade brasileira. Dessa forma, para os mais variados grupos e categorias profissionais, incluindo aqui o Serviço Social, instala-se uma verdadeira crise em seus projetos. Pode-se dizer, em poucas palavras, como coloca Braz (2007b, p.7), que “a crise de projeto societário das classes trabalhadoras impõe uma crise ao nosso projeto profissional. E a sua hegemonia também depende da natureza da relação que se estabelecerá com esse estado de coisas”.

De acordo com Cisne (2008) segmentos da categoria profissional foram absorvidos pelo governo Lula, uma vez que acreditam que se trata de um governo de esquerda. No entanto, a autora não considera que a categoria profissional se paralisou frente a tais ilusões, uma vez que o conjunto CFESS/CRESS e a ABEPSS vem desenvolvendo avanços.

Para Cisne (op. cit.), apesar da adversidade histórica para o trabalho, colocada pelo governo Lula, com sua capacidade de cooptação, existem propostas alternativas ao capital,

mesmo que ainda sejam tentativas pontuais, sendo uma desses focos de resistência e enfrentamento o projeto ético-político (PEP).

Outro ponto que a autora ressalta em relação à argumentação de Braz e Netto sobre a crise do PEP é que ambos dão destaque para o PT. Segundo Cisne (op. cit.), resumir a luta de classe a um governo, ou mesmo a um partido, por maior que seja sua força é limitador. Dessa forma, a autora não acredita que seja viável atribuir uma crise ao PEP tendo como fundamento os “transformismos” empreendidos pelo PT. Primeiro porque o PT não é o dono seja do poder político ou muito menos do poder econômico, uma vez que a direita continua dominando o país, como já o fazia quando do surgimento do PEP. Em segundo lugar porque não existe vinculação restrita entre o Projeto profissional e o PT, mesmo que este partido tenha representado uma referência para sua construção, devido seu significado para a esquerda brasileira.

O PEP foi construído a partir do amadurecimento em torno da teoria marxista e da aliança com os sujeitos representantes das classes subalternas e seus interesses, o que vai muito além do PT. É importante frisar que a aliança com a classe trabalhadora não foi rompida e é constantemente renovada pelas entidades da categoria. Em terceiro lugar, a autora assinala que quem sofreu o transformismo e caiu no burocratismo e no revisionismo teórico-político foi o PT e sua base de apoio, e não o PEP. O Projeto, desde seu surgimento, vem sendo protagonista da resistência política, juntamente com os sujeitos coletivos que representam verdadeiramente os interesses das classes subalternas.

A questão colocada por Braz (2007b) é de fato de grande importância, uma vez que segmentos da categoria profissional estão na base de apoio do governo, ou têm como referência setores anteriormente progressistas, mas que no momento representam a “esquerda para o capital”. No entanto, até o momento, ainda não possuem força para influenciar o rebaixamento da agenda política da profissão. Como prova disso, tem-se o resultado das eleições do Conjunto CFESS/CRESS, que, apesar da existência de setores mais corporativistas da profissão, como a Federação Nacional de Assistentes Sociais (FENAS), ainda não conseguiu alcançar legitimidade e ressonância na categoria profissional. Pela sua inexpressiva produção acadêmica, a FENAS também não é capaz de atingir a formação profissional.

Para Braz (2007b), o segundo problema central que põe projeto profissional em crise se relaciona aos fatores objetivos que incidem sobre as *bases materiais do projeto profissional*, ou seja, as atuais condições que efetivam o processo de formação e o exercício

da profissão no Brasil. Se considerar o projeto profissional como o dever ser da profissão, as condições objetivas de trabalho e da formação profissional são o seu ser concreto, uma vez que, ainda que a base do projeto profissional seja a realidade, ele só se materializa na existência efetiva, a partir de inúmeras mediações socioprofissionais e das diversas demandas contraditórias que determinam a profissão.

Nesse aspecto, o projeto profissional está em sério perigo, visto que correntes neoconservadoras vêm ganhando espaço entre os profissionais, que em seu cotidiano de trabalho sofrem com a degradação dessas condições, principalmente entre os segmentos mais corporativistas da categoria representados por algumas associações sindicais e pelas diversas organizações específicas que se organizam por área de atuação. Apesar de haver diferenças entre as organizações, há a particularidade em todas de buscar respostas imediatas e fragmentadas às demandas profissionais, que se apresentam determinadas por uma intensa depreciação das condições de trabalho dos assistentes sociais.

Numa expressão: as condições objetivas da profissão tendem a fragmentar e a tornar corporativistas as demandas político-profissionais dos assistentes sociais. Com isso, o projeto pode ter mais dificuldades de exercer sua direção social e pode ser cobrado pela própria categoria a flexibilizar seus princípios e a adaptar suas diretrizes para atendê-la em suas demandas mais imediatas, correndo sério risco de rebaixamento de sua agenda política. Inclui-se aqui, por exemplo, a problematização da PNF (Política Nacional de Fiscalização do exercício profissional) do conjunto CFESS/CRESS, sintonizada que está com o projeto ético-político, concebendo a fiscalização para além da natureza normativa, desdobrando a sua capacidade regulatória em ações socioeducativas e ético-políticas (BRAZ, 2007b, p.8).

Além do exercício profissional, as bases materiais do projeto profissional também dizem respeito às condições de formação profissional. Ao analisar tais condições percebe-se que atualmente o quadro no país é preocupante, visto que vem havendo no Brasil, desde a era FHC, uma crescente mercantilização do ensino superior, com a abertura indiscriminada de cursos. Esse quadro se agrava nos governos PT, com a expansão que se deu a partir de 2005, com a sanção de um decreto que institui a modalidade de ensino à distância no país. De acordo com Braz (op. cit., p.8), “as ações governamentais têm sido levianas nesse sentido, já que além de estimular a mencionada abertura indiscriminada, praticamente não impõe nenhum critério de qualidade, abstendo-se de qualquer função regulatória como Estado”.

Este seria para Netto (2007) o segundo nível desse processo de inviabilização do projeto profissional, que se refere aos requisitos para o exercício profissional e tem relação direta com a formação profissional, visto que é nesta que são construídos os fundamentos

teóricos, práticos e institucionais para o exercício profissional. A política de educação que vem sendo desenvolvida desde 1998 e que, durante o governo Lula tem continuidade e se acentua, promove a proliferação de curso de graduação em instituições privadas, que impactam negativamente na formação profissional do assistente social, principalmente aqueles desenvolvidos na modalidade de ensino à distância.

A partir dessa abertura tem-se um momento inédito para o Serviço Social, que vem passando por uma acelerada massificação e desqualificação da formação, que, em um futuro breve, alterará o perfil profissional. Esse processo de massificação da formação, fez com que, de 2005, data de sua implementação, até os dias de hoje, o contingente profissional no país praticamente dobrasse¹³, o que, de certa forma, conforme afirmar Braz (2007b, p.9) “é no mínimo duvidoso a qualidade da formação que se oferece nessas redes de ensino de graduação à distância”, não pela modalidade em si, mas por que parece não haver qualquer critério de controle, apenas o atendimento às necessidades do mercado.

Essa rápida modificação no perfil profissional repercute no projeto profissional do assistente social em dois planos. O primeiro deles diz respeito ao âmbito do exercício profissional, que quando desqualificado, vulnerabiliza a imagem da profissão e a desvaloriza na sociedade, além de criar um exército de reserva que tende a pressionar os salários para baixo. O segundo plano também se relaciona a esse perfil profissional, que produzido por uma formação profissional pouco qualificada, em ambientes acadêmicos que impedem a interação e vivência universitária entre os estudantes, tende a dificultar a “formação de novos quadros teóricos e políticos para o projeto profissional”, uma vez que estes surgem, em grande parte, da articulação de uma sólida formação e uma vivência política que encontram na universidade um *locus* privilegiado (BRAZ, 2007b, p.9-10).

De acordo com a análise de Cisne (2008), em relação à primeira dimensão teórica, acredita-se que o Serviço Social ainda permanece como um campo de resistência teórico-política, mesmo com a existência de setores conservadores, que permanecem ao longo da história do Serviço Social, a profissão ainda permanece hegemonicamente no campo do marxismo, tanto que profissionais de outras áreas procuram a pós-graduação em Serviço Social a fim de conseguir uma interlocução com a teoria crítica. Ainda em relação à primeira dimensão, ressalta-se a realização de cursos de especialização a distancia, sobre o contexto da crise capitalista, e os cursos “Ética em Movimento” promovidos pelo conjunto CFESS/CRESS, que são espaços de formação continuada para centenas de profissionais nas

¹³ Segundo dados do CFESS, em 2007 havia no Brasil praticamente 74.500 assistentes sociais ativos no país, atualmente esse número subiu para 137.000 profissionais.

diversas regiões do país. Outro fato que comprova a hegemonia da teoria crítica é a qualidade dos livros, revistas e pesquisas da área, pautados na perspectiva crítica. Assim, segundo a autora, não é possível perceber uma ameaça à hegemonia do PEP, ou mesmo sua crise, apesar da existência e persistência do conservadorismo na profissão.

Em relação à dimensão jurídico-política, o conjunto CFESS/CRESS vem avançando com a aprovação de novas resoluções que demonstram tanto o compromisso ético-político do Serviço Social com o Projeto Profissional, quanto o avanço e a capacidade de resistência da profissão frente às adversidades históricas.

No que concerne à dimensão político-organizativa, é possível citar várias demonstrações de resistência e da capacidade de enfrentamento da categoria profissional, como as campanhas lançadas pela categoria, bem como a luta pela aprovação de projetos de leis como o de inserção do assistente social na educação, a luta pelas 30 horas e a realização dos Encontros Nacionais de Serviço Social (ENPESS) e dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS), além do Congresso realizado em alusão aos 30 anos da virada, que foi realizado em um momento de descenso e contou com a presença de duas mil e quinhentas pessoas, entre estudantes e profissionais de todo o país.

Para enfrentar esses dilemas postos na cotidianidade, é necessário um debate aprofundado para se pensar formas eficazes de enfrentamento e de preparação para o breve futuro que anuncia uma significativa alteração das bases da profissão no Brasil. De acordo com Braz (2007b), as saídas para a superação desse quadro atual se encontram no próprio projeto ético-político, a partir da defesa intransigente de seus princípios e da criação de formas e mecanismos políticos que devem ser articuladas, pelas entidades representativas da categoria, a partir de dois vetores de ação. O primeiro deles deve ser pautar na tentativa de transcender o campo específico de atuação, correlacionando o quando que aflige a profissão parte da reprodução ampliada do capital e que envolve diversos segmentos do mundo do trabalho, que se veem oprimidos diante da ofensiva do governo em favor do grande capital, identificando os setores mais avançados e combativos da luta social e junto a eles estabelecer frentes comuns de resistência.

De acordo com Cisne (2008), é necessário que no interior da profissão continue-se forjando lutas, buscando enfrentar os desafios postos para a afirmação e enraizamento do PEP. Para a autora esses vetores são indispensáveis para o enfrentamento dos desafios do PEP e que esse compromisso deve ser orientado pela busca de uma aliança com as classes subalternas, a fim de superar a política institucional e se fortaleça a identidade de classe,

exigindo, como assevera Duriguetto “[...] apreender o universo sociocultural [...] das situações de subalternidade, das condições de vida e de trabalho dos diferentes segmentos das classes subalternas, resgatando suas diferenciações internas, suas expressões socioculturais e a tradução destas no cotidiano de suas lutas” (2011, p. 75).

De acordo com Mota (2010) é possível fazer algumas sínteses dos desafios profissionais que mobilizam o desenvolvimento de renovadas estratégias inerentes ao projeto profissional, sendo eles: 1) o resgate da diferença entre iniciativas de enfrentamento à pobreza e estratégias de superação das desigualdades, estas referenciadas pela relação entre acumulação da riqueza e reprodução do pauperismo; 2) tratar dessas questões no horizonte dos projetos de emancipação política e humana, entendendo as radicais distinções entre eles, porém compreendendo que o exercício dos direitos são uma mediação política anticapitalista e não como um projeto societal.

Ainda segundo a autora esses desafios apontam para a centralidade da dimensão ético-política da profissão e para a necessidade de *historicizar* as condições do exercício profissional dos assistentes sociais a partir de mediações relativas tanto a organização política dos assistentes sociais, a fim de se tornarem protagonistas da construção de uma outra sociabilidade, devido sua condição de trabalhador assalariado, quanto à articulação entre direção política e exercício profissional a partir da relação entre projeto ético-político-profissional e trabalho assalariado, recuperando questões e contradições presentes nesta relação.

Afirmar a pertinência e a necessidade histórica do Projeto Ético-Político é um dever, apesar de compreender que é preciso ir além da defesa de seus princípios, exigindo um compromisso com o fortalecimento das lutas políticas vinculadas a defesa dos interesses da classe trabalhadora, o que demanda a aliança com os sujeitos coletivos que as protagonizam.

Dessa forma, a profissão só será capaz de enfrentar o neoconservadorismo a partir de dois aspectos articulados. Por um lado é necessário que haja um fortalecimento e renovação com novos quadros nas organizações políticas da profissão, realizando um trabalho de base junto à categoria, com as entidades de representação, unidades de ensino, profissionais e alunos. Por outro lado, só é possível consolidar politicamente o projeto profissional, com a direção social que se pretende, se tiver uma base social de sustentação. Nesse sentido, é fundamental que seja feita uma articulação com partidos, sindicatos e entidades de classe dos trabalhadores, uma vez que o avanço político do projeto está articulado ao avanço das forças

sociais mais amplas, mas sempre tendo a clareza que essa luta é limitada, uma vez que ela envolve dimensões que vão além da profissão.

CAPÍTULO II – SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONDIÇÕES DE TRABALHO E DE AÇÃO PROFISSIONAL

2.1 A condição de trabalhador assalariado do assistente social

Como explicitado no item 1.3, o Serviço Social é uma profissão que está inserida na dinâmica capitalista. Assim, para pensar o trabalho do assistente social é necessário analisar não somente as transformações que se processam no interior da profissão, como também as mudanças nos espaços onde este profissional se insere e, de modo geral, aquelas que vêm ocorrendo no mundo do trabalho.

A precarização do trabalho no Brasil não pode ser entendida como um processo novo, mas sim deve ser considerado como um elemento presente na formação sócio histórica do país desde os primórdios da sociedade capitalista urbano-industrial. A partir da década de 1990, quando se presenciaram no país mais claramente os reflexos da crise de acumulação, contrarreforma do Estado e da efetivação das políticas neoliberais, as diferentes formas de precarização do trabalho e do emprego existentes assumem novas configurações e manifestações.

As mudanças que se processaram na sociedade capitalista a partir da década de 1990, no Brasil, resultaram, como visto no item 1.2, em um processo de regressão do Estado e dos direitos conquistados. Devido à crise do capital em escala mundial, foram conduzidos tais processos no país contrários à democratização política, econômica e social, determinados pelas mudanças no mundo do trabalho, pela contrarreforma de Estado, por redefinições dos sistemas de proteção e da política social, que emergem nessa conjuntura com grandes mudanças e rebatimentos nas relações público-privado. Por um lado, é desenvolvido o processo de destituição de direitos, fruto da contrarreforma conservadora do Estado e da economia, que desencadeia um processo crescente e persistente de sucateamento dos serviços públicos, ofensiva contra os novos direitos consagrados pela Constituição de 1988. Por outro lado, além dessas destituições, está em curso o esvaziamento da noção de direitos, que se relaciona a uma suposta desnecessidade de tudo o que é público e estatal.

Particularmente ao processo de reestruturação produtiva, suas consequências são nefastas para a classe trabalhadora, o que repercute no campo profissional, especialmente no

mercado de trabalho que, enquanto trabalhador assalariado, sofre com os impactos e metamorfoses que afetam o mundo do trabalho.

De acordo com Iamamoto (2011) a conjunção entre projeto profissional e trabalho assalariado não é uma eleição aleatória.

O dilema condensado na inter-relação entre projeto profissional e estatuto assalariado significa, por um lado, a afirmação da relativa autonomia do assistente social na condução de suas ações profissionais, socialmente legitimada pela formação acadêmica de nível universitário e pelo aparato legal e organizativo que regulam o exercício de uma “profissão liberal” na sociedade (expresso na legislação pertinente e nos Conselhos Profissionais). Aquela autonomia é condicionada pelas lutas hegemônicas presentes na sociedade que alargam ou retraem as bases sociais que sustentam a direção social projetada pelo assistente social ao seu exercício, permeada por interesses de classes e grupos sociais, que incidem nas condições que circunscrevem o trabalho voltado ao atendimento de necessidades de segmentos majoritários das classes trabalhadoras (id. *ibid.*, p.415).

Tal perspectiva de análise considera o assistente social como um sujeito social e os resultados de sua ação atravessados por componentes objetivos originários de sua situação de classe, de sua subjetividade e por todas as mudanças e processos que afetam o mundo do trabalho, no qual ele está incluído. Nesse sentido, é preciso considerar que o mercado de trabalho é uma mediação do trabalho profissional, uma vez que é por meio deste que se manifestam “as diversas formas institucionais de enfrentamento da questão social e que também são objeto das requisições da profissão” (ABESS, CEDEPSS, 1996, p164). O processo histórico da profissão se dá na implementação de políticas públicas. Ainda que esse perfil continue sendo dominante, ele não é mais exclusivo, requerendo aos assistentes sociais novas atribuições e competências e novas exigências de qualificações.

Os assistentes sociais estão sendo chamados a atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas e do planejamento, gestão e monitoramento, inscritos em equipes multiprofissionais. Ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas ao controle social à implementação e orientação de conselhos de políticas públicas, à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos e projetos sociais, ao acompanhamento e avaliação de políticas, programas e projetos (IAMAMOTO, 2009a, p. 367).

No entanto, como profissão assalariada e parte da classe trabalhadora, a ampliação das funções e ações dos assistentes sociais nos espaços sócio ocupacionais foi acompanhada pela precarização das condições de trabalho produzidas pelas transformações na esfera produtiva, como visto anteriormente.

As transformações nos espaços ocupacionais dos assistentes sociais tem origem nesses processos macro societários que põe em relevo as específicas condições e relações de trabalho no contexto mais geral de mudanças e constituições da *nova morfologia do trabalho* (ANTUNES, 2005).

Verifica-se, assim, que a *reestruturação produtiva* em curso atinge o mercado de trabalho do assistente social, incidindo contraditoriamente tanto na mudança e/ou redefinição de postos de trabalho em algumas áreas (por exemplo, nas empresas), como também na ampliação e diversificação, como é o caso das políticas de seguridade social, especialmente a política de assistência social. Esta dinâmica é ainda mais intensa em âmbito municipal, considerando as novas requisições que chegam aos municípios em virtude da descentralização e municipalização dos serviços sociais públicos, e diante das inúmeras pressões que sofrem diretamente das populações atingidas pelo desemprego, pobreza, violência, insegurança do trabalho e da moradia (RAICHELIS, 2010, p. 757).

De acordo com Raichelis (2011a) essas transformações no trabalho, marcada pela perda de direitos e erosão do trabalho contratado e regulamentado, ampliam as relações entre trabalho e adoecimento, repercutindo na saúde física e mental dos trabalhadores e nas formas de objetivação e subjetivação do trabalho.

Essa dinâmica de flexibilização/precarização atinge também o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros (id. *ibid.*, p.422).

Esse contexto de precarização atinge também o trabalho do assistente social, que é afetado, assim como o restante da classe trabalhadora, pela insegurança do emprego, pelas precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, baixos salários, ausência de políticas de capacitação e qualificação profissional, dentre outros. Vem-se percebendo no interior da profissão também a intensificação da subcontratação de serviços individuais dos profissionais, por empresas de serviços ou assessoria, de cooperativas, para prestação de serviços aos governos e organizações não governamentais, que acenam para o exercício profissional privado, temporário, por projeto ou tarefa, em função das novas formas de gestão das políticas sociais (RAICHELIS, 2010).

As consequências desses processos para o trabalho social nas políticas públicas são profundas, pois a terceirização desconfigura o significado e a amplitude do trabalho técnico realizado pelos assistentes sociais e demais trabalhadores sociais, desloca as relações entre a população, suas formas de representação e a gestão governamental, pela intermediação de empresas e organizações contratadas. Além disso, as ações desenvolvidas passam a ser subordinadas a prazos contratuais e aos recursos financeiros destinados para esse fim, implicando descontinuidades, rompimento de vínculos com usuários, descrédito da população para com as ações públicas (RAICHELIS, 2010, p. 759).

É importante frisar que esse contexto de *terceirização dos Serviços Sociais Públicos* cria um mecanismo que opera a cisão entre serviço e direito, uma vez que o que preside o trabalho não é a lógica pública, obscurecendo assim as responsabilidades do Estado perante os cidadãos e comprimindo ainda mais as possibilidades de inscrever as ações públicas no campo do direito. Dessa forma, a partir da década de 1990, a luta por direitos e o campo das políticas públicas se tornam muito mais complexos, especialmente quando se considera que, apesar de todos os desmontes e desmanches o Estado, continua sendo a forma mais efetiva de operar a universalização dos direitos, mesmo em sociedades como a brasileira.

O assistente social contratado ingressa no mercado de trabalho como proprietário de sua força de trabalho especializada, garantida por meio da formação universitária que o legitima a exercer um trabalho complexo na divisão social do trabalho. A mercadoria “força de trabalho” que o profissional dispõe, só pode entrar em ação se dispuser de meios e instrumentos de trabalho, que não sendo de posse do assistente social, deve ser disponibilizada pela instituição empregadora.

Esse processo incide na autonomia relativa do assistente social, uma vez que este profissional não possui o poder de definir quais as prioridades ou o modo ela qual pretende desenvolver o *trabalho socialmente necessário*, junto com os demais trabalhadores sociais nos diversos espaços sócio ocupacionais que demandam este tipo de trabalho especializado.

Problematizar o trabalho do assistente social na sociedade contemporânea supõe pensá-lo como parte alíquota do trabalho da classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho em troca de um salário, submetido aos dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados, o que implica ultrapassar a visão liberal que apreende a prática do assistente social a partir de uma relação dual e individual entre o profissional e os sujeitos aos quais presta serviços (RAICHELIS, 2011a, p. 425-426).

É possível observar nas produções da categoria análises sobre a exploração e ao desgaste a que são submetidos os trabalhadores assalariados, sem, no entanto considerar os

assistentes sociais como parte desses trabalhadores, estabelecendo nesse sentido, uma relação de exterioridade e de não pertencimento enquanto segmento dessa classe. Os estudos sobre a superexploração e desgaste físico e mental no trabalho profissional do assistente social é um tema pouco debatido e pouco pesquisado, não apresentando ainda acúmulo na literatura profissional (RAICHELIS, 2011a) No debate sobre saúde do trabalhador, é possível perceber essa mesma tendência: as pesquisas sobre trabalho e saúde, bem como aquelas sobre adoecimento dos trabalhadores devido às condições em que realiza seu trabalho, são realizadas a partir de sua incidência de classe, não incluindo o assistente social como *sujeito vivo* do trabalho social. Essa é uma primeira questão a ser pontuada que remete a dificuldade do assistente social se reconhecer enquanto trabalhador assalariado e as dificuldades de aprofundar a análise sobre as implicações que decorrem dessa relação no atual estágio do capitalismo contemporâneo (id. *ibid.*).

Portanto, problematizar a violação dos próprios direitos dos assistentes sociais, na relação com a violação dos direitos dos trabalhadores, requer a definição de uma agenda de questões específicas conectada às lutas gerais da classe trabalhadora no tempo presente. Exige uma pauta mais ampliada, que inclui a organização e as lutas sindicais e trabalhistas, mas também o enfrentamento das dimensões complexas envolvidas nos processos e relações de trabalho nos quais os assistentes sociais estão inseridos (id. *ibid.*, p.427).

Segundo Raichelis (2011a) não é possível dissociar os dilemas da alienação do trabalho assalariado, sendo que estes incidem no exercício profissional do assistente social de diversos modos, dependendo de qual instituição o profissional está inserido. Apesar de historicamente regulamentada como profissão liberal, o exercício profissional do assistente social se realiza por meio de instituições públicas e privadas, sendo tensionado pelas contradições que atravessam as classes sociais na sociedade capitalista e pela condição de trabalhador assalariado, que tem sua atividade submetida pelas normas próprias que regulam as relações de trabalho.

Para Iamamoto (2009b, p.427) “transitar da análise da instituição Serviço Social para o seu exercício agrega” um complexo de determinações e mediações que colocam em destaque as contradições entre a direção que o assistente social pretende imprimir em sua ação e as exigências impostas pelo empregador aos trabalhadores assalariados. Estabelece-se então uma tensão entre projeto ético-político, e a alienação do trabalho, indissociável da condição de trabalhador.

O projeto ético-político exige um profissional qualificado, que seja capaz de realizar um trabalho complexo, social e coletivo, bem como propor e negociar com os empregadores a fim de defender projetos que ampliem os direitos da classe trabalhadora, seu campo de trabalho e sua autonomia técnica, suas atribuições e prerrogativas profissionais (RAICHELIS, 2011a).

Essas exigências supõem muito mais que apenas a realização de rotinas institucionais, cumprindo tarefas burocráticas ou “a simples reiteração do instituído”. Requer que o assistente social seja um “intelectual capaz de realizar a apreensão crítica da realidade e do trabalho no contexto dos interesses sociais e da correlação de forças políticas que o tencionam” e construa estratégias coletivas e alianças políticas que reforcem direitos em suas diferentes áreas de atuação, na perspectiva de ampliar o protagonismo da classe trabalhadora na esfera pública. Nesse sentido exige-se um conhecimento mais amplo sobre os processos de trabalho, os meios que o profissional dispõe para realizar suas atividades, a matéria sobre a qual recai sua intervenção, bem como um conhecimento mais profundo sobre o *sujeito vivo* responsável por este trabalho, que é o profissional (RAICHELIS, 2011a, p. 428).

Os instrumentos legais para o desenvolvimento do trabalho são fornecidos pelas instituições empregadores e são elas que têm o poder de definir as demandas e as condições em que deve ser exercida a atividade profissional, ou seja, a forma de contratação, o valor do salário, jornada, dentre outros. É também papel das instituições a definição sobre quais dimensões, expressões ou recortes da “questão social” serão trabalhadas, as funções e atribuições profissionais, bem como o oferecimento de suporte material para o desenvolvimento do trabalho.

Como exposto anteriormente, os conhecimentos e habilidades profissionais são propriedade do assistente social, mas as possibilidades de pleno desenvolvimento destas também são condicionadas por um conjunto de determinações que incidem sobre o cotidiano profissional, uma vez que não são externas ao trabalho, como o pertencimento de classe, gênero, raça, dentre outros.

O trabalho do assistente social é, nesses termos, expressão de um movimento que articula conhecimentos e luta por espaços no mercado de trabalho; competências e atribuições privativas que têm reconhecimento legal nos seus estatutos normativos e reguladores (Lei de Regulamentação Profissional, Código de Ética, Diretrizes Curriculares da formação profissional), cujos sujeitos que a exercem, individual e coletivamente, se subordinam às normas de enquadramento institucional, mas também se organizam e se mobilizam no interior de um movimento dinâmico e dialético de trabalhadores que

repensam a si mesmos e a sua intervenção no campo da ação profissional (RAICHELIS, 2011a, p.429).

Nesse sentido, a análise das políticas sociais e dos espaços sócio ocupacionais em que o assistente social se insere não pode ser apreendida de forma linear e determinista. É preciso considerar as formas de enfrentamento do capital às suas crises que agravam as expressões da “questão social”, bem como compreender as respostas do conjunto da classe trabalhadora a partir de seus movimentos de resistência e de defesa dos direitos conquistados historicamente.

De acordo com Antunes (2005), as condições de desenvolvimento do capitalismo atual geram expressivas mudanças nas formas de organização e gestão do trabalho, o que gera um grande número de trabalhadores *flexibilizados, informalizados, precarizados* pauperizados, desprotegidos de direitos e de organizações coletivas. Para Druck (2009, apud RAICHELIS, 2011a) existem cinco grandes tipos de precarização do trabalho no Brasil.

O primeiro deles refere-se às formas de mercantilização da força de trabalho que produzem um mercado de trabalho heterogêneo, marcado por uma vulnerabilidade estrutural e com a crescente inserção precária de trabalhadoras, que ocorrem explícitas ou disfarçadas em todos os setores, que se coloca como uma condição provisória e que se torna permanente.

De acordo com a pesquisa de Santos e Manfroi (2012) sobre o mercado de trabalho dos assistentes sociais em Santa Catarina, constatou-se a presença de vínculos precarizados entre os assistentes sociais. Um dado interessante encontrado na pesquisa é que, ao cruzar os dados entre a forma de contratação e a natureza da instituição, constatou-se que a maioria dos contratados por meio de contratos temporários atuam em instituição pública municipal. Outro dado apontado pela pesquisa diz respeito a presença, no mesmo espaço, de profissionais com vínculos de trabalho diferente, levando a uma diferenciação no salário desses profissionais.

Tais questões levam ao segundo tipo de precarização, que se relaciona ao processo de construção das identidades individual e coletiva, uma vez que a desvalorização e descartabilidade das pessoas aprofunda o processo de alienação e estranhamento do trabalho, ratificando a reificação e fragilizando as identidades individuais e coletivas e a dimensão ética do trabalho (op. cit.).

Como terceiro tipo de precarização tem-se as formas de organização e das condições de trabalho, uma vez que com o desenvolvimento tecnológico da microeletrônica, tem-se ampliação o ritmo de trabalho, sendo exigido metas inalcançáveis aos trabalhadores, bem como outros fatores que conduzem à intensificação do trabalho.

Um outro tipo refere-se às condições de segurança do trabalho, uma vez que, com a fragilização destas e com a diluição de responsabilidades entre estáveis e instáveis, tais condições de trabalho implicam maior exposições a riscos, gerando precarização da saúde e da segurança no trabalho.

Conforme dados da pesquisa de Santos e Manfroi (2012) existe um processo de adoecimento entre os assistentes sociais que tende a se ampliar, devido a fatores como demanda crescente de trabalho, que cumprem carga horária excessiva, a falta de tempo para a vida social e o lazer, as pressões políticas, a falta de autonomia e reconhecimento profissional, a pressão moral, dentre outros.

O crescimento da demanda, aliado à falta de condições de trabalho nas instituições, tem acarretado inúmeros problemas de saúde aos profissionais. Os problemas são de ordem física, tais como dores, hipertensão, cansaço, doenças profissionais e também emocionais, como frustração, desânimo, angústia, ansiedade, insônia, decorrentes das condições de trabalho e da própria precariedade das instituições. Esse crescente adoecimento profissional se deve à insegurança desencadeada pelas alterações, seja no mundo do trabalho, seja nas políticas sociais, decorrentes do neoliberalismo (id. *ibid.*, 2012, p.249).

O quinto tipo se relaciona as condições de representação e de organização sindical, uma vez que devido aos efeitos políticos da terceirização e o aumento da fragilidade sindical, tem gerado um processo de discriminação, pulverização e competição entre os trabalhadores, enfraquecendo assim a representação política da classe trabalhadora (op. cit.).

A reestruturação produtiva e as diferentes formas de precarização resultantes desta atingem o mercado de trabalho do assistente social, gerando, contraditoriamente, uma redução nos postos de trabalho em alguns campos, como em empresas, e uma ampliação deste, principalmente para atuar com políticas de seguridade social, especialmente com a assistência social, principalmente em âmbito municipal, devido às novas e intensas demandas postas aos municípios com a descentralização dos serviços sociais públicos.

No interior da profissão, nos últimos anos, vem se intensificando os processos de terceirização, subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais por empresas de serviços e assessoria, indicando para o exercício profissional autônomo, temporário, por projeto ou tarefa, devido às novas formas de gestão das políticas sociais. De acordo com Raichelis (2011a, p. 431) “os efeitos da tríade flexibilização/precarização/terceirização do trabalho do assistente social se fazem sentir em níveis e intensidade antes desconhecidas pela profissão”.

De acordo com Franco, Druck e Seligman-Silva (2010 apud RAICHELIS, 2011b) a terceirização dos vínculos de trabalho é uma das principais e piores consequências da flexibilização das relações de trabalho, uma vez que oculta a relação capital/trabalho e descaracteriza o vínculo empregado/empregador que pauta o direito trabalhista. Druck (2009 apud RAICHELIS, 2011b) evidencia a dimensão qualitativa da terceirização que cria divisões entre os trabalhadores, bem como fragmenta as diferentes formas de contrato e níveis salariais.

Os efeitos da terceirização para o trabalho social são profundos, pois ela: a) Desconfigura o significado e a amplitude do trabalho técnico realizado pelos assistentes sociais e demais trabalhadores sociais; b) Desloca as relações entre a população, suas formas de representação e a gestão governamental, pela intermediação de empresas e organizações contratadas; c) Subordina as ações desenvolvidas a prazos contratuais e aos recursos financeiros definidos, implicando descontinuidades, rompimento de vínculos com usuários, descrédito da população para com as ações públicas; d) Realiza uma cisão entre prestação de serviço e direito, pois o que preside o trabalho não é a lógica pública, obscurecendo-se a responsabilidade do Estado perante seus cidadãos, comprimindo ainda mais as possibilidades de inscrever as ações públicas no campo do direito (RAICHELIS, 2011a, p.432).

Um importante fato a ser destacado é o que é denominado por Druck (2009, apud RAICHELIS, 2011a) de *dimensão qualitativa da terceirização*, que divide os trabalhadores em categorias, além da fragmentação entre os trabalhadores que atuam em um mesmo espaço, mas que possuem diferentes formas de contrato e níveis salariais, o que gera dificuldades e constrangimentos para o trabalho social e para a luta coletiva.

É importante mencionar, também, a crescente informatização do trabalho, em todos os âmbitos em que ele se desenvolve. No setor público, assim como no setor privado, vem havendo profundas mudanças tecnológicas em todos os níveis, que a partir da incorporação da cultura do gerencialismo, típico de empresas privadas, esvazia os conteúdos mais criativos do trabalho, resultando em um desgaste criado pela atividade mecânica, repetitiva e que não instiga a reflexão. A partir de pesquisas realizada por Dal Rosso (2008, apud RAICHELIS, 2010) junto a empresas constata-se que as tecnologias de informação intensificam os processos de trabalho, produzindo um efeito controlador sobre este, organizando e encadeando tarefas de modo que não existam tempos mortos e permitindo a realização de avaliação fiscalizatória do desempenho, dentre outros.

Segundo alguns resultados da pesquisa com servidores públicos do Distrito Federal, constatou-se que prevalece o entendimento de que os dispositivos eletrônicos aliviaram o trabalho, diminuindo o desgaste físico, porém segundo suas reflexões, ainda que não seja claramente perceptível para o conjunto de servidores, algumas formas de intensificação do trabalho vão sendo incorporadas gradativamente ao serviço públicos.

Utiliza-se noção de intensificação do trabalho de Dal Rosso (2008, apud RAICHELIS, 2011b, p.51) que denomina como intensificação “os processos de quaisquer naturezas que resultam em maior dispêndio das capacidades físicas, cognitivas e emotivas do trabalhador com o objetivo de elevar quantitativamente ou melhorar qualitativamente os resultados. Em síntese, mais trabalho”. A partir da conceituação de Dal Rosso, compreende então como intensificação não só o esforço físico utilizado, mas o conjunto de capacidades do trabalhador que mobilizam corpo, faculdades mentais, emoções e afetividade, os conhecimentos, bem como “os saberes adquiridos pela formação especializada e pela experiência acumulada, além das relações estabelecidas com outros sujeitos, no contexto do trabalho coletivo e cooperado, sem o que o próprio trabalho se tornaria irrealizável” (op. cit., p.51). Tal concepção não é considerada a partir de uma ótica individual, mas sim decorre da condição geral do trabalho na contemporaneidade, derivada de um padrão de organização, sendo assim independente dos desejos e vontades específicas de cada trabalhador.

Para Dal Rosso (2008, apud RAICHELIS, 2010, p.767) está em plena construção na esfera estatal “a ideologia da gerência e da qualidade total, do erro zero, do trabalho a tempo justo, da eficiência das metas e dos resultados”.

Essas estratégias de intensificação do trabalho vêm sendo incorporadas gradativamente, mesmo que ainda não estejam claramente perceptíveis para o conjunto de trabalhadores, principalmente os da esfera estatal. A partir dessas estratégias vem se exigindo e cobrando mais em produtividade e aumentando o volume de tarefas. Nesse sentido, apesar de ser imprescindível à incorporação de novas tecnologias de informação, é preciso refletir quais os efeitos dessa revolução tecnologia no trabalho do assistente social e na relação destes profissionais com os usuários dos serviços e com a população em geral, que vem sendo mediada, via de regra, pelo computador nos espaços de atendimento profissional.

De acordo com Raichelis (2011a, p.433) percebe-se que vem crescendo um tipo de demanda dirigida aos assistentes sociais em diferentes áreas, que afastam o profissional do trabalho direto com a população, dificultando o estabelecimento de relações continuadas, visto que estas exigem um acompanhamento próximo e sistemático. Como exemplo, pode-se

destacar o preenchimento de formulários e a realização de cadastros, que se realizados de forma burocrática e repetitiva não agrega conhecimento e reflexão sobre os dados e o trabalho realizado. Esta é uma “dinâmica institucional que transforma aos poucos “a própria natureza da profissão de Serviço Social, sua *episteme* de profissão relacional, fragilizando o trabalho direto com segmentos populares em processos de mobilização e organização, e o desenvolvimento de trabalho socioeducativo numa perspectiva emancipatória”.

Trata-se de uma condição de trabalho que produz um duplo processo contraditório nos sujeitos assistentes sociais: a) de um lado, o *prazer* diante da possibilidade de realizar um trabalho comprometido com os direitos dos sujeitos violado sem seus direitos, na perspectiva de fortalecer seu protagonismo político na esfera pública; b) ao mesmo tempo, o *sofrimento, a dor e o desalento* diante da exposição continuada à impotência frente à ausência de meios e recursos que possam efetivamente remover as causas estruturais que provocam a pobreza e a desigualdade social (RAICHELIS, 2011a, p. 435).

É preciso conhecer o *processamento do trabalho* do assistente social (IAMAMOTO, 2011) e as formas assumidas por ele nos diversos espaços sócio ocupacionais, “bem como as diversas atividades que desenvolvem no cotidiano das instituições públicas e privadas, na relação com os diferentes empregadores institucionais, exigindo um diálogo cada vez mais próximo entre formação, exercício profissional, pesquisa e produção de conhecimento” (id. *ibid.*, p. 435).

Ao mesmo tempo, para além das dimensões objetivas que conferem materialidade ao fazer profissional, é preciso considerar também, e de forma nem sempre convergente, o modo pelo qual o profissional incorpora na sua consciência o significado do seu trabalho, as representações que faz da profissão, a intencionalidade de suas ações, as justificativas que elabora para legitimar sua atividade — que orientam a direção social do exercício profissional (RAICHELIS, 2010, p. 752).

Sendo assim, é importante destacar que refletir sobre os espaços sócio ocupacionais do assistente social requer considerá-los como expressões das dimensões contraditórias do fazer profissional, nos quais estão presentes concepções, valores, intencionalidades e propostas de sujeitos individuais e coletivos, que se articulam em torno de distintos projetos em disputa no espaço institucional em que as políticas públicas são implementadas.

2.2 As condições de trabalho do assistente social na política de assistência social

É possível perceber que houve um alargamento do mercado de trabalho profissional no campo das políticas sociais, especialmente na política de assistência social com a implantação do SUAS. A partir de um mesmo processo e ao mesmo tempo, contraditoriamente, tem-se o aumento da precarização, aberta ou velada, das condições de trabalho do assistente social, que, como trabalhador assalariado está “subordinado a processos de alienação, restrição de sua autonomia técnica e intensificação do trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores assalariados em seu conjunto” (RAICHELIS, 2011a, p. 434). A assistência social pode ser considerada como uma das mais tradicionais e persistentes mediações do exercício profissional, porém com a implantação do SUAS amplia-se as possibilidades de trabalho profissional nos novos espaços ocupacionais, como os CRAS e os CREAS, bem como demandam do profissional o desenvolvimento de novas habilidades e competências para a gestão pública, no que se refere à assessoria, planejamento, avaliação e monitoramento, dentre outras.

Apesar da política de assistência social ser um campo de trabalho multiprofissional e interdisciplinar, ela se constitui “historicamente como uma das principais mediações do exercício profissional dos assistentes sociais, sendo reconhecidos socialmente (e se autorreconhecendo) como os profissionais de referência desta política”, mesmo com todas as ambiguidades que perpassam essa relação (op. cit., p 751).

A análise do trabalho do assistente social no âmbito do SUAS é importante devido à velocidade e a complexidade de desafios que este espaço vem colocando para a profissão e que precisam ser acompanhados e desvendados criticamente.

De acordo com Raichelis (2010, p. 760), a questão do trabalho e dos trabalhadores no SUAS é um dos grandes desafios a serem enfrentados, “se o objetivo for à implementação da política de assistência social voltada para o atendimento das necessidades sociais e comprometida com a ampliação e a consolidação de direitos das classes subalternas”.

Se este é um desafio para toda a administração pública brasileira, em função das questões que atingem o mundo do trabalho, o Estado e as políticas públicas na contemporaneidade, inegavelmente assume características específicas na assistência social, pelo seu histórico de desprofissionalização e de atuação com base em estruturas improvisadas e descontínuas, do qual são expressões emblemáticas a cultura autoritária, patrimonialista e clientelista e o primeiro-damismo persistente e *(re) atualizado* nesta área, indicando possivelmente a adoção de novas estratégias de *(re) legitimação* desse instituto. Acrescente-se a isso a realidade da maioria dos municípios brasileiros que, sendo de pequeno porte, contam com frágeis estruturas

institucionais de gestão, rotinas técnicas e administrativas incipientes e recursos humanos reduzidos e pouco qualificados (RAICHELIS, 2010, p. 760).

Em relação à constituição dos quadros profissionais do SUAS, é preciso destacar o universo heterogêneo de trabalhadores, composto por servidores e trabalhadores dos três níveis de governo, bem como pela extensa “rede” privada de entidades de assistência social, com diversas áreas de formação, acúmulo teórico-prático e vínculos e condições de trabalho diferentes. O contexto é de um quadro profissional recheado de discrepâncias pela realidade heterogênea dos estados e municípios, composto por um número, na maioria das vezes, insuficiente de profissionais, que possuem grandes defasagens teóricas e técnicas, atuando em diferentes políticas, ou mesmo municípios, ao mesmo tempo. Por ser uma área de prestação de serviços na qual a mediação principal é o próprio profissional, o trabalho na assistência social se apoia estrategicamente no conhecimento e na formação teórica, técnica e política do seu quadro de pessoal e nas condições institucionais que dispõe para realizar sua intervenção (id. *ibid.*).

A implantação do SUAS exige novas formas de regulação, organização e gestão do trabalho, com ampliação do número de trabalhadores com estabilidade funcional (sendo esta uma condição essencial), processo contínuo de formação e qualificação, ingresso via concurso público, com definição de cargos e carreira e processos de avaliação e progressão, caracterização de perfis das equipes e dos serviços, bem como segurança no trabalho e remuneração compatível.

A partir da NOB-RH/SUAS, houve um ganho político significativo – ao considerar as resistências e dificuldades políticas que tiveram de ser aparadas para viabilizar sua aprovação – no que concerne a pactuação federativa entre gestores da política de assistência social e na luta dos trabalhadores por melhores condições materiais, técnicas e éticas de trabalho nos órgãos gestores, CRAS, CREAS e entidades de assistência social vinculadas ao SUAS. A aprovação da legislação foi fruto de um processo de negociação e pactuação, entre os atores político, mas, no entanto ainda permanece o desafio de sua efetivação na maioria dos estados e municípios do país, que apresenta por parte dos gestores, prefeitos e secretários do governo, bastante resistência, ou mesmo desconhecimento da NOB/RH/SUAS e das exigências para a implementação.

De acordo com Raichelis (2010, p.762),

A NOB-RH/SUAS prevê a formação de equipes de referência, que devem ser constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados por porte dos municípios, tipo de atendimento e aquisições e direitos que devem ser garantidos aos usuários.

De acordo com dados do IBGE e do MDS percebe-se uma tendência atual de precarização do trabalho assalariado no SUAS, uma vez que os trabalhadores vêm sendo a cada vez mais, contratados sem vínculo permanente. O que deve ser destacado, ao se problematizar a situação dos trabalhadores da assistência social, é que não se trata apenas de questões relacionadas à gestão do trabalho mas também, e fundamentalmente, dos modos de organização do trabalho na sociedade capitalista contemporânea e das condições concretas em que este trabalho se realiza particularmente nas políticas sociais, que assim como a assistência social, tiveram um grande crescimento nesses últimos anos.

A partir de então surge o questionamento acerca da qualidade da prestação de serviços, que são direitos da classe trabalhadora, sem a existência de servidores público, em número e qualificação para atender a tal demanda. Dessa forma, a análise das condições de trabalho e das possibilidades para sua ampliação e qualificação no âmbito do SUAS não pode ser desvinculada da dinâmica macrossocietária, nem pode ser tratada como responsabilidade individual de cada trabalhador. Por ser comum atribuir aos profissionais à tarefa de sua qualificação, amplia-se a competição entre os trabalhadores que atuam nas diferentes políticas públicas.

A assistência social é um setor intensivo de força de trabalho humana, como já observamos, o que representa um desafio para a criação de condições adequadas de trabalho e de sua gestão institucional. Considerando as definições da NOB-SUAS-RH, as equipes de referência para os CRAS e os CREAS envolvem um conjunto diversificado de profissões, atribuições e competências, instalando-se nova divisão sociotécnica do trabalho no âmbito do SUAS (RAICHELIS, 2010, p. 764).

Esse é um processo de grande complexidade, uma vez que cada categoria profissional envolvida tem um histórico particular de organização e de luta corporativa e sindical, com acúmulos e reivindicações específicas em relação às condições de trabalho, aos saberes e conhecimentos construídos e aos parâmetros ético-político que orientam o trabalho profissional.

Segundo Raichelis (2010) é preciso considerar, nesse sentido, a ótica do *trabalho coletivo* no SUAS, compreendendo o trabalho nos CRAS e nos CREAS como um trabalho social e combinado, que é orientado por projetos profissionais que podem convergir, mas também podem se contrapor, uma vez que incorpora o acúmulo e as contribuições de diferentes profissões, mas devem assimilar criticamente os conhecimentos e aporte daqueles que, como o Serviço Social, vem assumindo historicamente, o protagonismo na elaboração de conhecimentos teóricos, técnicos e políticos que subsidiam os avanços da política de assistência social no país. Tal perspectiva coloca em debate a *direção política do trabalho* e a qualidade dos serviços socioassistenciais, no intuito de se construir processos interventivos que promovem protagonismos, principalmente dos usuários, para o fortalecimento da cultura democrática e de direitos.

Assim sendo, é fundamental no âmbito do SUAS superar a cultura histórica do pragmatismo e das ações improvisadas, exercitando a capacidade de leitura crítica da realidade, sem reforçar naturalizações e criminalizações da pobreza e das variadas formas de violência doméstica e urbana, violação de direitos de crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua etc., mas procurando compreender criticamente os processos sociais de sua produção e reprodução na sociedade brasileira (id. *ibid.*, p. 765).

Para tanto é necessário fazer a crítica e resistir ao mero *produtivismo quantitativo*, medido pelo número de reuniões, vistas domiciliares, atendimentos, sem, no entanto, ter clareza do sentido e da direção social e ético-política do trabalho coletivo. Sendo assim é preciso lutar pela garantia da qualificação e capacitação continuadas, pelos espaços coletivos de estudo e reflexão sobre o trabalho, pelo debate sobre as concepções que orientam as práticas, uma vez que fazem parte da luta pela melhoria das condições de trabalho e da qualidade dos serviços prestados à população. “Quanto mais qualificados os trabalhadores sociais, menos sujeitos a manipulação e mais preparados para enfrentar o assédio moral no trabalho, os jogos de pressão política e de cooptação nos espaços institucionais” (RAICHELIS, 2011a, p. 436).

A política de assistência social tem uma particularidade, que adquire maior complexidade em relação às questões que envolvem as condições, relações e organização do trabalho, uma vez que nesta política grande parte dos serviços, programas e projetos são desenvolvidos por entidades privadas de assistência social que integram a rede socioassistencial nos territórios de abrangência dos CRAS e CREAS. Grande parte dessas entidades ainda não realizou o reordenamento institucional exigido pelo SUAS, inclusive em

relação ao quadro de profissionais e as condições de trabalho, resistindo ainda aos mecanismo de controle social e público. As diretrizes e definições da NOB-SUAS-RH concentram-se principalmente nas instituições públicas, deixando à ampla “rede” de serviços socioassistenciais privados em segundo plano ou até mesmo sem exigências a serem cumpridas.

Para ingressar no sistema público estatal de assistência social, essas entidades e organizações sociais devem ser submetidas aos mesmos princípios e diretrizes que orientam o SUAS, uma vez que tem o acesso ao fundo público para financiar suas atividades e também são imunes de isenções fiscais por terem o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, recentemente regulamentado.

De acordo com Silveira (2009, apud RAICHELIS, 2010), as fragilidades presentes na gestão e na participação em âmbito local, reforçam limitações constitutivas dos processos descentralizadores, revelando uma tendência de arranjos institucionais que podem banalizar o próprio SUAS. Municípios e estados tendem a cumprir apenas os requisitos mínimos para manter o financiamento, sem necessariamente garantir qualidade na estruturação da rede e das condições institucionais de gestão, o que, para Raichelis (2010), inclui o trabalho precário dos profissionais.

A NOB-RH promove avanços no enfrentamento dessa realidade ao definir mecanismos de profissionalização e publicização da assistência social, ao criar procedimentos para a composição das equipes de referência para os CRAS e os CREAS, definindo diretrizes para a qualificação dos recursos humanos e ampliação da capacidade de gestão de seus operadores.

A norma cria também diretrizes para a rede socioassistencial privada, a fim de valorizar seus trabalhadores, garantir capacitação técnica em consonância com a PNAS e tratamento salarial igual entre os trabalhadores da rede pública e das entidades prestadoras de serviço assistencial. O que é possível perceber, porém, é que essas ainda são muito fluidas para garantir condições concretas de trabalho comuns a toda rede socioassistencial, havendo, nesse sentido, um longo caminho a ser percorrido para que tais condições realmente se realizem.

De acordo com Raichelis (op. cit.), o que está em questão é a *ressignificação do trabalho na assistência social*, que, referenciada em um projeto coletivo de redefinição do trabalho, das formas de organização e gestão institucional, incorpore mecanismos permanentes de democratização, qualificação e capacitação continuada, como uma questão

estratégica para a valorização da intervenção profissional no SUAS. Tal projeto é importante, uma vez que quanto mais qualificados os servidores e trabalhadores da assistência, eles estarão menos sujeitos a manipulação e mais preparados para enfrentar os jogos de pressão política e cooptação nos espaços institucionais, conferindo qualidade e consistência ao trabalho realizado.

Ainda segundo a autora é preciso discutir, ao mesmo tempo, as estratégias de organização coletiva frente aos processos de precarização do trabalho, no contexto do conjunto dos trabalhadores da seguridade sociais e das políticas sociais em geral. Apesar do que coloca a perspectiva neoliberal, que utiliza de inúmeros mecanismos para dividir o conjunto dos trabalhadores e suas entidades coletivas, é por meio da ação coletiva que são criadas condições concretas para melhorar as condições de trabalho.

Nesse sentido, de acordo com Raichelis (2010) apesar do limites e desafios postos ao trabalho profissional do assistente social, a implantação do SUAS em todo território nacional uma campo de novas possibilidades tensas e contraditórias para este.

Primeiramente pode-se destacar que a existência dos CRAS e dos CREAS como unidades públicas estatais, cria uma possibilidade inédita de qualificação e articulação dos serviços, programas, projetos e benefícios voltados para o atendimento das necessidades sociais da população em sua área de abrangência. “É a presença do Estado nos territórios de moradia da população com direito de acesso a serviços e programas públicos e de qualidade” (id. *ibid*, p. 768).

Em segundo lugar a implantação do SUAS evidencia os limites do trabalho assalariado dos assistentes sociais no campo das políticas sociais e exige estratégias coletivas para o enfrentamento dos constrangimento aos quais os profissionais são submetidos na relação com os empregadores e dirigentes institucionais.

A direção política da profissão e os avanços do Serviço Social brasileiro recusam a adoção de abordagem conservadores, autoritárias ou disciplinadoras, de cunho moralizante, que individualizam a “questão social”, culpabilizam ou criminalizam as famílias e os indivíduos por sua condição de pobreza.

Em quarto lugar afirma-se que os assistentes sociais, de acordo com sua autonomia profissional, mesmo que relativa, e com as prerrogativas legais, éticas e técnicas, estão sendo desafiados a inovar e ousar na construção de estratégias profissionais que priorizem abordagens coletivas e incentivem a participação dos indivíduos usuários da política, no intuito de reverter às relações autoritárias e tuteladoras que subalternizam a população.

A consolidação do SUAS exige, então, novas formas de organização do trabalho e a ampliação do número de trabalhadores é essencial, bem como os processos de capacitação continuados, a realização de concursos públicos de ingresso, dentre outros, nesse sentido a luta pela concretização efetiva da NOB-RH/SUAS é de suma importância.

Por fim, destaca-se que o SUAS, na contramão do movimento societário em âmbito nacional e internacional, propõe a figura de um Estado que recupere a capacidade de direção política e reconstrua as bases de legitimidade social junto à população, evitando qualquer padrão minimalista de funcionamento, de modo a excluir a possibilidade de ampliação dos serviços sociais públicos as custas da precarização do trabalho e da terceirização dos serviços públicos de se seus operadores.

Essa compreensão é fundamental para evitar o que Iamamoto (2011) identifica como relação mimética entre Serviço Social e políticas sociais, “diluindo e obscurecendo a visibilidade das particularidades das ações profissionais no âmbito dessas políticas”, uma vez que tal mimetismo causa sérias consequências para o reconhecimento da identidade e das particularidades da área do Serviço Social como campo de produção do conhecimento.

É importante destacar o peso do conhecimento da realidade como umas principais mediações da ação profissional no SUAS, sendo assim, é necessário aos profissionais terem a capacidade de conhecer a realidade social “sem se sucumbir aos recortes e fragmentos das problemáticas sociais visto que a multiplicidade de refrações da “questão social” invocam uma complexidade que não permite submetê-las aos modelos formal-abstratos de conhecimento e intervenção”. É preciso, a partir da singularidade dos fenômenos, remetê-los à totalidade, a fim de compreender as determinações concretas mais qualificadas para apreender as particularidades que incidem sobre a política pública de assistência social (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2008, p.194).

Segundo os autores é importante destacar que são múltiplos os desdobramentos que a questão do conhecimento da realidade tem no desempenho profissional na condução do SUAS, destacando-se dentre eles:

- 1) O fato de o levantamento de dados sobre a realidade local, orientada pela categoria território, pode subtrair algumas conexões entre o singular e o universal, o que faz com o que o real pode não ser objeto de aproximações sucessivas, mas de uma simples manipulação de dados disponíveis.

- 2) Nos documentos sobre o SUAS o processo de gerenciamento de informações ocupa lugar de destaque, visto que o acompanhamento, a avaliação e o monitoramento da PNAS

dependem dessas informações. Pode-se refletir que tal fato impacta na dimensão investigativa da prática profissional, visto que a mera organização dos dados e registros não garante um processo sistemático de investigação e produção de conhecimento sobre a realidade.

3) A relação entre a natureza e a dimensão dos níveis de complexidade das necessidades dos usuários e dos serviços em face às competências dos profissionais que atuam no SUAS mostram a multiplicidade de expressões da “questão social”, bem como os desafios a capacidade dos profissionais da assistência social de romperem com as visões e abordagem fragmentarias dos riscos e vulnerabilidades em prol de uma intervenção qualificada, critica e politicamente comprometida, que vão além das “especialidades acadêmicas” de cada profissão.

4) Outro importante aspecto a ser destacado se refere à organização da rede socioassistencial, visto que hipoteca o funcionamento da assistência social à existência de parcerias com o setor privado. Nesse sentido exige-se do profissional uma consciência crítica desse fenômeno, visto que dependerá de sua capacidade de organização e negociação com os gestores municipais e entidades assistenciais a possibilidade de formação e organização da rede socioassistencial.

5) O novo modelo de financiamento da assistência social supõe, no âmbito federal, a pactuação dos recursos via pisos, modalidade que rompa com a histórica pratica dos *recursos carimbados* e imprimem uma outra lógica para a alocação dos recursos financeiros e uma demanda diferenciada para os Conselhos.

6) Como explicitado anteriormente, historicamente, a política de assistência social caracteriza-se como uma ação compensatória, que ao lado das demais políticas que compõe a seguridade social, têm a finalidade de dar cobertura aos riscos sociais a que estão sujeitos os trabalhadores. Porém, na conjuntura atual, devido ao crescimento do desemprego e das massas de trabalhadores supérfluos ao capital, a política de assistência social passa a assumir um papel na esfera da proteção social que tende a suprir o papel que seriam do âmbito de outras políticas, como o caso do trabalho. Sendo assim a assistência social está adquirindo o papel de mecanismo integrador, lugar desempenhado pelo trabalho assalariado.

7) De outra forma, esta é também a principal tensão presente na formação e nas competências profissionais dos assistentes sociais. Os profissionais devem ter a capacidade de compreender a necessidade objetiva da ampliação da assistência, devido ao agravamento da pobreza, sem, no entanto, hiperdimensionar o papel da assistência social no enfrentamento da “questão social”. Sendo assim, o maior desafio da formação profissional reside em

instrumentalizar os profissionais a empreenderem a grande tarefa de superar a aparência dos fenômenos, identificando as múltiplas determinações do real. A forma de enfrentar os inúmeros mecanismos criados pela perspectiva neoliberal de divisão do conjunto de trabalhadores e de suas entidades representativas é a partir da organização coletiva, que cria condições concretas de resistência frente a violação de direitos e lutas pela melhoria das condições de trabalho e do fortalecimento do compromisso do Serviço Social por uma sociedade emancipada.

2.3 Análise das condições de trabalho do assistente social

O crescimento da política de assistência social demanda um quadro maior de profissionais para atuar nessa política, fato que marca uma importante mudança no mercado de trabalho para os assistentes sociais. Nosso objeto de reflexão, nesta dissertação, é a análise das condições de trabalho do assistente social na política de assistência por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental nos artigos apresentados, que tratam deste tema, nos CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 2007, 2010 e 2013) e ENPESS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social de 2008, 2010 e 2012). Serão também utilizados os dados do CensoSUAS realizado em 2013. Optou-se pelos dados de 2013, visto que, quando estávamos realizando a pesquisa, ainda não havia sido disponibilizado os dados do Censo 2014. A partir desses dados foi possível traçar um breve perfil dos trabalhadores da política de assistência social e dos assistentes sociais inseridos nessa, tanto a nível de Brasil, quanto em uma leitura dos dados em Minas Gerais. Também constitui fonte e dados para a nossa pesquisa documental os dados do CadSUAS - que tratam da realidade do município de Juiz de Fora. Também realizamos uma pesquisa empírica nos relatórios de fiscalização do Setor de Orientação e Fiscalização do CRESS 6ª Região/Seccional Juiz de Fora.

Primeiramente serão apresentados relatos de pesquisas apresentados nos CBAS e ENPESS. Serão utilizados também, mesmo que não se encontrem nos anais desses eventos, os resultados de duas pesquisas que tratam da realidade de Juiz de Fora. Também será apresentada uma pesquisa que, mesmo não tratando das condições de trabalho do assistente social na política de assistência social, trata da realidade do estado de Minas Gerais, no qual o município de Juiz de Fora está inserido. A partir do resultado dessa pesquisa constata-se a

pertinência do estudo sobre as condições de trabalho do assistente social na política de assistência social, uma vez que, já naquele momento (2003-2007), em Minas Gerais 52% dos profissionais entrevistados estavam inseridos nessa política.

As análises realizadas por Santos (2010) trazem elementos da condição de trabalho do assistente social na política de assistência social. Essa pesquisa será aqui abordada por se tratar de um estudo que versa sobre nosso objeto de trabalho, mas que não será analisada por não ter sido apresentada em nenhum dos eventos da categoria aqui analisados.

Em 2009 a autora realizou uma pesquisa nos CRAS do estado do Rio Grande do Norte que revelou que as consequências das transformações societárias, particularmente a ampliação da política de assistência social, incidem sobre o Serviço Social, uma vez que houve uma ampliação do espaço sócio-ocupacional do assistente social, derivado da expansão da PNAS.

Em relação à forma de contratação desses profissionais no Estado, constatou-se que a maioria destes se insere a partir de convites, seja do prefeito, secretários de assistência social e vereadores, seja de correligionários políticos dos partidos a que os gestores estão vinculados. Devido a esta forma de contratação, a pesquisa constatou que os profissionais fizeram referência à falta de autonomia profissional, indicando que é preciso ter cautela com o que vai ser dito ao usuário, para que não repercuta no emprego do profissional posteriormente.

No que concerne à carga horária, esta depende dos acordos realizados entre os gestores públicos e os profissionais, sendo que a maioria dos profissionais cumprem jornadas igual ou inferior a 30 horas semanais. Dentre as causas desta flexibilidade dos contratos, está o fato dos profissionais possuírem mais de um vínculo empregatício. Quanto à remuneração, a pesquisadora afirma que a grande maioria dos profissionais recebe até dois salários mínimos, contrapondo-se ao que está previsto na NOB-RH/SUAS no tocante às diretrizes nacionais para os planos de cargos, carreiras e salários, destinado aos trabalhadores que atuam no SUAS.

Assim, vemos que, em seu processo de consolidação, o SUAS tem muitas de suas recomendações limitadas por uma lógica que não demonstra interesse em viabilizar essa política de assistência como preconizada na PNAS, inclusive, não dotando os assistentes sociais de todas as ferramentas necessárias para a realização do seu trabalho. Estas dificuldades afetam a autonomia profissional e a própria permanência do profissional nos municípios que é constantemente ameaçada por demissões e vínculos precários de trabalho, ademais da troca constante de empregador em função da concorrência salarial (SANTOS, 2010, p. 422).

Conforme indica a autora, os municípios também “não estão imunes às transformações do mundo do trabalho, dentre elas as fragilidades dos vínculos formais de trabalho, os mecanismos de proteção social e as crescentes exigências no cumprimento de tarefas cada vez mais polivalentes” (SANTOS, 2010. p.422).

Constata-se que a maior parcela dos assistentes sociais que estão inseridos nos CRAS são mulheres, jovens, com pouco tempo de graduação e que vivenciam a *insegurança do trabalho*, conforme Mattoso (1957, apud Santos, 2010), que engloba a insegurança na renda, na contratação, na representação do trabalho a ampliação da precarização das relações de trabalho. A partir destas configurações, ocorre o empobrecimento na reprodução das condições de vida do assistente social, que contribui para dificultar a autonomia profissional e a materialização do projeto ético-político no cotidiano profissional.

A seguir trataremos dos relatos de pesquisa sobre o tema apresentados nos ENPESS e CBAS.

2.3.1 Produção do conhecimento do Serviço Social: condições de trabalho e de ação profissional no âmbito da política de assistência social

Para realizar uma aproximação às atuais condições de trabalho do assistente social na política de assistência social, será feita uma análise das produções que versam sobre o tema, publicadas nos XI, XII e XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e nos 12º, 13º e 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). A escolha dos eventos ocorreu levando-se em conta o período em que foram realizados, visto que a ampliação do mercado de trabalho para os assistentes sociais na política de assistência ocorreu a partir de 2005, período em que o SUAS e a PNAS começam a ser implementados. Serão utilizados, também, os resultados de três pesquisas, sendo que dessas duas não se encontraram nos anais dos ENPESS e CBAS, e a outra, apesar de ter sido apresentada no XII ENPESS, não possui recorte na política de assistência social, porém serão utilizadas por expressam a realidade de Juiz de Fora/MG, município este que analisaremos.

Optou-se por realizar a pesquisa por eixo temático, uma vez que é a forma mais objetiva de encontrar os trabalhos que versem sobre o tema. Porém devido à disposição dos eixos temáticos em cada CD-Rom, a seleção dos eixos ocorreu de forma distinta conforme os eventos. A forma utilizada para a seleção dos trabalhos foi, em um primeiro momento de acordo com o título do trabalho, se apresentava proximidade com o nosso objeto, para, em um

segundo momento, realizar a leitura minuciosa dos resumos apresentados, no intuito de evitar inserir ou descartar trabalhos de maneira equivocada. Foram selecionados trabalhos que eram frutos de pesquisas empíricas e que já possuíam algum dado coletado.

Houve uma mudança na forma de apresentação dos trabalhos nos ENPESS. Na XI edição do encontro os trabalhos foram divididos por tipos de pesquisa, sendo eles: comunicação oral e pôster; mesas temáticas coordenadas e trabalhos técnicos. Optou-se então por investigar todos os tipos de pesquisa, devido à forma de disposição. Já na XII e XIII edições do Encontro optou-se por investigar as pesquisas dos eixos “Trabalho, Questão Social e Serviço Social” e “Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho”, no sub-eixo “Ênfase no Trabalho Profissional”.

No XI ENPESS foi encontrado apenas um trabalho (apresentado como comunicação oral) sobre o tema. No XII ENPESS, ao clicar no primeiro eixo foram exibidas cento e quarenta e sete (147) trabalhos, porém não foi encontrado nenhum trabalho que se relacionava ao tema da pesquisa. Já o segundo eixo pesquisado exibiu cento e dez (110) trabalhos, sendo um (01) sobre condições de trabalho do assistente social nesta política.

Além das pesquisas por eixos, no XII ENPESS foi feita também uma pesquisa em “Mesas Temáticas Coordenadas”, que não podiam ser acessadas através da busca por eixos temáticos. No total eram 32 mesas temáticas, das quais pesquisou-se três (03), devido título das mesmas, que continham no total onze (11) trabalhos, sendo que um (01) versava sobre as condições de trabalho do assistente social na política de assistência social.

No XIII ENPESS, foi feita uma divisão no interior eixo “Trabalho, Questão Social e Serviço Social”, passando esse a ficar dividido entre “Ênfase no Trabalho” e “Ênfase na Questão Social”, optando pela investigação do primeiro sub-eixo. No primeiro eixo pesquisado foram exibidos cento e vinte e oito (128) trabalhos, sendo um (01) desses sobre condições de trabalho do assistente social na referida política. O segundo eixo exibiu cento e quatorze (114) trabalhos, sendo que desse total três (03) versavam sobre o tema.

Em relação aos CBAS, também houve variação na disposição dos eixos temáticos de um congresso para o outro, dessa forma optou-se por analisar, no 12º CBAS os eixos temáticos “Projeto Ético Político, Trabalho e Formação Profissional”, “Questão Social, trabalho, Estado e Democracia” e “Relações de trabalho e Espaços sócio ocupacionais do assistente social”, porém não foi encontrado nenhum trabalho sobre as condições de trabalho do assistente social na política de assistência social.

No 13º CBAS, foram analisados os eixos “Projeto Ético Político, Trabalho e Formação Profissional”, sendo que neste a pesquisa foi feita no sub-eixo “Trabalho Profissional”, e “Espaços Sócio ocupacionais, Relações e Condições de Trabalho”. No primeiro eixo foram encontrados sessenta e oito (68) trabalhos, dos quais um (01) versava sobre o tema pesquisado, já o segundo exibiu noventa e três (93) trabalhos, sendo que desses dois (02) discutiam a temática.

Já no 14º CBAS, devido à disposição do CD, a pesquisa foi feita no sub-eixo “Ênfase no Trabalho Profissional” do eixo “Fundamentos, Trabalho e Formação Profissional”, sendo exibidos duzentos e três (203) trabalhos, dos quais três (03) versavam sobre as condições de trabalho do assistente social na política de assistência social.

Dessa forma, foram selecionados no total treze (13) trabalhos¹⁴, nos cinco eventos analisados, sendo um (01) do XI ENPESS, dois (2) do XII ENPESS, quatro (04) do XIII ENPESS, três (03) do 13º CBAS e três (03) do 14º CBAS. Destaca-se que utilizaremos apenas os extratos do trabalho que versem sobre as condições de trabalho do assistente social e que no XII CBAS não foram encontrados trabalho que versem sobre o tema.

Apesar de se tratarem de pesquisas realizadas em diferentes regiões do país, os resultados destas pesquisas trazem um indicativo de quais são as condições de trabalho do assistente social na política de assistência social a partir dos governos PT. Os relatos dos trabalhos serão abordados enfocando os seguintes aspectos: tipo de vínculo dos profissionais; remuneração; gênero; faixa etária; pós-graduação; jornada de trabalho; reconhecimento profissional; condições objetivas de trabalho; dentre outros. As pesquisas serão apresentadas por números conforme se encontram no anexo 01.

I.

A pesquisa “a intervenção do serviço social no centro de referência da assistência social (CRAS): condições de trabalho, demandas e relação com os usuários” constata que os assistentes sociais que atuam nos CRAS em Mossoró possuem condições precárias em relação ao tipo de contrato de trabalho, visto que são contratadas por tempo determinado e sua inserção nos espaços é marcada por relações em que prevalecem a afinidade/aproximação pessoal em detrimento da qualificação profissional, o que leva a um quadro de dependência e subalternidade e de interferências políticas no trabalho profissional. Em relação à remuneração percebida pelas profissionais, constata-se que a baixa remuneração é uma outra

¹⁴ A lista dos trabalhos analisados se encontra no anexo 1.

realidade presente no cotidiano de trabalho desses profissionais, que percebem, majoritariamente, 2 salários mínimos.

Outro fator destacado pela pesquisa se refere à falta de ambiente próprio para o Serviço Social, ou seja, de uma sala específica para os profissionais, o que dificulta a garantia do sigilo profissional, do conforto e da salubridade necessários à qualidade do atendimento. Esse processo traz além de implicações nas condições objetivas de trabalho, também a subjetividade desses trabalhadores, “fragilizando sua capacidade organizativa e reivindicativa, bem como desencadeando fortes implicações na autonomia destes/as profissionais e, por conseguinte, nas possibilidades de materialização do projeto profissional no cotidiano do seu trabalho” (MEDEIROS, 2008).

De acordo com Medeiros (2008) a lógica da “prefeiturização”, “clientelismo” e “nepotismo” são características presentes na realidade dos CRAS, nesse sentido é necessário à realização de concursos públicos em condições dignas de trabalhos para esses profissionais, pois não é tão viável a materialização de um projeto ético e político em condições precárias. É preciso também garantir a realização de capacitações que tratem da garantia de direito dos usuários e não tipos de capacitação que buscam cortes e redirecionamento de gastos.

De acordo com a autora então, a partir dos resultados da pesquisa conclui-se que não basta o desejo e o interesse profissional para encaminhar a intervenção na direção pretendida, visto que existem inúmeras determinações que incidem nesse processo, principalmente as estruturais da sociabilidade capitalista. Para a autora é desafiador para o próprio profissional “que não dispõe de condições dignas para realizar seu trabalho, necessitando ainda mais de uma clareza teórica e uma estratégica política apoiados em criteriosos trabalhos de pesquisa sobre as expressões da questão social e sobre suas condições de trabalho”, bem como avançar no sentido de enraizar ainda mais o projeto ético político em suas ações cotidianas e na vida social (id. *ibid.*).

II)

Para a realização da pesquisa “o profissional de serviço social e a política de assistência social em Sergipe” foram aplicados 75 questionários, sendo um questionário aplicado em cada município do estado. Desses 75 municípios, 45 possuem Secretaria Municipal de Ação Social, 03 têm Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, 12 têm Secretaria Municipal de Assistência Social e 15 têm Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho. Além da diferença de nomenclaturas, que não é o único fator limitante,

em Sergipe, observa-se que apenas na capital é responsabilidade do (a) gestor (a) da Secretaria o orçamento para a área da assistência social, nos demais municípios é o gestor (a) municipal quem determina os gastos e a liberação dos recursos.

Perguntou-se as profissionais, quais as condições desfavoráveis ao exercício profissional para elas e para a maioria das profissionais seria a adoção do modelo clientelista/assistencialista, como a doação de dinheiro, material de construção, enxoval de recém-nascido, dentre outros (25,3%) e a atuação em vários programas, ligados a idosos, crianças e adolescente, participação em Conselhos Municipais, elaboração de projetos e outros (24%). De acordo com Souza (2010) observa-se que os maiores índices residem na exploração da mão de obra, visto que o mesmo profissional tem que atuar em diversos programas ao mesmo tempo, o que acaba por interferir também na qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Em relação à participação nas capacitações realizadas pelo Conselho Estadual de Assistência Social, constatou-se que todos os eventos contaram com a participação de 85% dos municípios, sendo que dos participantes 89% eram assistentes sociais e 11% gestores e desse total somente 46% era Conselheiros da assistência social. É importante destacar também que 32% dos assistentes sociais representavam mais de um município, número este bastante significativo.

Tal fato pode estar relacionado à remuneração profissional visto que 56% dos assistentes sociais entrevistados percebem entre 1,5 a 2,4 salários mínimos. Como a carga horária média dos profissionais é de 20 horas semanais, os profissionais trabalham determinados dias da semana em um município e os dias restantes em outro.

De acordo com a fala de uma profissional entrevistada sobre a situação de quem procura o Serviço Social nos dias em que ela não está ela afirma que quando está faz o seu trabalho bem feito, porém a questão não é fazer o não bem feito, mas sim atender ao usuário. Segundo outra profissional, ao ser perguntada sobre o mesmo assunto, afirmou que o que ganha é muito pouco, precisando complementar o seu salário.

Em relação ao vínculo empregatício dessas profissionais percebe-se que 64% são efetivas, porém o fato de serem servidores efetivos não altera a precariedade nas relações de trabalho, tanto em relação ao salário, quanto à submissão do representante do poder local.

De acordo com Souza (op. cit.) os assistentes sociais que atuam na política de assistência social em Sergipe têm sua força de trabalho precarizada, o que faz com que a sociedade, mesmo reconhecendo a importância desse profissional, o vincule a ações

assistenciais, clientelistas e tuteladoras. Para conseguir melhores condições financeiras, as profissionais trabalham em 2 ou até mesmo 3 municípios, comprometendo assim a qualidade do seu trabalho e sua qualidade de vida. Outro fator apontado pela autora como limitante na atuação profissional se refere à ingerência político partidária, subalternizados às relações políticas e ao fetiche do capital. Apesar de ser contratado para trabalhar um determinado número de horas e em determinado local, é requerido dos profissionais realizar outras atividades, além das previstas em seu contrato, atuando em vários programas e elaborando projetos para a captação de recursos. O profissional, na maioria das vezes, participa de capacitações em diversas áreas, porém não é reconhecido pelo gestor que não entende, ou não quer entender, as peculiaridades da política de assistência social.

III)

A pesquisa¹⁵ realizada em 24 municípios em gestão plena do SUAS do Rio Grande do Sul com 44 assistentes sociais trabalhadores do SUAS encontrou que 95,45% desses profissionais são do sexo feminino, com idades que variam entre 21 a 59 anos¹⁶. Em relação ao período de conclusão de curso 36,36% desses profissionais concluíram o curso no período compreendido entre 2005 e 2008. Quando perguntados se possuem especialização 47,73% afirmaram ter especialização concluída e 13,64% estão cursando atualmente.

Em relação às condições de trabalho do assistente social 40% dos profissionais conceituaram como bom e muito bom, visto que o espaço físico é adequado e 60% afirmaram que as condições de trabalho são péssimas ou regulares porque não há salas de atendimento individual e o espaço é usado conjuntamente com a prefeitura.

De acordo com os autores, a partir dos dados da pesquisa é possível analisar que as condições materiais aparecem com destaque, uma vez que interferem diretamente na qualidade dos serviços prestados, porém não houve referência a fatores também importantes, como a autonomia profissional, a participação dos usuários nas decisões institucionais, a valorização profissional, remuneração, dentre outros.

IV)

¹⁵ Esse trabalho apresentado se refere à mesma pesquisa apresentada no XIII CBAS, porém nesse momento já havia sido colhidos mais dados relativos aos profissionais. Visto que os dois trabalhos apresentam categorias de análise diferentes, optou-se por apresentar os dois.

¹⁶ 11 profissionais (25%) possuem entre 21 e 29 anos; 11 (25%) entre 30 a 39 anos; 12 (27,27%) têm entre 40 e 49 anos e, 10 (22,73%) se encontram na faixa etária entre 50 a 59 anos.

A pesquisa “condições do trabalho e desafios postos aos trabalhadores do SUAS”¹⁷ realizada com profissionais trabalhadores do SUAS em João Pessoa teve como sujeitos pesquisados, fundamentalmente assistentes sociais (71% da amostra) e psicólogos (23%). Devido à forma como a pesquisa foi apresentada, foi possível separar os dados, no que concerne as particularidades do Serviço Social, já os dados que dizem respeito ao ambiente de trabalho, correspondem a opinião de todos os entrevistados.

A pesquisa revelou que 73% dos assistentes sociais pesquisado se formaram entre 2003 e 2011 e 27% entre 1985 e 2002, períodos correspondente ao processo de luta e intenção de ruptura e da construção de duas propostas curriculares.

Ainda que formados no lastro de processos de renovação, indicadores de avanços na consciência e na prática teórico-política dessas profissões, as condições de inserção desses profissionais no mercado de trabalho e, mais especialmente, no campo interventivo da política de Assistência Social, têm dificultado o processo de capacitação continuada dos profissionais (NOGUEIRA et al., 2012).

Essa dificuldade decorre da precarização dos vínculos trabalhistas, visto que 100% dos assistentes sociais tem contrato precarizado e da falta de efetivação de uma política de capacitação.

A pesquisa aponta que a maioria dos profissionais tem realizado apenas capacitação de curta duração, como treinamento para implantação de programas e projetos. Um número significativo de profissionais não realizou nenhum curso de qualificação (40,74%) e dentre os que se qualificaram apenas 50% tem capacitação de longa duração, em nível de especialização, os demais tem capacitação ou treinamento de curta duração, como, por exemplo, treinamento para o cadastro único. Tais dados justificam os depoimentos dos entrevistados de que a principal dificuldade em relação aos recursos humanos é a falta de profissionais qualificados nas equipes de trabalho dos SUAS. A partir do cruzamento de dados da pesquisa, observou-se que os profissionais menos capacitados são também aqueles que apresentam maiores dificuldades para avaliar as condições de trabalho no SUAS.

Em relação à remuneração desses profissionais, percebe-se que os índices mais baixos de remuneração entre os trabalhadores do SUAS são de assistentes sociais, que possuem salários que variam entre R\$700,00 e R\$1800,00.

¹⁷ Esta pesquisa apresenta os mesmos dados do trabalho nº XI “relações de trabalho e condições das práticas profissionais no SUAS”, por esse motivo ele não será aqui analisado.

A avaliação dos profissionais sobre as instalações e estrutura física aponta que 79% dos entrevistados declaram que são precárias as suas condições, devido a fatores como o tamanho reduzido dos espaços é insuficiente para comportar a demanda, a falta de espaço próprio, espaços inadequados, de difícil acessibilidade, necessitando de reparos e reformas, as dependências não possuem privacidade para atendimento ao público, iluminação e circulação de ar inadequadas e insegurança. Em relação às condições dos móveis e equipamentos, 92,1% dos entrevistados demonstraram algum tipo de insatisfação, principalmente diante da falta de equipamentos técnicos e eletrônicos, em especial os computadores, impressoras e internet, de equipamentos de comunicação, como telefones fixos e celulares, além dos móveis muito antigos.

No que concerne aos recursos financeiros e de transporte, a principal reclamação foi à ausência de transporte, tanto para o deslocamento de técnicos e gestores entre os espaços de trabalho e gestão, quanto para a realização de visitas domiciliares e outros encaminhamentos. Alguns profissionais também alegaram a falta ou insuficiência de recursos ou a demora para a liberação dos mesmos.

Em relação às condições subjetivas de trabalho, a pesquisa conclui que a maioria dos profissionais apresenta formação recente, “apoiada em projetos políticos pedagógicos atualizados e de perspectiva mais crítica sobre as contradições que envolvem a sociedade”, no entanto grande parte dos profissionais não tem realizado cursos de capacitação continuada. Dentre os que registraram participação, a maioria registrou experiências de treinamentos de natureza técnico-instrumental, realizados a fim de preparar os profissionais para a execução de determinados programas, “com conteúdos pontuais e natureza instrumental bastante tecnicista”. Ao avaliar o curso que serviu de espaço para a pesquisa, concluiu-se que esses profissionais “priorizam justamente esse conteúdo de natureza mais tecnicista, os quais não se sentem atraídos por debate teórico-político de caráter mais denso e fecundo” (NOGUEIRA et al., 2012).

Em uma lógica inversa à capacitação teórica e política, os profissionais são inseridos na operacionalização de ações imediatas, caracterizadas pela rotina de um fazer técnico sobre o emergencial, que não os permite pensar para além da experiência empírica do cotidiano. Essa forma de relação com o real, sem as necessárias mediações teórico-políticas, contradiz com a consciência profissional que pensa a relação com a realidade social a partir de um processo dialético entre o pensamento e esse real, no qual a ação prática é mediada por pensamentos e posturas teórico-políticas que permitem a leitura dos objetos da prática a partir de um método histórico e crítico capaz de operar na dinâmica de mudanças dessa realidade, tomando as

necessidades e as demandas contraditórias das classes como orientadoras da direção prática (NOGUEIRA et al., 2012).

De acordo com as autoras as condições objetivas das ações de assistência social, “aparecem precarizadas, nas perspectivas materiais de estruturação dos espaços de trabalho e financiamento das propostas”. A maioria dos espaços de trabalho é reduzida e compartilhada por vários programas, insuficientes para comportar o grande número de usuários que procuram os serviços assistenciais. A pesquisa constatou que muitas instalações apresentam problemas de estruturação e conservação, são mal equipadas, com móveis antigos e sem equipamentos e comunicação e computação, sendo assim consideradas como inadequadas às atividades.

As equipes não possuem número de profissionais e qualificação necessária ao desenvolvimento dos programas, sendo composta por profissionais não concursados, como explicitado anteriormente. Os cargos comissionados e as coordenações quase sempre são escolhidos a partir de negociações políticas entre as forças partidárias que compõe o governo. Existe uma insatisfação dos técnicos com a forma de gestão dos recursos humanos, tornando explícita a falta de apoio político e financeiro aos trabalhadores da política de assistência social.

A partir dos resultados da pesquisa constata-se que as condições de trabalho no SUAS, tanto as objetivas quanto as subjetivas, “apresentam-se bastante precarizadas, direcionando as práticas profissionais para uma perspectiva reiterativa da orientação conservadora do projeto neoliberal do Estado brasileiro” (id. *ibid*).

V)

A pesquisa desenvolvida no município de João Pessoa/PB contou com a participação de 52 assistentes sociais que trabalham na Diretoria de Assistência Social (DAS), unidade gestora que se encontra vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES). Do total de assistentes sociais 11,5% ocupam cargo de gestão do SUAS e 88,5% inserem-se na execução dos serviços socioassistenciais.

Na proteção social básica estão inseridos 48% dos profissionais, sendo que 32% trabalham nos CRAS, já na proteção social especial, 19% estão localizados na média complexidade e 21% trabalham na alta complexidade. Para Tiburtino (2012) em relação às funções essenciais do SUAS no município, destaca-se a ausência de algumas funções, como a

gestão do trabalho e o monitoramento e avaliação dos serviços. Apesar da SEDES possuir uma Diretoria Administrativa e Financeira, responsável pela gestão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e dos Recursos humanos, nesta não está inserido nenhum assistente social.

De acordo com os dados da pesquisa, constata-se que 90% das contratações de assistentes sociais no município ocorreram entre 2005 e 2011, período de implantação do SUAS. No que concerne ao tipo de contrato desses profissionais, os dados demonstram que o município não está imune às transformações mundo do trabalho, visto que 90,57% dos assistentes sociais possuem contratos temporários, 3,77% cargos comissionados e apenas 5,66% são efetivos.

Desse modo, os assistentes sociais enquanto trabalhadores assalariados, não estão imunes a essa lógica destrutiva do capital, agora mundializado, para com o trabalho, alertando para o fato de que estes profissionais vêm a sofrer essa precarização de forma dual, no sentido de que estes se constituem enquanto trabalhadores assalariados, trabalhando concomitantemente com políticas sociais precarizadas, em meio às contrarreformas do Estado brasileiro e sua relação político econômica com o desmonte da seguridade social (TIBURTINO, 2012).

Conta-se, então, a partir dos dados desta pesquisa, que vem havendo um aumento dos espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais, que vem ocorrendo concomitante a uma precarização das relações e condições de trabalho do assistente social, que impõe diversos desafios à categoria profissional, como a afirmação do projeto ético-político no cotidiano de trabalho profissional, com a preservação e ampliação dos direitos sociais, além do cultivo de uma postura crítica, frente às atuais condições de trabalho. É importante frisar, também, que esse processo de precarização rebate na qualidade dos serviços socioassistenciais oferecidos pelo SUAS, visto que influencia diretamente a organização e qualificação do atendimento, uma vez que muitos profissionais trabalham em regime de plantão, gerando descontinuidade no trabalho profissional, intervenções de caráter pontual, respondendo apenas as demandas imediatas e sem continuidade dificultando, assim, a atuação do assistente social com base no projeto ético-político.

VI)

A pesquisa “Expansão e precarização do mercado de trabalho do assistente social: a particularidade da inserção no SUAS na Paraíba” contou com a participação de 96 assistentes sociais inseridos no SUAS, sendo 57 em João Pessoa e 39 em Campina Grande, ambos

municípios em gestão plena da assistência social, no período de junho de 2011 a junho de 2012.

Em relação ao sexo, a pesquisa revela que 98,95% dos profissionais são do sexo feminino, sendo importante destacar ainda que em Campina Grande, todas as assistentes sociais são do sexo feminino. De acordo com os autores, estes dados expressam relações de gênero na política de assistência social, que se relacionam à posição da mulher na sociedade capitalista. A maioria dos profissionais está inserida na execução dos serviços socioassistenciais das proteções básica ou especial do SUAS e o público-alvo de suas ações são crianças, adolescentes, pessoas idosas, portadoras de necessidades especiais e jovens.

Em relação à formação profissional, 48,5% dos assistentes sociais pesquisados possuem pós-graduação, sendo que 5,3% dos profissionais ainda não concluíram. No que concerne à remuneração, percebe-se que o nível salarial é muito baixo, visto que 86,46% dos profissionais recebem entre 1 e 2 salários mínimos, 3,13% recebe apenas 1 salário mínimo e somente 10,41% dos profissionais recebe entre 3 e 5 salários mínimos.

Quando questionadas sobre o tipo de vínculo 84,08% dos assistentes sociais responderam que possuem contrato temporário ou são prestadores de serviços, ou seja, possuem vínculos precários de trabalho, sendo que apenas 10,42% dos profissionais são estatutários. Esta é uma tendência confirmada pelo MDS, visto que no Censo CRAS e CREAS do respectivo ano 63,4% dos trabalhadores dos CRAS e 62,2% dos trabalhadores do CREAS possuem contratos temporários, são terceirados, contratados via CLT ou possuem outros vínculos não permanentes.

De acordo com a pesquisa 95,83% desses profissionais foram contratados a partir de 2004, porém a maioria se insere a partir de vínculos precários de trabalho. Desses profissionais 81,52% são contratações temporárias e 2,17% são prestadores de serviço. No município de Joao Pessoa 52,63% dos assistentes sociais foram contratados entre 2011 e 2012, dado que revela além de uma expansão dos serviços socioassistenciais, uma rotatividade dos trabalhadores que não contam com vinculação efetiva de trabalho, sem estabilidade no emprego.

Em relação à carga horária, percebe-se que os municípios vêm cumprindo com a lei nº 12.317, a chamada “Lei das 30 horas”, visto que 84,4% dos assistentes sociais trabalham 30 horas semanais e 9,38% trabalham até 40 horas. Entretanto, os dados da pesquisa apontam que 30,21% dos profissionais possuem dupla vinculação, sendo que 86% destes são como assistente social, resultado este que vem seguindo a tendência indicada pelo CFESS. Ainda

conforme os autores, a região, apesar de apresentar menores incidências de carga horária, apresenta maiores índices de dupla vinculação e os piores indicadores salariais, o que possui um caráter contraditório, indicando que trabalhar menos horas não significa necessariamente avanços/melhorias para o trabalhador, se este possuir mais de um vínculo empregatício e não receber remuneração salarial satisfatória.

De acordo com os autores, assim como toda categoria profissional inscrita na divisão social e técnica do trabalho, o assistente social trabalhador do SUAS nos municípios pesquisados não encontra-se isento da lógica de precarização do trabalho assalariado. Esse processo de precarização rebate na qualidade dos serviços socioassistenciais oferecidos pelo SUAS, visto que influencia diretamente a organização e qualificação do atendimento.

Constata-se, assim, que os dados da pesquisa indicaram que o processo de implementação do SUAS vem promovendo uma expansão precarizada do mercado de trabalho profissional do assistente social, uma vez que os “municípios estudados seguem a mesma disposição que vem acontecendo a nível de Brasil, tendo em vista que o acréscimo dos postos de trabalho vem sendo acompanhado, predominantemente, por vinculações temporárias” (DAVI et al., 2012).

VII)

De acordo com dados da pesquisa “Condições de trabalho e materialização do projeto ético-político do serviço social: particularidades da assistência social” realizada com sete assistentes sociais inseridos em CRAS e CREAS em Mossoró/RN constata-se que todas as profissionais são mulheres, jovens (entre 21 e 30 anos), que terminaram seu curso de graduação nas décadas de 1990 e 2000, momento em que a profissão debatia seu Código, Lei de Regulamentação da Profissão e novas diretrizes curriculares, sendo que por esse motivo tiveram oportunidade de se inserir nas discussões que a profissão vinha implementando.

A maioria das profissionais se inseriu no espaço da assistência social no momento compatível com a aprovação das legislações desta política, se inserindo nos espaços há pouco tempo, por meio de alguns processos de seleção e contratação de trabalho por tempo determinado, com duração de dois anos. De acordo com Medeiros (2012) a maioria das profissionais tem depositado nos processos de qualificação uma estratégia para melhor responder as demandas da política de assistência social priorizando, assim, participar de cursos que se dirigiam a sua área de atuação e em sintonia com o compromisso com o constante aprimoramento intelectual preconizado no Código de Ética.

No que concerne às condições de trabalho desses profissionais, os dados da pesquisa apontam que os profissionais não possuem sala de permanência, apenas uma sala de atendimento, que é dividida com os profissionais de psicologia, o que muitas vezes dificulta a garantia do sigilo profissional. Além disso, em algumas instituições, há violabilidade dos documentos e materiais do Serviço Social, contrariando a resolução 493/06 do CFESS que dispõe sobre as condições éticas e técnicas de trabalho.

Em relação à jornada de trabalho, a pesquisa encontrou um dado interessante, visto que de acordo com as profissionais, a redução da carga horária para 30 horas semanais proporcionou mais tempo para se inserirem em novas relações de trabalho, fato que expressa às condições precárias de trabalho, no que diz respeito à remuneração e ao contrato por tempo determinado.

Para a autora, essa forma de contratação tem algumas implicações, como a fragilidade de organização dos trabalhadores, a autonomia, no que concerne ao direito do profissional de realizar suas competências técnicas e políticas, além de efetivar os princípios e valores do Código de Ética.

Ainda segundo a autora, em relação à questão salarial, as profissionais ganham por 30 horas de trabalho, visto que a conquista da redução da carga horária passou a ser implementada recentemente, com o valor de até três salários mínimos, valor inferior ao “que a categoria merece e tem lutado para aprovar enquanto piso salarial, isto sem falar nos riscos que estas profissionais correm em atividades na área da assistência social, como a busca ativa de crianças e adolescentes, realizado no período noturno e sem adicional salarial” (MEDEIROS, 2012).

No que concerne aos limites profissionais, a pesquisa verificou que os principais são “a ausência de transporte, a estrutura física, que não garante sala de permanência para o serviço social, a falta de mais profissionais na área e recursos materiais” (IDEM, IBIDEM). No cotidiano de trabalho, as assistentes sociais não possuem carga horária que possibilite tempo para estudo e pesquisa, no entanto, as profissionais afirmam que ocorre liberação para capacitação, desde que na área de atuação.

Com os dados da pesquisa, verificou-se que os profissionais encontram várias dificuldades como: a forma de contrato, baixos salários, insuficiência de recursos e estrutura física inadequada para o exercício profissional. Diante dessa realidade, identificou-se a necessidade de concursos públicos para que o trabalho desses profissionais tenha estabilidade, melhores trabalhos, condições físicas de atendimento, disponibilidades de recursos materiais,

dentre outros, visto que as condições precárias e instáveis de trabalho que estes profissionais se encontram obstaculizam a materialização do Projeto Ético-Político profissional.

VIII)

A partir dos resultados da pesquisa realizada com 15 assistentes sociais inseridos em CRAS no município de Juiz de Fora/MG constata-se que 88% dos profissionais têm contratos por tempo determinado com a instituição para cumprir uma jornada de trabalho de 20 horas semanais. É importante destacar que todos os profissionais são contratados pela Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC), instituição responsável pela execução da política de assistência social no município e que juridicamente não possui caráter público. O Ministério Público vem cobrando do poder público municipal providencias em relação a isto, visto que esta situação é inconstitucional, colocando em risco a estabilidade de todos os profissionais que trabalham nesta política.

IX)

O trabalho “condições de trabalho do assistente social junto ao sistema único de assistência social - SUAS: precarização versus materialização de direitos” apresenta os resultados iniciais da pesquisa realizada em 24 municípios de gestão plena do Rio Grande do Sul. Até o momento da apresentação do trabalho haviam sido entrevistados 15 assistentes sociais.

De acordo com os resultados, 100% dos profissionais são do sexo feminino, concluíram o curso no período entre 2005 e 2008 (55%), 45% delas possuem especialização e apenas 10% tem o título de mestre. Em relação ao vínculo de trabalho 90% das entrevistadas são funcionários públicos municipais e 10% contratadas por ONGs, sendo que 60% deles atuam em CRAS e 40% atuam em CREAS e Secretaria de Assistência Social ou a ela correspondente.

No que concerne às condições de trabalho do assistente social, 40% conceituam como bom, visto que o espaço físico é adequado e 60% afirmam que as condições são péssimas ou regulares, porque não há salas para atendimento individual e o espaço é utilizado conjuntamente com a prefeitura.

De acordo com os autores, apesar dos pontos positivos destacados, é possível identificar que as condições de trabalho dos assistentes sociais fragilizam e dificultam a operacionalização do SUAS. Entretanto, nenhum dos entrevistados fez referência à precarização das condições de trabalho geradas pelo excesso de demanda, pela escassez de

recursos ou pelo descaso do Estado, o que é passível de questionamentos. Nesse sentido, conforme os autores, os dados da pesquisa permitem analisar que as condições materiais aparecem com destaque, visto que interferem diretamente na qualidade dos serviços prestados, porém não houve referências a fatores que também são importantes, como autonomia do profissional, participação dos usuários nas decisões institucionais, valorização profissional, entre outros aspectos” (SILVA et al., 2010).

X)

Os resultados da pesquisa realizada com 28% dos assistentes sociais que atuam em CRAS na região da baixa fluminense¹⁸ apontam que trata-se de um grupo essencialmente feminino, o que não é novidade em relação à profissão, porém talvez esteja mais presente na política de Assistência Social pelas características que esta possui, voltada para as populações mais fragilizadas economicamente, executada através de ações que envolvam o diálogo e o acompanhamento, porém esta é apenas uma hipótese levantada pelos autores.

No que concerne à faixa etária, percebe-se que é um grupo predominantemente jovem (25 e 30 anos), recém egressos das instituições de formação, com média de 01 a 05 anos de tempo de graduados, um tempo de 01 a 03 anos de experiência profissional e de 01 a 02 destes de exercício na política de assistência social, o que revela suas recentes contratações. É importante destacar que estes profissionais, com exceção dos concursados, foram admitidos em 2009.

Em relação à formação profissional, 67% dos entrevistados são formados em instituições privadas de ensino, o que está de acordo com a predominância destas instituições na região e no que concerne a especialização 29% dos entrevistados já fizeram, em especial pós-graduação do tipo *lato sensu*, mas nenhuma na área da política de assistência social, visto que inexistem especializações voltadas especialmente para este campo na região.

Quanto à área de atuação, 64% dos assistentes sociais responderam que a atuação na política de assistência social é seu principal vínculo de trabalho. De acordo com os autores, a vinculação trabalhista é um dos aspectos que mais comprometem esta experiência, uma vez que pode ser classificada como precaríssima, visto que se concretiza através de contratos provisórios, sem a proteção de qualquer tipo, estruturados a cada gestão municipal, o que pode implicar na descontinuidade das ações e na perda constata de profissionais com

¹⁸ O trabalho aponta somente que o universo amostral da pesquisa foi 28% dos profissionais em exercício na região, porém não indica a quantidade de profissionais existentes na região, ou o número de profissionais pesquisados.

experiência na área. É importante destacar que apenas três municípios realizaram concursos públicos em gestões anteriores e alocaram os profissionais na política de assistência social. No que concerne à coordenação dos CRAS, em somente um deles a coordenação não estava ao encargo do profissional de Serviço Social, o que confirma a potencialidade da área para a profissão.

Em relação à carga horária de trabalho, a maioria dos profissionais trabalha entre 20 e 30 horas semanais, percebendo uma remuneração que está na faixa de dois salários mínimos.

A remuneração é outra das fragilidades desta experiência e guarda identidade com o tipo de vínculo — precário — praticado. Este quadro remete à desqualificação dos contratados, uma vez que os profissionais concursados recebem um salário superior em cerca de um salário mínimo em relação ao acima identificado. Gratificações e remunerações suplementares não foram mencionadas e mesmo os profissionais que assumem cargos de chefia não recebem, em sua maioria, *plus* remuneração para tanto. A baixa remuneração também deve ser entendida como resultado da desqualificação (embora não eleitoralmente) da política de Assistência Social e de seus usuários (LESSA et al., 2010).

Os assistentes sociais atuantes na política não residem nos municípios em que trabalham, o que leva à hipótese de que os municípios da baixada fluminense não possuem quantitativo de profissionais suficientes para atender à demanda desta política.

Pelo perfil brevemente traçado podemos vislumbrar que da mesma forma que a estrutura da política de Assistência Social é apontada como meta por governos diversos, o que nem sempre é constatável para além do discurso, os profissionais de Serviço Social, apesar de desenvolverem atividades que são centrais na prática socioassistencial, não são tratados com a relevância que seu trabalho supõe e demanda. Trata-se do desenvolvimento de uma política empobrecida, realizada por profissionais fragilizados em suas condições de trabalho e remuneração, voltada para os trabalhadores pobres. Diante deste quadro, prover qualidade a uma política pública de tão relevante, torna-se uma tarefa urgente e complexa (id. *ibid.*).

De acordo com os autores os profissionais da política de assistência social, são “desbravadores de uma área que se pretende nova, mas que já nasce com marcas de práticas antigas” e com condições de trabalho e proteção social precárias (id. *ibid.*).

XII)

A pesquisa realizada com assistentes sociais inseridos nos CREAS em Natal não traz o número de assistentes sociais entrevistados, porém ao trazer as falas profissionais traça o

perfil de duas entrevistadas¹⁹. Observa-se nesse que contexto o perfil do trabalhador torna-se flexível, descartável, permanecendo no mercado de trabalho o profissional que se adapta as mudanças, as diversas formas de precarização que tem implicações no resultado cotidiano do seu trabalho, até de ser o responsável por sua empregabilidade.

A partir da fala das profissionais, percebe-se que existe disputa no ambiente de trabalho para ter acesso ao computador, sendo assim fica difícil para as profissionais acessarem a internet para se informar melhor sobre cursos para se atualizarem. Isso vai ao encontro da tendência própria da dinâmica capitalista de responsabilizar o trabalhador por sua qualificação, incentivando tanto a competição entre os profissionais da mesma categoria, quanto a sua desarticulação nos espaços de organização dos trabalhadores.

De acordo com a fala de uma profissional, com consciência crítica para interpretar os jogos de pressão e cooptação nos espaços institucionais, a principal dificuldade é não ver o resultado do trabalho, sentindo-se apenas como uma “relatora de desgraça”, visto que ela constata a “desgraça” em fazer um encaminhamento para uma rede que não existe, não vendo assim resultado nenhum do trabalho.

No que se refere às condições éticas e técnicas do exercício profissional, na opinião de 83,3% dos entrevistados, o ambiente físico em que desenvolvem seu trabalho está inadequado; 100% consideram inadequados a disponibilidade tanto de materiais permanentes quanto de material de consumo para a realização de seu trabalho cotidiano.

São sob essas condições inadequadas que o trabalho do assistente social se realiza. Sem espaços adequados para as abordagens individuais ou coletivas, o atendimento deve ser com portas fechadas para garantir o sigilo do usuário; ambiente com ventilação adequada; materiais permanentes e de consumo com qualidade e em quantidades suficientes para a realização das atividades (PEREIRA; NICOLAU, 2013).

Quando questionadas se participam de organização sindical, apenas 33,3% dos entrevistados participam. De acordo com a fala das profissionais, ou o sindicato não representa seus interesses ou não acreditam que a vinculação ao sindicato seja vantajosa.

¹⁹ A primeira delas possui 45 anos é graduada há sete anos, cursou Serviço Social em uma instituição privada e há cinco anos trabalha na SEMTAS, sendo que nos últimos dois anos, está lotada no CREAS. Em seu exercício profissional está submetida a várias formas de precarização, como seu vínculo empregatício que é via terceirização, a intensificação do trabalho, com prolongamento de suas jornada e com uma remuneração cerca de 50% menor do que a de um servidor público (mudança na redação). A segunda profissional possui 30 anos, é graduada há oito anos, possui mestrado, há cinco anos trabalha na SEMTAS e anteriormente trabalhava em outro município, também no campo da assistência social.

É importante destacar que somente esta pesquisa, dentre os trabalhos analisados, foi feito o questionamento sobre a participação em organização sindical. A inserção nas organizações sindicais por ramo é uma das estratégias que a profissão deve utilizar para denunciar as precárias condições de trabalho a que os profissionais são submetidos.

Já em relação à carga horária, 83,3% dos entrevistados cumprem uma jornada de trabalho de 30 horas, sendo que apenas 16,7% cumprem uma jornada de 40 horas semanais.

A partir dos resultados da pesquisa, constata-se que as inserções de trabalhadores através contratos temporários e a presença de profissionais cedidos pela ATIVA²⁰, sinalizam um processo de terceirização dos serviços, bem como a superexploração da força de trabalho com o prolongamento das jornadas de trabalho, o pagamento de salários em atraso, profissionais investindo por conta própria em atualização profissional, sem espaço físico adequado, sem material permanente e de consumo em quantidade satisfatória, bem como a presença do duplo emprego, a fim de garantir aumento da renda familiar entre outras, são condições e relações de trabalho que atingem os profissionais, levando a desmotivação, a instabilidade e ao adoecimento físico e mental.

XIII)

Os dados da pesquisa realizada com 45 assistentes sociais inseridos na política de assistência social em Roraima apontam que 60% desses trabalhadores possuem contratos temporários ou de prestação de serviços, selecionado por meio de processo seletivo simplificado. Tal modalidade de vínculo fragiliza as relações de trabalho e interferem diretamente no atendimento aos usuários, uma vez que a permanência do profissional depende da vontade política dos governos locais. Os contratos via terceirização e os processos seletivos simplificados não ocorrem somente para o cargo de assistente social, mas para contratar profissionais para atuar em todas as secretarias do estado de Roraima.

Ao analisar as condições de trabalho, observou-se que as situações existentes no estado se identificam com o resto do país, como os baixos salários comparados com salários de outros profissionais vinculados às mesmas atividades e a presença de vínculos precários de trabalho, permanecendo restritas as oportunidades de inserção no mercado de trabalho via concurso público enquanto crescem as contratações temporárias.

No que concerne à jornada de trabalho, apesar da lei das 30 horas, os profissionais estão expostos a excessivas jornadas de trabalho em função da demandas dos usuários. Isso

²⁰ O trabalho não indica qual a natureza da empresa ATIVA.

ocorre graças a uma sobrecarga de atividades, devido à redução de funcionários de apoio ao trabalho do assistente social.

Já em relação às condições das instalações físicas, equipamentos e recursos, percebe-se que os recursos são precários e há a prevalência de instituições sucateadas e de práticas politiquieiras que limitam o desenvolvimento das atividades profissionais e reforçam a subalternização da natureza dos serviços prestados pelos assistentes sociais na hierarquia da divisão social e técnica do trabalho. Segundo a autora, a intervenção profissional do assistente social na política de assistência social no estado de Roraima ainda demanda lutas políticas a fim de fomentar o reconhecimento dessa categoria profissional como mediadora entre o Estado e a sociedade, apreendendo o caráter contraditório das políticas sociais, sobretudo da assistência social, reconhecendo que a naturalização da pobreza não deve ser vista como uma condição para a assistência do Estado, mas como fruto das relações de classes presentes na contemporaneidade (COSTA, 2013).

XIV)

A pesquisa “desemprego e precarização do trabalho do assistente social: o cenário nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro” foi realizada com 167 profissionais formados em 4 instituições de ensino (sendo duas em Minas Gerais e duas no Rio de Janeiro) no período compreendido entre 2003 e 2007.

A partir do retorno dos questionários, percebeu-se a predominância de mulheres (94%) com faixa etária entre 24 e 27 anos (57,4%). Em relação à inserção profissional, quando questionados se já exerceram a profissão, 27% dos entrevistados afirmou que ainda não tiveram oportunidade. Dentre os que já trabalham na área, 24% dos entrevistados declararam ter demorado menos de um mês para conseguir emprego e 16,4% esperou mais de um ano até ser empregado. Quanto ao registro no CRESS, 77% efetuou seu registro, 18% não efetuaram a inscrição e 5% solicitou cancelamento da inscrição. A partir desses dados coletados presumiu-se que índice de desemprego é de cerca de 23%.

Quando questionados se possuíam outros curso de graduação 12% afirmaram que possuem. Já em relação à formação continuada, percebe-se que 51,2% optaram por cursar alguma pós-graduação, sendo que 70,71% fizeram especialização, 21,8% residência e 9,6% mestrado.

Como resposta à situação ocupacional, percebe-se que apenas 56,3% dos assistentes sociais que responderam ao questionário estão empregados. Para os que não estão inseridos

no mercado de trabalho como assistentes sociais, 12,6% são bolsistas de residência e pós-graduação *stricto sensu*, 12% exercem outras atividades remuneradas que não se relacionam com a profissão e 18,6% estão desempregados. Entre aqueles que não atuam na profissão, 30,5% ainda estão à procura de trabalho como assistente social.

Em relação à origem das receitas, 66,5% dos profissionais percebem salário/remuneração; 3,6% mantem-se através de bolsas de estudos; 15% necessitam de complementação financeira dos pais, cônjuge ou outros familiares; 13,2% vivem completamente às expensas dos pais e 1,7% declarou não possuir outras fontes de renda.

Como principais dificuldades para inserção 21,6% respondeu ser a reprovação em concursos públicos ou processos seletivos, 7,2% a ausência de experiência profissional e 5,4% o não oferecimento de vagas ou concursos públicos.

As demais questões presentes na pesquisa se destinam aos profissionais que estão inseridos como assistentes sociais no mercado de trabalho, ou seja, 94 profissionais (56,3% do total de entrevistados).

No que concerne ao tipo de vínculo desses profissionais 23,4% estão inseridos no mercado de trabalho mediante concurso público e provas de títulos, 29,8% contratados pelo regime da CLT por prazo indeterminado, 17%, celetistas com contratos temporários, 9,5% profissionais que prestam serviços como autônomos e 23% trabalham sem a proteção de qualquer vínculo empregatício. De acordo com Delgado (2010) tais dados “permitem medir o aviltamento da precarização dos contratos de trabalho no interior da profissão, seja por contratos temporários, seja por ausência de vínculo empregatício, ou travestidos de profissionais autônomos”, correspondendo a um total de 46,8% dos assistentes sociais.

Como maior empregador de assistentes sociais tem-se o Estado, absorvendo 69% dos entrevistados²¹. Em seguida tem-se o terceiro setor, empregando 16% dos novos profissionais e em terceiro lugar a iniciativa privada, empregando 15%.

No que se refere às áreas de atuação dos assistentes sociais, a assistência é hoje a maior empregadora de assistentes sociais, respondendo a 52%, seguida da saúde (16%), trabalho (11%) e sócio-jurídica (8%). Em relação à nomenclatura do cargo que ocupam 79% são contratados como assistentes sociais, 4% como Secretários Municipais de Assistência e os demais (17%) recebem várias denominações (coordenadores, assistentes, especialistas, técnico social ou judiciário).

²¹ Sendo 63% empregados em âmbito municipal e 23,5% estadual.

Em relação à remuneração, percebe-se que 47% dos que responderam recebem entre mais de três e cinco salários mínimos. Constata-se que tanto em Minas Gerais (24,4%) quanto no Rio de Janeiro (33,3%) há a predominância maior da faixa salarial compreendida entre três e cinco salários mínimos, seguido da faixa entre um e três salários mínimos (20,7% em Minas Gerais e 13,9% no Rio de Janeiro).

Já em relação à jornada de trabalho, mais da metade (53%) cumpre jornadas semanais inferiores a 40 horas semanais, sendo que 30% realizam 30 horas, 16% 20 horas, 3% 12 horas e 4% outras.

Quanto às vantagens e salários indiretos oferecidos pelos empregadores constatou-se que 25% dos que responderam dispõem de planos de carreira e 35% dos empregadores disponibiliza planos de progressão funcional. Em relação à política de benefícios sociais, 53% dos empregadores as adota.

Como reflexo da subcontratação e dos baixos salários, 20% dos novos profissionais possuem outro emprego, sendo 80% duplo emprego e 20% pluriemprego. Em relação ao segundo emprego, 58% são contratados por meio de vínculos precários e 63% recebem entre menos de um e três salários mínimos e cumpre jornadas que variam entre 10 e 24 horas semanais (53%).

Segundo Delgado (2010) devido à redução dos postos de trabalho e ao aviltamento dos contratos e das condições de trabalho e salários, para os trabalhadores em geral e para os assistentes sociais em particular, a formação pós-graduada (com a concessão de bolsas), antes de significar formação intelectual e profissional, tem mais significado como um “anteparo para o abismo do desemprego ou subemprego”. Para compensar os baixos salários pagos, os empregadores reduzem a jornada de trabalho, porém, ao invés dos profissionais ocuparem seu tempo livre para atividades de lazer, formação continuada, militância política ou outras, parcela significativa dos assistentes sociais ocupa seu tempo livre com outro emprego, a fim de compensar os baixos salários recebidos.

XV)

O artigo apresenta os resultados da pesquisa “Análise das condições sociais, econômicas, políticas e culturais e da intervenção profissional do assistente social na implementação do SUAS em Juiz de Fora e Região” que contou com a participação de quinze assistentes sociais que atuam em CRAS em Juiz de Fora.

Em relação ao vínculo desses profissionais, a pesquisa constatou que 88% deles são celetistas, 5% possuem contratos temporários e 5% são estatutários. No que concerne à carga

horária, todos os profissionais cumprem jornada de trabalho de 40 horas semanais, o que indica que Juiz de Fora vem seguindo as orientações da NOB/SUAS, de que deve haver um profissional de Serviço Social em tempo integral em cada CRAS. Outro fator pesquisado foi sobre o cargo que ocupam na instituição, sendo constatado que 86% dos assistentes sociais são contratados como técnico de nível superior e apenas 13% são contratados como coordenadores. Tal dado indica que somente quatro CRAS são coordenados por assistentes sociais, ficando os outros sob a coordenação de profissionais de diversas áreas, como educação física, administração e pedagogia.

No que concerne ao nível de autonomia profissional 46% dos entrevistados apontaram necessidades de melhorias nas condições da instituição, porém não indicaram quais. Já 19% dos profissionais apontaram que a autonomia é ameaçada pelos interesses políticos, por terem de cumprir certas determinações com as quais não concordam e a dificuldade em aprovar projetos. Outros 19% indicaram que tem uma boa autonomia, na realização do trabalho com famílias, no planejamento e nos processos de negociação com a chefia.

Ao se pensar em autonomia profissional, dois elementos são centrais: o estatuto assalariado da profissão e o projeto profissional. Considerar o primeiro significa reconhecer que o exercício profissional é tensionado pela compra e venda da força de trabalho especializada do assistente social, que alijados dos seus meios de trabalho são contratados pelas instituições sob dadas condições de trabalho, sob um recorte específico da questão social, com determinados índices de produtividade e metas a serem cumpridas. O segundo refere-se ao tensionamento entre o direcionamento da profissão, assumido no projeto profissional e as exigências impostas pelos empregadores. Nesse sentido, a enunciação dos princípios do projeto ético-político é sempre possível, independente da realidade objetivas dos espaços sócio ocupacionais em que os assistentes sociais estão inseridos (DURIGUETTO, 2011, p.147).

De acordo com Duriguetto (op. cit.) o assistente social, norteado pelo direcionamento assumido pela profissão, deve considerar que, devido às particularidades do diversos espaços sócio ocupacionais, o campo de possibilidades de intervenção profissional assume diversas configurações. Nesse sentido, para que seja possível conhecer o leque de possibilidades colocadas nos espaços, o profissional deve considerar o seu conjunto de princípios, diretrizes, as postulações legais e as políticas sociais a eles relacionados. É a partir desse processo que o assistente social adquire clareza sobre seu objeto de intervenção e identifica seu nível de autonomia nesse espaço.

Em relação ao nível de participação política dos profissionais, a maioria dos profissionais (77%) afirmou nunca terem participado, justificando como motivo a falta de interesse, de tempo e a incredulidade nesses espaços político-organizativos. Isso evidencia que tais espaços não são reconhecidos por parte dos profissionais, visto que o principal motivo para a não participação é a falta de interesse.

No que concerne aos espaços institucionalizados de participação, os conselhos de direito são o espaço de maior participação da categoria, visto que 50% dos entrevistados participam ou já participaram destes. Em relação aos motivos da participação, 20% participaram como ouvintes; 20% por indicação da instituição devido ao seu perfil e afinidade com as discussões; 40% pelo envolvimento na área e 20% por influência familiar. Dentre os que nunca participaram os motivos destacados foram: determinação institucional de que o representante institucional no conselho seja o coordenador (28%); não tem conhecimento sobre os conselhos (14%); ainda não tiveram oportunidade de participar (28%); e expressaram que tem interesse em participar (14%). De acordo com a autora, percebe-se então que a maioria das respostas indica que a participação nos conselhos se efetiva por uma demanda institucional.

Quando questionados sobre a relação entre o SUAS e o Projeto ético-político (PEP) da profissão constatou-se que a maioria dos profissionais identificou que essa relação se dá no âmbito do direito, visto que 50% das respostas indicaram o reconhecimento da assistência social como um direito; 33,3% acreditam que as finalidades do SUAS se articula com as do projeto, por suas perspectiva, normas, critérios, promoção da autonomia e cidadania; 8,3% afirmam que ambos buscam a superação do preconceito; e 8,3% deles acreditam que existe uma relação, porém não souberam explicar.

Os resultados da pesquisa apontam então que existem grandes desafios postos para a intervenção profissional do assistente social que buscam materializar as ações presentes no projeto ético-político profissional.

XVI)

O artigo apresenta os resultados da pesquisa “Análise das condições sociais, econômicas, políticas e culturais e da intervenção profissional do assistente social na implementação do SUAS em Juiz de Fora e Região” que teve seus dados coletados em 2009 através de: formulários aplicados a 37 assistentes sociais; um grupo focal e dois laboratórios com 15 assistentes sociais dos nove CRAS de Juiz de Fora; transcrição do Simpósio realizado

com docentes, profissionais e discentes, contando com a participação de 22 assistentes sociais dos CRAS de Juiz de Fora, três assistentes sociais de Unidades Básicas de Saúde, cinco profissionais do grupo de pesquisa “Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas”, 12 alunos bolsistas do núcleo de pesquisa e/ou com interesse na temática e 5 professores convidados para serem debatedores.

No que concerne ao perfil das profissionais à pesquisa constatou que dos 37 assistentes sociais entrevistados, todas são do sexo feminino, sendo que 32,4% delas possuem entre 31 a 35 anos. Quando questionadas sobre o período em que estudaram concluiu-se que 45,9% das entrevistadas se formaram com o currículo de 1996, sendo assim tiveram na sua formação a incorporação de um projeto profissional crítico.

Quando questionadas se possuem pós-graduação, 23 assistentes sociais responderam que possuem cursos de especialização, mas nenhum tem curso de mestrado e doutorado. A pesquisa indica que parte desses profissionais tem demandado da Faculdade de Serviço Social/UFJF a realização de cursos de extensão e a existência de espaços para reflexão e para a formação continuada, a fim de qualificar as respostas profissionais no plano da intervenção.

Em relação à inserção trabalhista, 67,56% das profissionais trabalham em Programas da AMAC ou vinculados à AMAC. Quanto à natureza das instituições, a pesquisa encontrou que 12 são públicas, 13 são de programas da AMAC, 05 são instituições de natureza privado-religiosa, uma de natureza empresarial, uma de natureza privado-comunitária e uma instituição não forneceu esta informação.

No que diz respeito ao tipo de vínculo dessas profissionais, 75,7% são regidas pela CLT e 100% não são estatutárias. Duas assistentes sociais identificaram-se como profissionais autônomas, o que confirma “a improbabilidade de o Serviço Social constituir-se concretamente enquanto uma profissão liberal e ratificam a condição de assalariamento a qual o Assistente Social está submetido” (EIRAS; MOLJO; SANTOS, 2014, p.133).

O salário recebido pelas profissionais, de acordo com a pesquisa encontra-se majoritariamente na faixa compreendida entre 2 e 4 salários mínimos, uma vez que 45,95% dos profissionais se encontram nessa faixa. Em relação à jornada de trabalho constata-se que 67,5% dos profissionais possuem uma carga horária de trabalho variando entre 30 e 40 horas semanais. É importante destacar que a pesquisa foi realizada antes da aprovação da “lei das 30 horas”. No que diz respeito ao número de vínculos, a pesquisa encontrou que 86,5% dos profissionais possuem apenas um emprego.

Segundo as autoras, esse resultado segue a média de alguns estados como Alagoas, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Sergipe, conforme Trindade (2010), Delgado (2010) e Lira et al. (2008).

Sobre a relação entre o SUAS e o projeto ético-político da profissão 100% das entrevistadas consideraram que a política está de acordo com o projeto ético-político, ou seja, consideraram que o SUAS possibilita a materialização do projeto profissional, sendo citado por doze profissionais como “a garantia de direitos/assistência como direito/efetivação de direitos”. A pesquisa conclui que parte dessa associação entre projeto profissional e SUAS deve-se ao fato da implantação da lei indicar superação da compreensão da assistência social enquanto caridade/filantropia (EIRAS; MOLJO; SANTOS, 2014, p.134). Outro elemento destacado pela pesquisa indicou que as assistentes sociais entrevistadas consideram a política de assistência social como universal.

Quando questionadas sobre a participação política, em relação à participação em conselhos de direitos 78,38% das entrevistadas afirmaram participar, sendo que a maioria se insere no Conselho Municipal de Assistência Social, no entanto somente 3 profissionais afirmaram ter uma participação enquanto conselheira, representando a instituição, as demais participam, mas de forma pontual. Em relação à participação em partidos políticos, sindicatos ou movimentos sociais, constata-se que o número de profissionais é bem reduzido, uma vez que somente 13,52% participam em partidos políticos, 18,92% em sindicatos e 35,14% em movimentos sociais. De acordo com as autoras “as respostas que englobam movimentos sociais dizem respeito não somente a movimentos sociais, mas a conselhos de controle social” (id. *ibid.*, p.136).

No que concerne à autonomia no emprego 72,9% das entrevistadas consideraram que tem um bom nível de autonomia, justificando que possuem “liberdade para planejar e executar ações”, “de realiza [r] atividades sem impedimento”, dentre outros. Já 21,6% das assistentes sociais consideraram como regular e 5,41% afirmam ser ruim o nível de autonomia.

A pesquisa conclui que, mesmo em um contexto adverso, os assistentes sociais vêm afirmando a necessidade de efetivar os direitos já conquistados, bem como a ampliação dos mesmos, reafirmando a construção de uma cultura política democrática.

2.3.1.1 Síntese das principais características do mercado e das condições de trabalho apresentadas nos ENPESS e CBAS

Para realizar a análise do conteúdo das pesquisas apresentadas serão utilizados somente os dados explicitados por estas que possuem relação com as condições de trabalho do assistente social. A análise dos trabalhos será realizada nos itens que possuem possibilidade de convergências na abordagem dos resultados.

Ressalta-se que as nomenclaturas utilizadas na análise podem diferir das apresentadas pelos autores das pesquisas, a fim de construir categorias comuns para análise. Para melhor compreensão, a ordem das pesquisas seguirá a mesma ordem como foram apresentadas anteriormente.

A análise das condições de trabalho do assistente social, como explicitado anteriormente, não se desvincula das transformações societárias que interferem no exercício profissional, como os processos de contrarreforma do Estado, que alteram a conformação das políticas sociais e as mudanças na organização da produção, visto que o assistente social se insere na divisão social e técnica do trabalho. Importa destacar que todos os trabalhos aqui apresentados fazem tal correlação, vinculando sempre as mudanças no interior da profissão àquelas que se processam em nível macro.

Constata-se que, apesar de nas últimas duas décadas ter havido um aumento na demanda para o trabalho dos assistentes sociais, pesquisas recentes revelam transformações no significado do trabalho desse profissional, apontando para uma precarização de suas condições de trabalho.

Procederemos à análise dos relatos de pesquisa a partir dos seguintes pontos: gênero; faixa etária; período de formação; natureza da instituição de formação; qualificação profissional; natureza da instituição empregadora; tipo de vínculo; remuneração; jornada de trabalho; número de vínculos; inserção na política de assistência social; cargo ocupado; participação política; condições materiais de trabalho; nível de autonomia profissional; e relação entre SUAS e PEP.

No que concerne ao perfil profissional dos assistentes sociais constata-se que em todas as pesquisas as profissionais pesquisadas são mulheres. Quando analisado os dados da pesquisa realizada por Delgado (2010), verifica-se que a predominância de mulheres não ocorre somente na política de assistência social, mas em todos os espaços sócio-ocupacionais, sendo, como já identificaram Iamamoto e Carvalho (2004) uma marca da profissão. De acordo com Cisne (2012) o Serviço Social, desde seu surgimento no seio do bloco católico, entre as décadas de 1930 e 1940, constitui-se como uma profissão quase que exclusivamente feminina.

As atribuições femininas, embora tidas como naturais, são social e culturalmente construídas. Delas espera-se que sejam “boas mães, esposas e donas-de-casa”. Essas responsabilidades vão ser extensivas às profissões ditas femininas, destacadamente Serviço Social, Pedagogia e Enfermagem. Nessa perspectiva, tanto no âmbito do trabalho doméstico como no mundo público, as mulheres são responsabilizadas pela reprodução social e, conseqüentemente, pela questão social. Daí as profissões que lidam diretamente com a questão social ser majoritariamente compostas por mulheres, o que aponta também para a sua presença marcante na área da Assistência Social, não apenas como usuárias, mas também como profissionais. A “escolha” da profissão não é, pois, algo natural, mas segue uma tendência socialmente determinada pela divisão sexual do trabalho na sociedade patriarcal (RUSSO; CISNE; BRETTAS, 2008, p.138).

Apesar das mudanças ocorridas com o movimento de ruptura com o Serviço Social tradicional, percebe-se que a presença majoritária de mulheres na profissão ainda é traço marcante até os dias de hoje, o que se explica devido à inserção desta na dinâmica societária, que ainda mantem os traços do patriarcalismo.

Historicamente, sempre foi tarefa delegada à mulher ocupar-se com esse público. Na divisão sexual do trabalho, a posição feminina está associada à benevolência, aptidão para cuidar das pessoas e amenizar seu sofrimento, colocando-a numa postura de responsabilidade de reprodução social da família e do indivíduo. Percebemos que essa concepção de trato vigora ainda hoje e se reflete intrinsecamente na Política de Assistência Social, mantendo-se a cultura e tendência da feminilização na política de assistência social (DAVI et al., 2012).

Percebe-se que há uma responsabilização da mulher pela assistência e estas constituem o seu maior público usuário. Este é um traço que permanece até hoje como marca da política, inclusive nos programas sociais atualmente implementados, o que representa a presença do pensamento conservador no interior dessa política.

Percebe-se nitidamente a permanência dos modelos conservadores em torno dos papéis tidos como femininos, que provocam uma sobrecarga de trabalho e responsabilidade sobre as mulheres, além de fazer perdurar a divisão sexual do trabalho que, dentre outras implicações, naturaliza algumas profissões como femininas acarretando a essas uma carga de subalternidade por extensão (CISNE, 2012, p.68).

No que concerne à faixa etária desses profissionais, seis pesquisas discutiram tal questão e contatou-se em cinco delas que a maior parte destes são jovens profissionais, com idades de até 30 anos. A pesquisa XVI realizada por pesquisadoras da UFJF em Juiz de Fora,

no entanto, encontrou um perfil diferente, visto que 32,4% dos entrevistados possuem idades compreendidas entre 31 e 35 anos.

Em relação ao período de formação dessas profissionais sete pesquisas trataram sobre o tema, sendo que cinco destas constatou-se que a maioria dos profissionais entrevistados se formou a partir dos anos 2000. Por definirem cortes temporais diferentes das outras pesquisas, a pesquisa VII encontrou que a maior parte de seus entrevistados se formou entre as décadas de 1990 e 200 e a pesquisa XVI encontrou que 45,9% dos entrevistados se formaram a partir do currículo de 1996. A partir desses dados é possível constatar que possivelmente todos os entrevistados das pesquisas tiveram em sua formação a incorporação do projeto profissional crítico, além disso, percebe-se que vem aumento o número de profissionais formados, resultado do processo de expansão do ensino superior dos assistentes sociais.

No que diz respeito à natureza da instituição de formação, somente uma pesquisa (pesquisa X) tratou sobre o tema, em que evidencia que 67% dos profissionais formados na Baixada Fluminense fizeram suas graduações em instituições privadas de ensino, dada a predominância dessas instituições na região.

Conforme dados do MEC²², existem atualmente, em atividade, no Brasil 468 cursos de Serviço Social autorizados pelo MEC, destes 24 são ofertados na modalidade de ensino à distância. Em relação aos cursos presenciais, destes, 58 são públicos e 410 são privados. Em novembro de 2013 havia no Brasil, em atividade, 458 cursos de Serviço Social autorizados pelo MEC, sendo que 21 eram ofertados na modalidade de ensino à distância e em relação aos cursos presenciais, 57 eram públicos e 380 privados. Comparando tais dados aos encontrados por Yamamoto em 2007, percebe-se que houve um aumento significativo do número de cursos de Serviço Social, visto que, naquele ano, de acordo com dados do MEC/INEP existiam 253 cursos, destes 46 eram de instituições públicas e 207 de instituições privadas, sendo que destes seis eram ofertados pela modalidade de ensino à distância. A partir desses dados é possível concluir que vem havendo um constante aumento do número de cursos de Serviço Social, principalmente os cursos ofertados por instituições de ensino privadas.

A partir desses dados é possível perceber que existe uma expansão desmensurada de cursos de Serviço Social, no qual há um crescimento desproporcional dos cursos ofertados por instituições privadas. Inúmeras discussões e debates realizadas pela nossa categoria e nossas organizações se referem à qualidade desses cursos que vem sendo ofertados, uma vez que

²² Pesquisa realizada no endereço eletrônico <http://emec.mec.gov.br/> no dia 19/02/2015.

estes não estão preocupados em garantir uma formação baseada nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e que tem como norte o projeto ético-político do Serviço Social²³.

Quando analisado a qualificação profissional nove pesquisas trataram do tema, sendo que somente dentre os entrevistados da pesquisa X notou-se que a maior parte dos profissionais não possui algum tipo de pós-graduação. Nas demais pesquisas que trataram desse tema constatou-se que a maioria dos profissionais possuem cursos de especialização.

Em relação à natureza da instituição empregadora duas pesquisas (XIV e XVI) abordaram esse tema. A pesquisa XIV, realizada em todos os espaços sócio ocupacionais, evidenciou que o maior empregador de assistentes sociais é o Estado, principalmente em âmbito municipal e que a maior parte dos vínculos empregatício são precários.

O tipo de vínculo dos profissionais foi abordado por doze pesquisas (pesquisas I, II, IV, V, VI, VII, VIII, IX, XII, XII, XV, XVI). Somente na pesquisa II constatou-se a presença majoritária de vínculos efetivos²⁴. Em todas as outras pesquisas que abordaram o assunto, encontrou que há a predominância de contratos via CLT, por tempo determinado, comissionados ou terceirizados, o que indica a presença de contratos precarizados. Esses tipos de contratos de trabalho possibilitam uma constante rotatividade de profissionais nos serviços. De acordo com cinco pesquisas (pesquisa V, VI, VII, X, XII) a maioria desses profissionais foram contratados há pouco tempo²⁵, o que pode indicar, como apresentado anteriormente, tanto uma rotatividade dos trabalhadores quanto o aumento de profissionais para trabalhar com esta política. A pesquisa X frisou que, excluindo-se os servidores efetivos, todo o quadro de trabalhadores da política de assistência social foram admitidos em 2009.

A precarização do exercício profissional no âmbito do SUAS não se limita às condições de sua realização na prestação dos serviços e benefícios, mas se inicia no processo de contratação dos chamados “trabalhadores do SUAS”, na condição de temporários, sem garantias dos direitos trabalhistas assegurados aos funcionários concursados. Essa precarização também se estende à condição de baixa qualificação desses “trabalhadores”, unidos a operar programas regulados a partir de normatizações e condicionalidades

²³ Conforme documento “Sobre a incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social”; publicação “Meia formação não garante um direito: o que você precisa saber sobre a supervisão de estágio direta em Serviço Social”; e campanha “Educação não é fast food: diga não para a graduação à distância em Serviço Social” – campanha que atualmente está suspensa devido a ordem judicial).

²⁴ A precariedade das relações de trabalho não são garantidas somente pelo tipo de vínculo com que os profissionais são contratados. De acordo com a análise contida na pesquisa II constata-se que mesmo sendo servidores efetivos, esses trabalhadores também são submetidos às condições precárias de trabalho devido tanto a remuneração, quando a falta de autonomia política.

²⁵ As datas das contratações variam entre as regiões, sendo que uma pesquisa afirma que as contratações ocorreram principalmente entre 2005 e 2011, já outras afirmam que estas ocorreram a partir de 2009, porém em todos os casos nota-se que são contratações recentes.

que se acumulam e se transformam continuamente, funcionando como um desafio à responsabilidade de realizar proteção social aos segmentos precarizados (NOGUEIRA et al., 2012).

Com relação à remuneração desses profissionais em nove pesquisas (I, II, IV, VI, VII, X, XIII, XVI e a pesquisa XIV que aborda todos os espaços ocupacionais) constatou-se que a remuneração da maioria dos profissionais fica abaixo de 4 salários mínimos, apesar de haver particularidades regionais, com remunerações menores no norte e nordeste (com uma faixa salarial compreendida principalmente entre 1 e 2 salários mínimos) e uma maior remuneração no sudeste (as remunerações de até quatro salários mínimos). Quando analisado os dados da pesquisa XIV encontra-se uma faixa salarial maior (compreendida entre 3 e 5 salários mínimos), o que pode indicar uma remuneração menor na política de assistência social do que nas demais políticas e espaços sócio ocupacionais em que o assistente social se insere.

A jornada de trabalho foi abordada por dez pesquisas (pesquisa II, VI, VII, VIII, X, XII, XIII, XIV, XV, XVI) e, devido ao período em que estas foram realizadas, foram encontrados resultados diferentes. Nas pesquisas realizadas antes da aprovação da “lei das 30 horas”²⁶ (pesquisas XV e XVI), constatou-se que a maioria dos profissionais cumprem uma jornada de trabalho de 40 horas semanais. Já nas realizadas após a aprovação da referida lei constatou-se em três delas (II, VIII e X) uma jornada de trabalho entre 20 e 30 horas semanais. De acordo com os dados da pesquisa VII, a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, representou uma possibilidade de inserção em outros espaços de trabalho, o que representa as condições precárias de trabalho desses profissionais ao que concerne à remuneração e ao tipo de vínculo. Segundo outras duas pesquisas, mesmo após a aprovação da lei, ainda é possível encontrar alguns profissionais que cumprem jornada de trabalho de 40 horas semanais. Conforme a pesquisa XIII, mesmo com a aprovação da lei, os profissionais estão expostos a excessivas jornadas de trabalho a fim de responder às demandas dos usuários. Isso ocorre devido a uma sobrecarga de atividades decorrentes da redução de funcionários de apoio ao trabalho do assistente social.

Devido às condições de inserção no mercado de trabalho e a remuneração recebida, conforme indicam as pesquisas II, VII e XVI, já é possível perceber, dentre os assistentes sociais, a presença de mais de um vínculo de emprego. A pesquisa XIV, realizada por Delgado (2010) também evidenciou essa tendência, o que indica que esta não é uma característica apenas dos trabalhadores da política de assistência, mas também de outras

²⁶ A lei nº12.317 foi sancionada pelo então presidente da república em 2010.

políticas. Essa tendência vem ao encontro da realidade hoje presente nos contratos de trabalho de parcelas significativas do conjunto da classe trabalhadora.

Conforme exposto no item 1.1, com a flexibilização das relações de trabalho surgem novas formas de precarização destas, sendo que de acordo com Druck (2009, apud TIBURTINO, 2012) temos o “emprego atípico” com contratos temporários; por tempo determinado; trabalho informal; sem registros, direitos sociais e trabalhistas; com salários mais baixos e condições de trabalho mais precárias.

No que concerne à inserção dos profissionais na política de assistência social, as pesquisas V, VI explicitaram que a maioria dos profissionais se insere na proteção social básica, inseridos nos CRAS e na proteção especial do CREAS, tendo como público alvo principalmente crianças, adolescentes, idosos e portadores de necessidades especiais.

As pesquisas V, X e XV apresentaram os cargos ocupados pelos profissionais. De acordo com as pesquisas V e XV somente uma pequena parte dos profissionais ocupa cargo de gestão. No que concerne a gestão dos CRAS, de acordo com os dados da pesquisa XV, a maioria dos equipamentos são coordenados por profissionais de diversas áreas, como educação física e administração. Dado este que difere do encontrado pela pesquisa X, uma vez que, conforme os dados apresentados, somente um CRASS não está sob coordenação do profissional de Serviço Social.

Em relação à participação política dos profissionais, somente em três pesquisas (pesquisa XII, XI e XVI) fizeram este questionamento. As pesquisas constataram-se que o nível de participação em espaços político-organizativos é extremamente baixo. A partir das falas dos entrevistados percebe-se que a falta de participação decorre principalmente da incredulidade nesses espaços e a falta de interesse

Já em relação à participação em espaços institucionalizados, como os conselhos de direito, somente as pesquisas XV e XVI trataram do assunto, constatando-se em ambas as pesquisas uma participação maior do que nos espaços político-organizativos, como os sindicatos e partidos. O fato de haver maior participação nesses espaços decorre, principalmente, de uma demanda institucional para a representação.

De fato, aqui temos um “entrave”, ou pelo menos uma contradição, próprio da organização do trabalho na sociedade capitalista. Se por um lado temos uma cultura profissional que valoriza a participação tanto dos profissionais quanto dos sujeitos com os quais trabalha, por outro vemos a pouca concretude que esta assume, a não ser quando a participação faz parte da organização do exercício profissional (a exemplo dos conselhos), mesmo assim, de forma pontual (EIRAS; MOLJO; SANTOS, 2014, p.136).

No que concerne às condições objetivas de trabalho seis pesquisas (pesquisa I, III, IV, VII, IX, XII e XIII) abordaram o assunto e elencaram a inadequação do espaço físico para o atendimento do Serviço Social, constatando que os equipamentos da política de assistência social possuem uma estrutura precária. A pesquisa IV elenca, também, a ausência de transporte tanto para o deslocamento dos técnicos e gestores entre os espaços de trabalho quanto para a realização de visitas domiciliares e outros encaminhamentos, bem como a demora em liberar recursos como elementos que dificultam o desenvolvimento do trabalho. . A pesquisa também indica que não existe número suficiente de profissionais nas equipes, nem qualificação necessária ao desenvolvimento dos programas.

De acordo com a pesquisa XIII a prevalência de instituições sucateadas e de práticas politiqueras limitam o desenvolvimento das atividades profissionais e reforçam a subalternização da natureza dos serviços prestados pelos profissionais na hierarquia da divisão sociotécnica do trabalho. No que concerne ao reconhecimento profissional, segundo a pesquisadora, ainda são necessárias lutas políticas a fim de reconhecer essa categoria profissional como mediadora da relação entre Estado e sociedade.

A pesquisa II afirma que a adoção de um modelo assistencialista/clientelista, bem como a atuação em vários programas, são fatores que comprometem tanto a qualidade do trabalho profissional, quanto a sua qualidade de vida.

De acordo com a pesquisa VII os profissionais não possuem uma carga horária que os possibilite estudar ou pesquisar, se limitando apenas aos atendimentos. Já em relação às capacitações, somente são liberados caso esta ocorra na área de atuação. Já a pesquisa IV afirma que, apesar da maioria dos profissionais apresentarem formação recente, apoiada em projetos de formação com a perspectiva crítica, grande parte destes não têm realizado cursos de capacitação continuada. A partir da avaliação do curso que serviu de espaço para a realização da pesquisa, constatou-se que os profissionais priorizam cursos de natureza mais tecnicista, não sendo atraídos por aqueles de caráter mais denso e fecundo.

A pesquisa XII aponta que existe uma disputa entre os profissionais para o acesso ao computador, o que dificulta o acesso à internet e a informações sobre os cursos ofertados. De acordo com a avaliação dos pesquisadores, esta é uma tendência comum no capitalismo, de responsabilizar o trabalhador por sua qualificação, incentivando tanto uma competição entre eles, quanto a desarticulação dos espaços de organização desses trabalhadores.

Em relação à autonomia profissional, as pesquisas XV e XVI, ambas realizadas no município de Juiz de Fora, apontam resultados diferentes. De acordo com a pesquisa XV a maioria dos profissionais apontaram necessidades de melhorias nas condições da instituição, sendo que alguns outros indicaram que esta é ameaçada pelos interesses políticos, que os levam a cumprir com determinações com as quais não concordam. Os resultados da pesquisa XVI apontam, no entanto, que a maioria dos profissionais considera ter um bom nível de autonomia profissional. A partir desses dados pode-se constatar que, no que diz respeito à autonomia, esta é percebida de diferentes formas pelos profissionais, uma vez que para alguns a liberdade de planejamento e execução já garante um bom nível do exercício da autonomia.

Os dados da pesquisa VII apontam para a necessidade de realização de concursos públicos e de melhores condições de trabalho, uma vez que as condições precárias e instáveis obstaculizam a materialização do Projeto Ético-Político da profissão.

Por fim, as pesquisas XV e XVI tratam da relação entre o SUAS e o Projeto Ético-Político da profissão. Segundo as respostas dos entrevistados, essa relação se dá no âmbito do direito devido a fatores como o reconhecimento da política de assistência social como um direito e a articulação das finalidades do SUAS com o projeto profissional.

De acordo com Duriguetto (2011), o reconhecimento dessa relação é importante por reafirmar a assistência social como um direito. Ao mesmo tempo, porém, esse relação é insuficiente, visto que acreditar que as normas e critérios estabelecidos pela política de assistência social são coerentes com aqueles apontados pelo projeto profissional pode levar a acreditar que o cumprimento das normas e diretrizes do SUAS são suficientes para um exercício profissional comprometido com o PEP.

Essa afirmação pode significar que os profissionais ainda não compreendem a amplitude do projeto profissional, que além da luta pela ampliação de direitos, visa contribuir na construção de um outro projeto societário, em que não haja nenhuma forma de dominação-exploração de classe, etnia e gênero (DURIGUETTO, 2011, p. 151).

A análise das condições de trabalho englobando tanto as condições objetivas de trabalho, quanto à relativa autonomia profissional, não aparece na análise do CENSO SUAS, que apenas considera algumas das condições objetivas de trabalho, mais especificamente, os tipos de vínculo e as jornadas de trabalho.

Tratar da relativa autonomia do trabalho do assistente social é analisar as condições que não se apresentam aparentemente, como os valores que a orientam, as competências

teórico-metodológicas e operativas, as prerrogativas legais necessárias à sua implementação, a regulamentação de suas atribuições privativas e competências profissionais e a articulação com outros agentes institucionais que participam do mesmo trabalho cooperado, de outras forças políticas de organizações e da população atendida. Tais ações é que materializam um projeto profissional crítico e em defesa da classe trabalhadora.

Sendo assim, a análise tanto das condições objetivas em que esse trabalho se realiza, quanto à relativa autonomia do trabalho profissional, são determinações necessárias para que se compreenda a totalidade das mediações que perpassam o trabalho na sociedade capitalista.

A partir da investigação das pesquisas apresentadas nos CBAS e ENPESS foi possível realizar uma primeira sistematização das condições de trabalho do assistente social na política de assistência social, sistematização esta feita a partir da particularidade de cada região. No próximo item, será realizada uma análise dos dados contidos no CENSO SUAS e no CadSUAS. A partir desses dados, será possível nos aproximarmos da realidade das condições de trabalho a nível nacional, estadual e do município de Juiz de Fora.

2.3.2 Análise dos dados do CENSO SUAS

Como explicitado anteriormente, a implantação do SUAS amplia as possibilidades de trabalho do assistente social, uma vez que cria novos espaços sócio ocupacionais, como os CRAS e os CREAS. Anualmente, é publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome o CENSO SUAS, que vem sendo realizado desde 2007. O CENSO SUAS é um importante instrumento de avaliação e monitoramento dos serviços do SUAS. A fim de se obter um quadro aproximativo das condições de trabalho nos CRAS, CREAS e Centro POP²⁷, no Brasil e em Minas Gerais, utilizaremos os dados relativos a recursos humanos contidos no CENSO.

De acordo com dados do CENSO SUAS 2013 existem hoje 75.241 profissionais trabalhando em CRAS no Brasil, sendo que 83,3% deste são do sexo feminino e 34% possui entre 30 e 39 anos. Em relação ao tipo de vínculo desses profissionais, 49, 1% são contratados por meio de vínculos não permanentes²⁸, contratados para trabalhar 40 horas semanais

27 O Centro de Referência Especializado para População de Rua constitui-se em unidade de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de natureza pública e estatal. O Centro POP diferencia-se do CREAS, uma vez que enquanto o CREAS atua com diversos públicos, o Centro POP volta-se, especificamente ao atendimento especializado à população em situação de rua.

28 Nesse vínculo inclui a contratação de trabalhadores por meio de empresas/cooperativas/entidade prestadora de serviço; voluntários; serviço temporário; sem vínculo; terceirizado e outro vínculo não permanente.

(54,4%). Desse total de trabalhadores 35.299 são de nível superior e 45,5% (16078) desses profissionais são assistentes sociais.

Em relação ao trabalho nos Centro POP, de acordo com o CENSO SUAS existem 1914 trabalhadores nestes espaços, sendo que, assim como nos CRAS a maioria deste é composta por mulheres (67,2%), com idades entre 30 e 39 anos (31,9%), cumprindo uma jornada de trabalho de 40 horas semanais (56,6%). Em relação ao vínculo de trabalho, constata-se que grande parte (46,6%) é contratada por meio de vínculos não permanentes. Do total de trabalhadores, 755 são profissionais de nível superior, sendo que 54,7% destes são assistentes sociais.

Para realizar uma primeira aproximação às condições de trabalho em Juiz de Fora, utilizaremos os dados do Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social – CadSUAS –, que é um “aplicativo informatizado de abrangência nacional que compõe a Rede SUAS, com o objetivo de coletar processar e gerir dados sobre a rede socioassistencial, órgãos governamentais, conselhos, fundos e trabalhadores do SUAS, aberto a consulta da sociedade”, conforme indicado pelo artigo 1º da portaria nº430/08 do MDS. A partir do CadSUAS é possível ter acesso às informações relativas às prefeituras, órgão gestor, fundo e conselho municipal e entidades que prestam serviços socioassistenciais. Para esta pesquisa, utilizaremos os dados da rede socioassistencial pública do município.

A partir do CENSO SUAS constatou-se que o estado de Minas Gerais é o que possui maior número de CRAS, tendo até ano passado 1091 equipamentos funcionando.

Os dados sobre Minas Gerais apontam que, em 2013, havia 8.721 trabalhadores empregados nos CRAS, sendo que 57,3% destes contratados por meio de vínculos não permanentes. Existem 3998 técnicos de nível superior, sendo que destes, 2211 são assistentes sociais.

Atualmente Minas Gerais possui doze Centros POP, sendo o terceiro estado com maior número, ficando atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. Em relação às condições de trabalho, existem 139 profissionais nesses espaços, sendo que 58,2% são contratados por meio de vínculos não permanentes, média maior que a nacional. Quanto às profissões de nível superior, existe o mesmo número (21 profissionais de cada área) de assistentes sociais e psicólogos trabalhando nesses espaços.

No que concerne ao trabalho no CREAS, o CENSO SUAS não apresenta os dados por estado, mas sim pelo porte do município. De acordo com a PNAS os municípios são divididos em municípios de pequeno porte I, municípios de pequeno porte II, municípios de médio

porte, municípios de grande porte e metrópoles. Uma vez que delimitamos como local para a realização da pesquisa o município de Juiz de Fora, utilizaremos os dados indicados pelo CENSO SUAS sobre municípios de grande porte²⁹, uma vez que a cidade pesquisada se enquadra nessa caracterização.

Os dados sobre o trabalho no CREAS apontam que existem hoje no país 20938 trabalhadores nesse espaço, sendo que 81,5% destes são do sexo feminino e 49,5% destes tem uma jornada de trabalho de 40 horas semanais. A maioria desses trabalhadores (48,4%) é contratada por meio de vínculos não permanentes e 23,9% do total desses trabalhadores são assistentes sociais.

Em relação aos dados relativos aos municípios de grande porte, existem 6128 trabalhadores nesses espaços, sendo que 41,2% são servidores estatutários e 41% são contratados por outros vínculos não permanentes. No que concerne à formação profissional, 26,8% desse total são assistentes sociais.

O município de Juiz de Fora possui gestão plena da assistência social, por esse motivo o município deve atender a critérios pré-estabelecidos pela PNAS, como a organização da proteção social básica e especial. Atualmente o município conta com nove CRAS, três CREAS e um Centro POP, empregando um total de 188 trabalhadores nestes espaços, sendo que 76,6% destes são mulheres³⁰.

Ao analisar os dados apresentados, tanto os que tratam de um panorama geral do trabalho na política de assistência no Brasil, quanto os dados de Minas Gerais e de Juiz de Fora, percebe-se que a maioria dos trabalhadores da política de assistência social é do sexo feminino.

Em relação ao tipo de vínculo desses profissionais, 96,8% são trabalhadores de empresa/cooperativa ou entidade prestadora de serviços, 1,6% são servidores temporários, 1,1% são terceirizados e 0,5% possuem cargo comissionado. Percebe-se que todas as contratações realizadas para trabalhar na política de assistência social não são feitas por

²⁹ De acordo com PNAS são municípios de grande porte aqueles cuja população é de 101.000 habitantes até 900.000, são mais complexos na sua estruturação econômica, polos de regiões e desses de serviços mais especializados. São municípios que devido a suas características atraem parte da população que migra de outras regiões onde as oportunidades são mais escassas. Por esse motivo a rede socioassistencial deve ser mais complexa e diversificada, envolvendo serviços de proteção básica, bem como uma ampla rede de proteção especial.

³⁰ Do total de assistentes sociais em exercício atualmente, 97,9% desses profissionais são mulheres.

concurso público, mas sim a partir de um processo de terceirização das responsabilidades do Estado, sendo que, no caso de Juiz de Fora, tal responsabilidade é transferida para a AMAC³¹.

Essa situação é considerada ilegal, uma vez que vai de encontro com o estabelecido na PNAS, em relação à primazia do Estado na execução da política de assistência social. O ministério público vem cobrando providências da administração municipal para a regularização dessa situação, o que pode levar à demissão de centenas de trabalhadores vinculados a essa instituição, dentre eles os assistentes sociais que trabalham nos CRAS e CREAS (DURIGUETTO, 2011, p.147).

Como visto a partir dos dados coletados pelo CENSO SUAS essa realidade de contratação via contratos terceirizados/temporários não é presente apenas no município de Juiz de Fora, mas sim representa a realidade da maioria das contratações realizadas no país. No município, porém, a presença desses vínculos se dá de forma exacerbada, superando tanto a média do estado quanto a nacional.

Constata-se que 66,5% dos trabalhadores foram contratados a partir de 2012. Com base nesses dados, pode-se afirmar que aumentou o número de profissionais nesses espaços, contudo tal aumento não ocorreu com a garantia de um vínculo de trabalho estável, mas sim por meio de vínculos precários. No entanto, além de expressar um crescimento do número de trabalhadores da política de assistência social, tais dados podem indicar também que existe grande rotatividade entre eles.

No que concerne aos cargos³², constata-se que a maioria dos profissionais (41%) são contratados para a função de técnico de nível superior. Percebe-se que apesar de não haver exigência do cargo para tal, dentre o total de trabalhadores contratados, 16,3% possuem curso superior. Em relação ao cargo de coordenação das unidades, em 53,8% dos espaços esse cargo é ocupado por um assistente social e em 38,5% por um psicólogo. Somente em um equipamento é que o cargo é ocupado por outro profissional de nível superior. Dentre as profissões contratadas para o cargo de técnico de nível superior percebe-se que 53,3% dos profissionais são assistentes sociais.

A partir dos dados do CadSUAS é possível analisar a rotatividade de profissionais na assistência social no município de Juiz de Fora, visto que o instrumento oferece uma lista com

³¹ O município de Juiz de Fora tem uma particularidade em relação à gestão da política de assistência social. A Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC) foi criada em 1985, é uma organização sem fins lucrativos que desenvolve projetos na área social. Os serviços prestados pela AMAC se dão a partir de convênios com a Prefeitura de Juiz de Fora e com a iniciativa privada. Toda a gestão dos CRAS e CREAS, além de outros serviços da política de assistência, é conduzida pela AMAC, incluindo a contratação de profissionais.

³² Constam na lista dos CRAS e CREAS o seguintes cargos: serviços gerais; apoio administrativo; educador social; técnico de nível médio, técnico de nível superior, coordenador e outros.

todos os profissionais que já trabalharam nos equipamentos públicos da política, a partir de 2008, e daqueles que se encontram em exercício. De 2008 a 2014 já passaram pelos equipamentos 221 profissionais, sendo que a maioria (37,1%) foram contratados como técnico de nível superior e 48,8% trabalhou por até um ano. Dos trabalhadores que ficaram somente um ano na função, 51,8% destes tinham curso superior, o que mostra que a maior rotatividade dentro dos equipamentos se refere aos cargos de nível superior.

Do total de trabalhadores que já passaram pelos equipamentos, 22,1% eram assistentes sociais atuando em cargos de coordenação, apoio administrativo³³, educador social, técnico de nível superior (majoritariamente) e outros. A maioria desses profissionais (30,6%) trabalhou por até um ano nesses espaços.

Dos 188 trabalhadores que se encontram em exercício atualmente, 26% são assistentes sociais, contratados para os cargos de técnico de nível superior e coordenação. Um dado interessante é que 63,2% desses profissionais foi contratado a partir de 2012. Tal dado, juntamente com o apresentado anteriormente, demonstra que há uma rotatividade muito grande de assistentes sociais nos equipamentos da assistência social.

No intuito de realizar uma apreciação com mais elementos sobre a realidade do município de Juiz de Fora, será feita uma análise, no próximo item, dos dados do formulário do Setor de Orientação e Fiscalização do CRESS 6ª Região/Seccional Juiz de Fora.

2.3.3 Análise dos dados do CRESS

A caracterização das mudanças nas condições de trabalho do assistente social inserido na política de assistência foi também analisada nos relatórios de fiscalização da Seccional Juiz de Fora do CRESS 6ª região. Foram utilizados os questionários das visitas realizadas no município de Juiz de Fora no ano de 2009 em instituições públicas da assistência social. No total foram analisados questionários preenchidos por 18 profissionais, inseridos em 10 espaços sócio ocupacionais³⁴.

³³ O profissional contratado para esse cargo ficou apenas um dia em exercício.

³⁴ Os relatórios se referem a visitas realizadas nos seguintes espaços: CRAS Centro; CRAS (não identificado qual); CRAS Sudeste; CRAS São Benedito; CRAS/Curumim São Pedro; CRAS/Curumim Vila Olavo Costa; CRAS/Curumim Santa Luzia; Projeto Agenda Família; CREAS Idoso/Mulher e CREAS População de Rua (atualmente houve uma alteração e este passou a se chamar Centro POP). Foram utilizadas algumas partes do questionário que são entregues aos profissionais pelo agente fiscal do Setor de Orientação e Fiscalização (SOFI) do CRESS.

A partir dos questionários, constatou-se que a maioria dos profissionais (83%) se formou na Universidade Federal de Juiz de Fora, sendo que apenas dois se formaram em uma instituição privada de ensino (presencial). Em relação à formação profissional, a maioria dos profissionais (75%) possuía mais de cinco anos de formado e o tempo de exercício também era superior a cinco anos (55,5%); 78% das profissionais possuem pós-graduação, porém a maioria dos cursos listados não se vincula a sua área de atuação, como especializações em gestão empresarial, gerente de RH e educação infantil.

Quando questionadas sobre a instituição em que atuam, um número expressivo de profissionais indicou a AMAC. É importante ressaltar que a AMAC é a instituição responsável pelo contrato de grande parte dos profissionais da política de assistência social, porém os profissionais são contratados para trabalhar nos equipamentos desta política, como CRAS e CREAS. Somente quando questionados sobre o setor em que atuam é que a maioria dos profissionais indicou o equipamento onde executam seu trabalho.

Em relação à posição da instituição no organograma, oito (44%) profissionais não souberam responder a pergunta, cinco (28%) afirmaram que não possui organograma. Das cinco profissionais (28%) que afirmaram que possui setor específico, ao justificarem suas respostas a maioria informou que são subordinadas ou à coordenação do CRAS ou a Secretaria Municipal de Assistência Social, departamento de proteção básica.

A partir dos relatórios percebeu-se que a maioria dos equipamentos públicos, em 2009, já possuía um expressivo número de profissionais, que se justifica pelo crescimento da política de assistência social nos últimos anos. De acordo com as profissionais, cinco (5) dos dez (10) espaços pesquisados possuíam três (3) assistentes sociais e quatro (4) espaços contavam com a presença de dois (2) profissionais. Tal número de profissionais está de acordo com os critérios da NOB/RH/SUAS. Duas profissionais não tiveram clareza do conteúdo da questão formulada no questionário e informaram que são 73 profissionais contratados pela AMAC.

Em relação à data da implantação do Serviço Social na instituição houve a predominância de duas datas. Entre as profissionais, 33,3% afirmam que a implantação ocorreu entre 0 e 1 ano, já 33,3% afirmam que esta se deu a mais de 20 anos. Essa discrepância entre as datas informadas pode ter ocorrido devido à dificuldade dos profissionais em identificar se a resposta deveria ser dada a partir da implantação do Serviço Social no espaço de trabalho em que estão inseridas ou na AMAC, instituição esta responsável pelo contrato das profissionais. No que concerne à data de admissão na

instituição, notou-se a mesma dificuldade percebida pelas profissionais, ou seja, se deviriam indicar a data em que foram contratadas pela AMAC, ou para trabalhar no local onde atualmente desenvolvem seu trabalho. Um número expressivo de profissionais (61,1%) respondeu que foram contratadas a partir de 2007, o que, como já constatado em momentos anteriores, reitera o fato de que vem aumentando o número de profissionais para trabalhar na política de assistência social.

A maioria dos profissionais (89%) é contratada como assistentes sociais, sendo que apenas duas indicam que são contratadas como coordenadoras. Em relação ao salário recebido pelas profissionais tem-se a predominância de 3,5 salários mínimos. A partir da análise, constatou-se que dentro de um mesmo espaço de trabalho havia profissionais que para executar as mesmas funções, recebiam remunerações diferentes. Um dos motivos que levam a essa diferença é o período de contratação de cada uma delas.

Em relação à jornada de trabalho, somente uma profissional cumpria a jornada de 30 horas semanais, sendo que aos demais (94,4%) cumpriam uma jornada de 40 horas. Há, no município, uma recusa em cumprir a lei das 30 horas, fato este que pode indicar que tal jornada de trabalho ainda não sofreu grandes alterações nos dias de hoje.

Em relação ao vínculo empregatício desses profissionais, a maioria (67%) indicou ser contratada via CLT, sendo que somente cinco (28%) foram contratados via contrato temporário e uma era estatutária. Quanto à presença de duplo emprego, a maioria absoluta das profissionais respondeu que possuem apenas um vínculo trabalhista, o que indica que em 2009 essa não era uma realidade para os assistentes sociais da política de assistência social que foram fiscalizados.

No que diz respeito às condições ética e técnicas de trabalho, no que concerne a garantia do sigilo profissional, 61,1% das profissionais afirmou que não possui um local compatível. Para uma das profissionais, a não garantia do sigilo ocorre uma vez que as salas são separadas com divisórias. Já no que diz respeito a ser um local com adequação física de recursos necessários, 66,6% das profissionais afirmou que seu espaço de trabalho possui os recursos necessários. Foi observado que em determinado espaço de trabalho, que conta com a presença de três profissionais, houve divergência nas respostas, o que pode indicar ou desconhecimento das legislações da profissão ou um receio de expor as reais condições de trabalho e ser “punida” pelo Conselho ou demitida pela instituição.

Quando indagadas sobre quais as necessidades para o setor de Serviço Social a partir do número de demandas recebidas, percebeu-se que não houve clareza por parte das

profissionais em relação ao que era questionado. Por esse motivo, acredita-se que as respostas podem não corresponder à realidade de trabalho desses profissionais. No que diz respeito à contratação de mais assistentes sociais, metade das profissionais não indicaram a necessidade de contratação, já a outra metade acredita que deva ser contratado mais um profissional. Em relação ao número de estagiários, funcionários administrativos e outros profissionais, a maioria das assistentes sociais não indicou a necessidade de contratação.

Em relação ao reconhecimento do Serviço Social na instituição, a maioria das profissionais afirmou que a “profissão é reconhecida e valorizada”, “muito procurada pelos usuários”, sendo considerada como “carro chefe da instituição”. Para uma profissional, no entanto “não há clareza do papel e das atividades do assistente social por parte da coordenadora e dos profissionais”. Apesar de tais afirmações, é preciso analisar se esse reconhecimento profissional indica também garantia de condições de trabalho ou de direitos trabalhistas. Se observados os dados anteriores, percebe-se que não é possível indicar que o reconhecimento profissional se relaciona a garantia de direitos trabalhistas. O fato das profissionais não correlacionarem tais questões indica como os trabalhadores, de modo geral, não reconhecem que tem sua força de trabalho explorada.

Em relação à inserção política, somente uma profissional (5,5%) afirmou que está inserida em algum conselho de política/direito. Quando questionadas do porque de não participarem algumas profissionais responderam que não participam devido à falta de disponibilidade de tempo, já outras afirmaram que esta é uma atribuição da coordenação do setor, resposta esta que foi respaldada pelo fato de a única assistente social a participar de algum conselho ocupar no momento cargo de coordenação.

Já em relação à vinculação com alguma entidade organizativa, todas as profissionais responderam que não possuem. Quando perguntadas se participam de eventos realizados pelo CRESS, metade das profissionais respondeu que não, dentre aquelas que afirmaram participar o evento mais citado foi a “Semana do Assistente Social” que é realizada em parceria com a UFJF.

Quando questionadas se participam de grupos de estudos 66,6% das profissionais afirmaram que participam e, ao serem questionadas sobre os grupos percebeu-se que a maioria deles se relaciona a questões do cotidiano de trabalho, como o “grupo de referência em benefícios”, “grupo de família” e o “grupo de referência em monitoramento – CRAS”. Esse resultado apresenta um aspecto positivo do cotidiano de trabalho dos profissionais no

município. Uma das grandes lutas dos profissionais é a garantia de um tempo para estudo, luta esta que já foi conquistada por grande parte das profissionais pesquisadas.

Outro item presente no relatório diz respeito à oferta de cursos pela instituição empregadora. A maioria dos profissionais afirmaram que estes são oferecidos pela instituição. Este também pode ser considerado um ganho dos profissionais pesquisados, uma vez que o que tem sido revelado por outras pesquisas realizadas no país é que a grande maioria dos espaços de trabalho dos profissionais não são ofertados cursos de formação continuada.

Outra surpresa positiva presente nos relatórios foi a respeito da discussão sobre política pública na instituição. A maioria das profissionais (72,2%) afirmaram realizar discussões sobre a política na instituição, sendo que grande parte dessas discussões são feitas em reuniões com outros profissionais, sejam outros assistentes sociais ou profissionais de outras áreas, a respeito de temas pertinentes ao cotidiano de trabalho, como a discussão sobre proteção básica, SUAS e CRAS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta dissertação possibilitou que avançássemos na compreensão do Serviço Social, sobretudo no que diz respeito ao trabalho profissional. As condições e relações de trabalho só podem ser analisadas em sua densidade histórica quando inserida no contexto da sociabilidade capitalista. O sistema capitalista constitui-se em relações sociais fundadas na exploração do trabalho e na reprodução permanente da desigualdade social. Essa determinação estrutural ganha contornos acentuados em meados do século passado com a crise do fordismo e do keynesianismo, que eram a expressão fenomênica de um quadro mais complexo da crise estrutural do capital. Como estratégias para a superação da crise iniciou-se um processo de reorganização do capital e do seu sistema ideológico e político de dominação.

Com a reestruturação produtiva, iniciou-se um processo de flexibilização do aparato produtivo, com a descentralização do espaço produtivo e a flexibilidade na organização da produção e das relações de trabalho. Surge, nesse momento, uma articulação entre velhas e novas formas de exploração do trabalho, criando a possibilidade de conciliar usos mais intensivos e extensivos da força de trabalho.

A adoção do ideário neoliberal também ocorre como uma resposta à crise de 1970. De acordo com seus ideólogos, uma das razões da crise seria o excesso de gastos sociais do Estado e, para garantir estabilidade monetária, este deveria manter uma disciplina orçamentária contendo os gastos com bem-estar.

A conjugação das orientações neoliberais com as mudanças no padrão de acumulação trouxeram consequências desastrosas para a classe trabalhadora. Com o desmonte do *Welfare State* e de alguns direitos sociais adquiridos, os trabalhadores expulsos do mercado formal de trabalho e que não mais contam com a proteção do Estado, se inserem no mercado de trabalho a partir de vínculos extremamente precários.

É nesse contexto de mudanças impostas pelo capital e nas relações entre Estado e sociedade que deve-se analisar as condições e relações de trabalho da classe trabalhadora e do assistente social.

No Brasil, a partir da década de 1960, há a maturação da inserção associada e dependente ao capitalismo monopolista mundial, momento este em que, internamente, tem-se a instauração de um regime autocrático burguês, que beneficia grupos nacionais específicos e o grande capital internacional. Na década de 1980, o país passa por um quadro de estagnação

econômica, ao mesmo tempo em que se tem uma ampliação das lutas por direitos sociais, que culminaram na aprovação da Constituição de 1988.

A partir da década de 1990 começa a serem implementadas, no Brasil, as medidas neoliberais, levando à construção de um novo padrão de enfrentamento da “questão social” a partir de contrarreformas do Estado. No início dos anos 2000, tem-se pela primeira vez a vitória de um representante operário ao cargo de presidente, o que poderia indicar ganhos para a luta dos trabalhadores. O que se constatou, no entanto, foi uma continuação das medidas macroeconômicas desenvolvidas nos governos anteriores, atrelado a medidas focais e paliativas de combate à pobreza e ampliação da política de assistência social que, a partir de então, assume centralidade dentre as políticas sociais, adquirindo a condição de ser uma política estruturadora e não mediadora de outras políticas, como o caso do trabalho. A centralidade assumida pela política de assistência social leva a um processo de assistencialização e privatização da proteção social, transformando-a no principal mecanismo de enfrentamento de algumas expressões da “questão social”.

Como características desse processo de “assistencialização” das políticas sociais tem-se o reordenamento da seguridade social. As políticas que integram o tripé da seguridade social, ao invés de formarem um amplo e articulado mecanismo de proteção, formam uma unidade contraditória, na medida em que avança a precarização, privatização e focalização das políticas de saúde e previdência, a política de assistência social tem um crescimento exponencial, transformando-se no principal mecanismo de enfrentamento da desigualdade social. Nesse sentido, afirma-se que esta política não só compõe a seguridade social, mas se torna *a* política social, devido a sua capacidade de intervenção direta e imediata, principalmente a partir dos programas de transferência de renda.

No contexto do processo de assistencialização das políticas de proteção social, é demandado ao assistente social, dentre outras tarefas, a seleção de usuários para acesso aos programas a partir da utilização de critérios socioeconômicos. No entanto, estas demandas postas à profissão refletem uma dimensão assistencial, que não necessariamente tem um caráter de garantia de direitos, posto que reduz-se a atuação profissional a este recorte presente na política de assistência social. Esta não é uma característica apenas da profissão, visto que a atuação de diversos profissionais nas políticas sociais está cada vez mais pontual, precarizada e marcada pela seletividade. Devido às políticas sociais cada vez mais restritas, os profissionais que atuam nessas políticas tem que estar “preparados” para justificar estas

limitações para os usuários que a demandam. Nota-se, portanto, que a competência profissional é transformada em capacidade de trabalhar com escassos recursos.

A opção pelo estudo das condições de trabalho do assistente social na política de assistência social ocorreu levando-se em conta o espaço que esta ocupa hoje no mercado de trabalho do assistente social. Com a utilização das fontes dos dados que materializaram a pesquisa documental e empírica - relatos de pesquisa apresentados nos ENPESS e CBAS e dos dados do Censo SUAS, CadSUAS e dos relatórios de fiscalização do CRESS 6ª Região/Seccional Juiz de Fora, pudemos proceder a uma aproximação das condições de trabalho do assistente social na realidade nacional e, particularmente, no município de Juiz de Fora.

Mas é preciso explicitar que as condições e relações de trabalho do assistente social também chegam ao conhecimento do conjunto CFESS-CRESS a partir das visitas de fiscalização. A política nacional de fiscalização (PNF) se estrutura a partir de três dimensões, sendo elas a dimensão afirmativa de princípios e compromissos conquistados na trajetória da profissão, a dimensão político-pedagógica; e a dimensão normativo disciplinadora. Essas dimensões se encontram organicamente vinculadas e orientam os conselhos regionais na realização das fiscalizações. Um momento de extrema relevância que favoreceu a socialização e as reflexões sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais foram os seminários realizados pelo conjunto CFESS/CRESS entre 2009 e 2010, que versavam sobre o trabalho do assistente social na saúde, na assistência social e no sócio-jurídico. A partir dos resultados desses seminários Santos (2010) sintetiza alguns aspectos que se manifestaram de forma recorrente em todas as áreas de atuação do assistente social, com maior ou menor incidência e intensidade em uma ou outra área.

O primeiro deles é a identificação da efetivação do papel político do Estado para atender aos interesses do capital, em detrimento do atendimento às necessidades humanas, impondo profundas alterações nas políticas sociais e nos objetivos e critérios de acesso, operando cada vez menos na perspectiva dos direitos e mais na lógica do mercado.

O segundo diz respeito à perda crescente das condições de infraestrutura para a realização do trabalho profissional, que se revelam por meio da falta de materiais, meios de transporte e espaços adequados para a realização de atendimento, devido à falta de iluminação, ventilação ou segurança. Além destas, há indicações referentes à falta de arquivos para guarda de material técnico de caráter sigiloso, de uso e acesso restrito dos assistentes

sociais e de espaço físico com possibilidades para reuniões e estudos, sejam estas de caráter individual ou em equipe.

O terceiro aspecto advém do segundo, visto que a falta de condição de infraestrutura faz com que não haja como garantir a privacidade dos usuários sobre o que foi revelado durante o atendimento, comprometendo assim as condições para manter o sigilo profissional. Esse aspecto tem profundas implicações éticas, visto que vai de encontro ao que consta no Código de Ética, quando trata da “inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantido o sigilo profissional” (CFESS, 1993).

Como quarto e último aspecto destaca-se a incorporação de sistemas sofisticados de informatização, que destinam-se não para facilitar dinâmicas e processos de atendimentos às reais necessidades dos usuários, mas para disciplinar, unificar e burocratizar procedimentos, por meio de uma racionalização burocrática.

Avaliando o questionário aplicado pelo CRESS aos profissionais fiscalizados, percebe-se que este não possui elementos suficientes para fazer uma avaliação das condições de trabalho dos assistentes sociais. Importa destacar que este questionário continua sendo utilizado atualmente, mas que está em processo de avaliação. É necessário que se pense em mudanças no questionário para que seja possível, a partir das visitas de fiscalização, coletar mais dados a respeito do cotidiano de trabalho dos profissionais, dados estes que serviriam tanto para uma avaliação sistemática do CRESS sobre o perfil profissional nos Estados quanto do CFESS para uma avaliação das condições de trabalho dos assistentes sociais no Brasil.

Compreende-se, a partir dos dados indicados pela pesquisa realizada por Delgado (2010), que o Serviço Social é a maior profissão da política de assistência, porém, é importante enfrentar, em todos os espaços de organização da categoria e no âmbito formativo, a centralização dos objetivos do Serviço Social ao plano assistencial, operando uma redução da profissão à “profissão da assistência”. De acordo com Santos (2012, p.447) “esses suportes à ‘assistencialização’, baseados em uma perspectiva focalizada de enfrentamento da “questão social”, são construídos “por setores da categoria profissional que se diferenciam no interior do projeto ético-político”.

As análises de Braz (2007b) e Netto (2007) afirmam existir uma crise no projeto ético-político do Serviço Social decorrente da cooptação de parte da esquerda nacional e, aí incluído, de setores da categoria profissional. Concordamos que existe, sim, uma parte da categoria profissional que está na base de apoio do governo. Entretanto, o PEP - e suas bases teóricas, legais e políticas que o materializam - constitui uma resistência e uma ofensiva à

ideologia do possibilitismo do programa petista para a área social. Sendo assim, não é possível atribuir uma crise ao PEP tendo como fundamento os *transformismos* empreendidos pelo PT.

Apesar de uma parte da categoria profissional estar na base de apoio ao governo, acredita-se que esses segmentos não possuem força para influenciar o rebaixamento da agenda política da categoria, como elucida Cisne (2008). Como prova disso em Minas Gerais, temos os resultados das últimas eleições do conjunto CFESS/CRESS, na qual presenciamos a existência de duas chapas, em que foi vencedora a chapa que defendia uma autonomia política da gestão.

A partir dos relatos de pesquisas apresentados nos ENPESS e CBAS, bem como dos dados do CadSUAS e dos relatórios de fiscalização do CRESS 6ª Região é possível inferir que, dentre os assistentes sociais trabalhadores do SUAS, estes são majoritariamente mulheres, jovens, com formação recente. Conforme já indicado, a maior presença de mulheres na profissão não é percebida apenas na política de assistência social, mas é uma característica do perfil profissional do Serviço Social. As atribuições femininas são social e culturalmente construídas, ficando como responsabilidade da mulher a reprodução social. A partir da divisão sexual do trabalho determinadas profissões, que lidam diretamente com a questão social, são compostas majoritariamente por mulheres, como é a particularidade do Serviço Social.

Mesmo com o movimento de ruptura com o Serviço Social tradicional, até os dias de hoje, ainda há a presença majoritária de mulheres na profissão, como constatado pelas pesquisas. Tal questão pode ser explicada pela permanência dos papéis tidos como femininos, naturalizando algumas profissões como femininas.

A responsabilização da mulher pela assistência e que elas ainda se constituem o maior público usuário da política, o que indica que a presença do conservadorismo permanece até hoje como uma marca da política. De acordo com Cisne (2012) a permanência dos modelos conservadores em torno dos papéis tidos como femininos, além de provocar uma sobrecarga de trabalho e responsabilidade sobre as mulheres, fazem perdurar a divisão sexual do trabalho, levando, dentre outras implicações, a naturalização de algumas profissões como femininas, acarretando a estas uma carga de subalternidade por extensão.

Quando analisamos a faixa etária dos profissionais da política de assistência social e dos assistentes sociais nela inseridos, percebemos que a média de idade entre os assistentes sociais é menor do que a média dos outros trabalhadores, sendo que um dos fatores que

apontamos para essa diferença é o aumento do número de cursos de Serviço Social no Brasil na última década.

Em relação à qualificação profissional, relatos de pesquisa apresentados nos ENPESS e CBAS nos revelam que grande parte dos profissionais pesquisados possuem um curso de pós-graduação, principalmente cursos de especialização. A partir da análise dos relatórios do SOFI, constatou-se que a maioria dos profissionais realizaram cursos de especialização em áreas que não possuem proximidade com seu espaço de trabalho, fato que pode ter ocorrido devido tanto às demandas colocadas pelo cotidiano de trabalho nos CRAS, quanto pela criação de novas possibilidades de novas inserções no mercado de trabalho, tornando-se assim profissionais “polivalentes”.

Quanto à natureza das instituições empregadoras, a partir dos relatos de pesquisa apresentados nos ENPESS e CBAS, constatou-se que, no Brasil, o Estado continua sendo o maior empregador de assistentes sociais. No entanto, a realidade encontrada no município de Juiz de Fora, pelos relatórios de fiscalização do SOFI não foi a mesma, visto que no município a maioria dos profissionais são contratados pela AMAC, instituição que apesar de atuar desde a sua criação na coordenação e execução de ações, programas e projetos na assistência social do município, juridicamente, constitui-se como uma associação civil sem fins lucrativos, mesmo com seu financiamento e direção vinculados à prefeitura municipal.

Apesar do Estado, a nível nacional, ser o maior empregador de assistentes sociais, não há correspondência de haver uma maioria com vínculo estatutário. O que se constata, em todas as fontes pesquisadas, é que a maioria dos profissionais possuem contratos temporários/precarizados, o que não difere das condições e relações de trabalho de grande parte da classe trabalhadora.

Analisando a realidade de Juiz de Fora, a partir dos relatórios do SOFI, cujos dados foram coletados em 2009, constatou-se que somente uma profissional tinha vínculo estatutário. No entanto, a partir dos dados do CadSUAS, constatou-se que nenhuma das contratações de assistentes sociais no município é feita a partir de concurso público, o que indica uma média maior do que a percebida no Estado e no país.

Tal dado vai de encontro ao proposto pela NOB-RH-SUAS, uma vez que, de acordo com a norma, o acesso à carreira ocorre a partir de concurso público, princípio este que não vem sendo respeitado em nenhuma região do país pelo que indicam os relatos de pesquisa apresentados nos ENPESS e CBAS e nem no município, a partir do constatado pelo

CadSUAS. A partir desses dados evidencia-se o quanto as lutas e a campanha proposta pelo conjunto CFESS/CRESS de realização de concursos públicos é fundamental.

Constatou-se que, em Juiz de Fora, há uma rotatividade muito grande de profissionais na política de assistência social, visto que a maioria dos profissionais foram contratados a partir de 2012. Acredita-se que tal rotatividade esteja vinculada à precarização dos vínculos de trabalho a que estes profissionais são submetidos e a baixa remuneração recebida por eles.

Ao analisar o adoecimento profissional, Santos (2010) afirma que os assistentes sociais contratados por projetos com validade de um ano relatam que, durante o primeiro semestre, conseguem levar uma vida “normal”, porém nos últimos seis meses têm a sensação que vivem um tempo ausente, não conseguindo viver o presente devido a angústia da proximidade do desemprego e ao mesmo tempo não conseguem buscar novas possibilidades profissionais. “Viver no tempo presente de forma ausente é talvez a forma mais intensa de retirar de mulheres e homens a capacidade e a possibilidade de elaborar o futuro em novas bases” (IDEM, IBIDEM, p.703).

No que concerne aos cargos de gestão, os dados dos relatos de pesquisa apresentados nos ENPESS e CBAS revelam que somente uma pequena parte dos profissionais ocupam cargos de gestão. No município de Juiz de Fora também encontramos diferenças nos dados fornecidos pelos relatórios do SOFI e pelos dados do CadSUAS. De acordo com os dados do relatório, somente dois dos profissionais pesquisados possuíam cargos de coordenação. Já de acordo com os dados do Cadastro, a maioria dos equipamentos da assistência social no município está ocupada por um assistente social.

Em relação à remuneração, percebe-se que há diferenças entre as regiões do país, sendo que o salário na região sudeste é maior do que aquelas encontradas nas regiões norte e nordeste. Constatamos que o salário recebido pelos assistentes sociais no município de Juiz de Fora é superior à média da região sudeste.

Em relação à jornada de trabalho, os relatos de pesquisa apresentados nos ENPESS e CBAS apontam que, na maior parte dos espaços sócio-ocupacionais, os assistentes sociais cumprem uma jornada de 30 horas semanais, porém ainda há espaços em que a jornada é de 40 horas. Em relação ao município de Juiz de Fora, devido à data em que os formulários foram aplicados³⁵, constatou-se que somente uma profissional cumpria jornada de 30 horas. De acordo com a fala de alguns profissionais, a partir dos relatos de pesquisa dos ENPESS e

³⁵ Em 2009 a lei nº12. 317 ainda não havia sido sancionada.

CBAS, a redução da jornada de trabalho representou uma possibilidade de inserção em outros espaços ocupacionais.

Quanto às condições de trabalho, as pesquisas apresentadas nos ENPESS e CBAS constatarem haver inadequação do espaço físico para o atendimento do Serviço Social. Um dado preocupante tratado pelo questionário do SOFI se refere à garantia do sigilo profissional, visto que a maioria das profissionais indicou que não possuem espaços de trabalho que possibilitem sua garantia. No Código de Ética do assistente social, quando trata dos direitos e responsabilidades, afirma que um direito do profissional é a inviolabilidade do local de trabalho e dos respectivos arquivos e documentação, a fim de se garantir o sigilo profissional. Já a resolução 493/2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social, afirma que os locais de trabalho devem possuir recursos que garantam a privacidade do usuário, bem como o sigilo profissional. A falta de recursos para o trabalho do assistente social, além de se constituir na violação de um direito do usuário, compromete o trabalho deste, visto que muitos profissionais indicaram que devido ao tipo de vínculo que são contratados, ficam subordinados a mandos e desmandos dos representantes dos executivos municipais.

Os programas de transferência de renda se tornaram os principais programas desenvolvidos pela política de assistência social, o que compromete o acesso de todos que dela necessitam à política social, visto que estes programas possuem como critério para ingresso apenas a parcela da população em condição de extrema pobreza.

É junto destas populações mais pauperizadas que o trabalho do assistente social se desenvolve, principalmente na política de assistência social, por estar vinculado, na maioria das vezes, aos programas de transferência de renda, definindo a permanência ou não dessas pessoas nestes programas. A demanda profissional passa a ser guiada por uma lógica de “administração da pobreza”, ou como colocado por uma assistente social participante da pesquisa de Pereira e Nicolau (2013), como uma “relatora da desgraça”, uma vez que a profissional identifica “o problema” do sujeito, porém não é capaz de ver resultado em seu trabalho, uma vez que, muitas das vezes, não há uma “rede” socioassistencial para a integralidade das ações e dos encaminhamentos. Essa falta de recursos e de resolutividade afeta as condições de trabalho do assistente social, que perdem a “credibilidade” com a população atendida.

Percebemos também que os profissionais não esclarecem para a população os limites da política - sendo que tais limites, algumas vezes, não estão claros nem para os assistentes

sociais - e não cobram do governo o cumprimento de suas responsabilidades. Nota-se, portanto, que a competência profissional é transformada em capacidade de trabalhar com escassos recursos.

A participação política dos assistentes sociais é um dos mecanismos que devem ser utilizados por eles para se organizarem e garantirem reconhecimento profissional. A partir das análises realizadas, constatou-se que um número pequeno de pesquisas³⁶ se interessou em questionar a participação política dos assistentes sociais. Dentre as pesquisas que analisaram tal questão, verificou-se que um grande número de profissionais não realiza nenhum tipo de participação em espaços político-organizativos devido, principalmente, à incredulidade dos profissionais com esses espaços. Outro fator que consideramos como sendo um dos motivos para a não participação política é a necessidade posta aos trabalhadores de se inserirem em mais de um vínculo de trabalho, o que leva os profissionais a ocuparem suas “horas livres” com outros empregos, a fim de compensar os baixos salários pagos.

Evidenciamos, dessa forma, um desinteresse de envolvimento do assistente social, tanto no âmbito das lutas relacionadas às especificidades de sua categoria profissional, referentes à condição assalariada – remuneração, condições éticas e técnicas de trabalho, fortalecimento das instâncias organizativas, acadêmicas e legais, articulação com os trabalhadores do seu ramo de atividade, por meio dos sindicatos etc.-; quanto da participação em outras instâncias de organização coletiva de interesses gerais da classe trabalhadora (DURIGUETTO, 2011, p. 148).

A inserção dos assistentes sociais por ramo de atividade data de meados da década de 1980 quando, no II Congresso da Central Única dos Trabalhadores (CUT) tirou-se essa deliberação, que foi acatada pela profissão. Tal escolha ocorreu levando-se em conta que, se o trabalho é coletivo, como parte do trabalho socialmente combinado, a luta sindical deve ser desenvolvida a partir da inserção dos trabalhadores na divisão sociotécnica do trabalho. É nessa relação direta de inserção no mundo do trabalho que são negociadas as questões trabalhistas e sindicais, nas esferas da produção e reprodução social, questões essas que não se restringem a uma categoria profissional, mas se vinculam à inserção do trabalhador nos ramos das atividades em que executam seu trabalho³⁷.

³⁶ Como explicitado anteriormente, somente uma pesquisa publicada nos anais dos ENPESS e CBAS tratou tal tema. Outros dois artigos (DURIGUETTO, 2011 e EIRAS, MOLJO e SANTOS, 2014) trouxeram informações sobre essa questão, além dos questionários aplicados pelo SOFI.

³⁷ Uma questão a ser enfrentada pelo movimento sindical é a de aglutinar no mesmo ramo todos os trabalhadores, que, independente do tipo de vínculo pelo qual são contratados, exercem as mesmas funções. De acordo com Abramides (2014) a organização sindical tem que responder às reais necessidades da classe

Os espaços onde há a maior participação dos profissionais são os conselhos de direitos, porém constata-se que a participação dos assistentes sociais nesses espaços ocorre mais por uma determinação da instituição do que por escolha dos profissionais³⁸.

A luta por melhores condições de trabalho para todos os trabalhadores e por políticas públicas universais e de qualidade vem sendo realizada pelas entidades da categoria (conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO). Desde o “Congresso da Virada” vem sendo construída uma cultura profissional que repõe e recria o sentido do projeto coletivo do Serviço Social.

Nossas entidades vêm amadurecendo e aprofundando o arsenal teórico-metodológico, ético-político e os instrumentos normativos da profissão, apreendendo questões e demandas postas no exercício profissional e criando resoluções para contribuir com a melhoria das condições de trabalho.

Além dessas ações o conjunto CFESS/CRESS vem manifestando-se claramente contra a orientação macroeconômica dos governos PT, manifestação esta realizada através da Carta de Manaus (2005), bem como insistindo na necessidade de posicionar a política de assistência social no marco efetivo da seguridade social, manifestação esta realizada na Carta de Maceió (2000).

Anualmente, em comemoração ao dia do assistente social, o conjunto CFESS/CRESS promove uma campanha para ser debatida por toda categoria profissional, com outras categorias profissionais e com os demais setores da sociedade civil. A proposta de trabalho para 2015 é “assistente social: atribuições, competências e defesa das políticas públicas”, campanha que demonstra os esforços da categoria em garantir melhorias nas políticas públicas e no reconhecimento e legitimidade da profissão.

Além disso, são publicados pelo CFESS parâmetros de atuação do trabalho do assistente social em diversos espaços e políticas, como os “Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos (as) na Política de Assistência Social”, desenvolvido em parceria com o Conselho Federal de Psicologia (CFP), a fim de nortear o trabalho dos assistentes sociais nos mais diversos espaços e políticas em que eles estão inseridos.

trabalhadora, sendo assim os sindicatos mais abrangentes, por ramo de atividade, é que possibilitam a unificação das lutas dos trabalhadores a partir da inserção dos profissionais na divisão sócio técnica do trabalho. A forma de organização sindical por ramo de atividade deve estar articulada a uma prática sindical classista e de lutas.

³⁸ Como conselheira da Seccional Juiz de Fora/CRESS 6ª Região percebemos uma baixa participação dos assistentes sociais nas comissões de trabalho desenvolvidas no Conselho, bem como nas atividades propostas por estes. Atualmente na Seccional existe cinco comissões, sendo elas: Comissão de Políticas Públicas, Defesa de Direitos e Controle Social; Comissão de Trabalho e Formação Profissional; Comissão de Apoio a Grupos Organizados (COMAGO); Comissão de Comunicação; e Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI).

É possível citar várias demonstrações de resistência e da capacidade de enfrentamento da categoria profissional, como a aprovação da “lei das 30 horas”, que foi definida após a realização de um ato público em Brasília, durante o XIII CBAS e contou com a participação de estudantes e profissionais de todo Brasil.

A inserção dos assistentes sociais na política de educação e os ENPESS e CBAS que são realizados periodicamente são também demonstrações de resistência e enfrentamento da categoria. Atualmente, está em fase de recolhimento de assinaturas uma petição para instituir o piso salarial do assistente social criada pelo CFESS para ser entregue ao Congresso.

A partir das considerações explicitadas, é possível indicar que as condições de trabalho dos assistentes sociais possuem traços de precariedade que combinam novas e antigas formas de dominação, tanto pelos impactos da reestruturação produtiva no mercado de trabalho profissional, quanto pela precarização das políticas, em especial, da centralidade da assistencialização e dos programas de transferência de renda. Porém, é necessário que fuçamos das posturas fatalistas ou messiânicas e que continuemos a forjar lutas no interior da categoria em articulação com sindicatos e movimentos sociais, a fim de fortalecermos não só a qualidade da nossa atuação profissional, mas as condições de vida e de trabalho da classe a qual pertencemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREO, A. C. et al. As novas tendências da sociedade contemporânea e o seu reatamento no mercado de trabalho do assistente social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, n. 1, p. 79-92, 1998.

AMARAL, M.; CARCANHOLO, M. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, C., OSORIO, J. e LUCE, M. (orgs.) **Padrão de Reprodução do capital: contribuições da teoria marxiana da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. e GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, Boitempo/Coleção Mundo do trabalho, 1999.

_____. **O caracol e a concha – ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2013.

BARROCO, M. L. S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, v. 106, p. 205-218, 2011.

BATISTONI, M. R. **Entre a fábrica e o sindicato: os dilemas da oposição sindical metalúrgica de São Paulo (1967-1987)**. 2001. 486 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - PUC. São Paulo. 2001.

BEHRING, E. R. Políticas Sociais no Governo Lula: uma reflexão. **Revista Inscrita**, Brasília, ano VI, n. 9, p. 10-14, 2004.

_____. **Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008a.

_____. Trabalho e Seguridade Social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In BEHRING, E. e TENÓRIO DE ALMEIDA, M.H. (orgs.) **Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas**. São Paulo: Cortez; RJ: FSS/UERJ/2008b.

BEHRING, E. e BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, I. A política de seguridade social no Brasil. In: CFESS/ ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, p. 323-338, 2009.

BOURGUIGNON, J. A. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Revista Katályses**. Florianópolis, v.10, p.46-54, 2007.

BRAZ, M. O PAC e o serviço social. Crescimento para quê e para quem? - Os 70 anos da profissão e seus desafios conjunturais. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, v. 91, p. 49-61, 2007a.

_____. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita**. Rio de Janeiro, v. X, p. 04-10, 2007b.

CASTELO, R. As encruzilhadas da América Latina e a militarização da “questão social”. **Temporalis**, ABEPSS, N°18, 2009.

CFESS (Org.). **Assistentes Sociais no Brasil. Elementos para estudo do perfil profissional**. Brasília/Maceió, CFESS-UFAL-CRESS, 2005. Edição virtual disponível em: www.cfess.org.br

CISNE, M. Resistência de classe no Brasil contemporâneo: mediações políticas para o enraizamento do Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Temporalis**. Brasília, v. único, p. 67-96, 2008.

_____. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

COSTA, L.C.S. **A assistência social e o Serviço Social na região amazônica: uma reflexão sobre a gestão da política social e as condições de trabalho dos assistentes sociais no Estado de Roraima**. In: Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistente Social/CFESS/ABEPSS/ENESSO, 2013, Águas de Lindóia/SP. CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, 2013.

CRESS. Relatório de Fiscalização rotineira. Seccional de Juiz de Fora do CRESS/6ª Região, 2009.

DAVI, J. et al. **Expansão e precarização do mercado de trabalho do assistente social: a particularidade da inserção no SUAS na Paraíba**. In: Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social/ENPESS, 2012, Juiz de Fora/MG. ABEPSS, 2012.

DELGADO, L. B. **Desemprego e precarização do trabalho do assistente social: o cenário nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro**. In: Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social/ENPESS, 2010, Rio de Janeiro/RJ. ABEPSS, 2010.

DRAIBE, S. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas, **Revista USP**, n° 17, São Paulo, 1993.

DURIGUETTO, M.L. **Sociedade Civil e Democracia: um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Política de assistência Social e Serviço Social: dilemas e desafios da intervenção profissional. **Libertas**. Juiz de Fora, v.11, n.1, p. 139-155, 2011.

DUSSEL, E. **A Produção teórica de Marx: um comentário aos Grundrisse**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

EIRAS, A. A. L. T. S.; MOLJO, C.B; SANTOS, C.M. O exercício profissional na implementação do SUAS: projeto ético político, cultura profissional e intervenção profissional. In: MOLJO, C.B e DURIGUETTO, M.L. (org.) **Sistema Único de Assistência Social, Organizações da Sociedade Civil e Serviço Social**. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.

ESPING-ANDERSEN, G. **As três economias políticas do Welfare State**. Lua Nova, nº24. São Paulo: Marco Zero/CEDEC, set. 1991.

FILGUEIRAS, L; GONÇALVES, R. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 112, p.637-671, 2012.

IAMAMOTO, M. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do Assistente Social na atualidade. In: CFESS. **Atribuições privativas do Assistente Social em Questão**. Brasília: CFESS, 2002.

_____. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Os espaços sócio ocupacionais do assistente social. In: CFESS/ ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, p. 342-375, 2009a.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS (Org.). **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 16^a Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 3^a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985.

LAURELL, A. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, A. (org.) **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**, São Paulo: Cortez, 1997.

LESSA, S. E. C et al. **O perfil do assistente social, trabalhador do SUAS, na baixada fluminense: reflexões iniciais**. In: Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistente Social/CFESS/ABEPSS/ENESSO, 2010, Brasília/DF. CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, 2010.

LUCE, M. S. A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente. In: FILHO, N. I. (org.) **Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: Ipea, 2013.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MARCONSIN, C.; FORTI, V. L. Em tempos neoliberais, o trabalho dos assistentes sociais em cena. In: SERRA, Rose (org.). **Trabalho e reprodução: enfoques e abordagens**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2001.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Capítulo LI, Livro III, v. VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980a.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Capítulos XIII e XIV, Livro III, v. IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980b.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Capítulo XXIII, Livro I, v. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980c.

_____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.

MEDEIROS, M.G. **A Intervenção do Serviço Social no Centro de Referência da Assistência Social (Cras): condições de trabalho, demandas e relação com os usuários**. In: Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social/ENPESS, 2008, São Luís/MA. ABEPSS, 2008.

_____. **Condições de Trabalho e Materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social: particularidades da Assistência Social**. In: Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social/ENPESS, 2012, Juiz de Fora/MG. ABEPSS, 2012.

MEDEIROS, M.R.; SILVA, V.R. **Assistentes sociais no SUAS: perfil e espaços socioocupacionais**. In: Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social/ENPESS, 2010, Rio de Janeiro/RJ. ABEPSS, 2010.

MONTAÑO, C.E. **A Natureza do Serviço Social. Um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MORAES, M. R. **O processo de assistencialização das políticas sociais e o Serviço Social**. 2009. 200f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – UFRJ. Rio de Janeiro. 2009.

MOTA. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: Mota, A. E. (org.) **O mito da assistência. Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Redução da Pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In MOTA, A.E. **As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010.

MOTA, A., MARANHÃO, C.; SITCOVSKY, M. As tendências da política de Assistência Social, o SUAS e a formação profissional. In. Mota, A. E. (org.) **O mito da assistência. Ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2008.

MOTA, A.E.; AMARAL, A.S.; PERUZZO, J.F. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In. Mota, A. E. (org.) **As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social**. Recife. Editora Universitária UFPE, 2010.

NETTO, J. P. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 30, p.89-102, 1989.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 50, p.87-132, 1996.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Das ameaças à crise. **Inscrita**. Rio de Janeiro, v. X, p. 37-41, 2007.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social brasileiro no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEVES, M. E. R. et al. **Relações de trabalho e condições das práticas profissionais no SUAS**. In: Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistente Social/CFESS/ABEPSS/ENESSO, 2013, Águas de Lindóia/SP. CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, 2013.

NOGUEIRA et al. **Condições do trabalho e desafios postos aos trabalhadores do SUAS**. In: Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social/ENPESS, 2012, Juiz de Fora/MG. ABEPSS, 2012.

OLIVEIRA, K.N., ANDRADE, F.M.; DURIGUETTO, M.L. **A intervenção profissional do Assistente Social no Centro de Referência de Assistência Social: possíveis indicativos de ação**. In: Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistente Social/CFESS/ABEPSS/ENESSO, 2010, Brasília/DF. CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, 2010.

OLIVEIRA, F. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. In OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Hegemonia ás avessas. **Revista Piauí**, n. 4, jan., 2007.

OSÓRIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In. FERREIRA, C., OSORIO, J. e LUCE, M. (orgs.) **Padrão de Reprodução do capital: contribuições da teoria marxiana da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PAIVA, B., ROCHA, M.; CARRARO, D. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. **Revista Ser Social**. Brasília, v.12, nº26, 2010, p.147-175.

PASTORINI, A.; GALIZIA, S. A redefinição do padrão de proteção social brasileiro. **Praia Vermelha**. Rio Janeiro, nº 14-15, 2007, p.72-103.

PEREIRA, P. A. Natureza do Serviço Social: complexidade, contradição e multideterminação. **O Social em Questão**. Rio de Janeiro, ano XI, n.19, 2008-1, p.13/30.

PEREIRA, R.M.; NICOLAU, M.C.C. **A expansão do mercado de trabalho do assistente social x precarização no exercício profissional no SUAS em NATAL-RN: uma análise das condições e relações de trabalho**. In: Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistente Social/CFESS/ABEPSS/ENESSO, 2013, Águas de Lindóia/SP. CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, 2013.

PREDES R. Serviço Social e políticas sociais: articulação histórica e necessária para compreender a profissão. In: PREDES R. (org.) **Serviço Social, políticas sociais e mercado de trabalho profissional em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007.

RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, v. 1, p. 750-772, 2010.

_____. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, v. 107, p. 420-437, 2011a.

_____. O trabalho e os trabalhadores do SUAS: o enfrentamento necessário na assistência social. In: BRASIL, MDS. **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: uma contribuição necessária**. Brasília, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011b.

RUSSO, G.; CISNE, M.; BRETTAS, T. Questão social e mediação de gênero: a marca feminina da Assistência Social. **SER Social**, Brasília, v.10, n.22, p. 129-159, jan./jun.2008.

SANTOS, J. S. Particularidades da questão social no Brasil: mediações para seu debate na era Lula da Silva. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, v. 111, p. 430-449, 2012.

SANTOS, M. B. J. O trabalho do assistente social no SUAS: relações de trabalho e competências profissionais. In. Mota, A. E. (org.) **As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social**. Recife. Editora Universitária UFPE, 2010.

SANTOS, M.T; MANFROI, V.M. Expansão e precarização: o mercado de trabalho dos assistentes sociais em Santa Catarina. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 30, p. 233-252, 2012.

SANTOS, W,G. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**, Rio de Janeiro, Ed. Campos, 1979.

SILVA, S. Contradições da Assistência Social no governo 'neodesenvolvimentista' e suas funcionalidades ao capital. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, v. 113, p. 86-105, 2013.

SILVA, V. R. et al. **Condições de trabalho do assistente social junto ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS: precarização versus materialização de direitos**. In: Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistente Social/CFESS/ABEPSS/ENESSO, 2010, Brasília/DF. CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, 2010.

SITCOVSKY, M. Particularidades da expansão da assistência social no Brasil. In. Mota, A. E. (org.) **O mito da assistência. Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Conciliações e contradições entre assistência social e trabalho: o impacto do bolsa família. In. Mota, A. E. (org.) **As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social**. Recife. Editora Universitária UFPE, 2010.

SOUZA, K.M.A. **O profissional de Serviço Social e a política de assistência social em Sergipe**. In: Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social/ENPESS, 2010, Rio de Janeiro/RJ. ABEPSS, 2010.

SOUZA, R.M. **Controle Capitalista e Reestruturação Produtiva: o programa brasileiro da qualidade e produtividade**. Maceió: EdUFAL 2011.

TIBURTINO, L. C. **Expansão e precarização do mercado de trabalho dos assistentes sociais na política de assistência social**. In: Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social/ENPESS, 2012, Juiz de Fora/MG. ABEPSS, 2012.

YACOUB, L. B. D.; RIBEIRO, L. C. Emprego, desemprego e precariedade do trabalho do Assistente Social. **Em Pauta**. Rio de Janeiro: UERJ, nº20, p.141-151, 2007.

Sites consultados:

<http://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/visualizarConsultaExterna.html>

<http://blog.mds.gov.br/redesuas/?p=474>

ANEXOS

ANEXO 01

TABULAÇÃO CONGRESSOS

Nº	EVENTO	ARTIGO	OBJETIVOS DA PESQUISA	UNIVERSO AMOSTRAL/ DATA DA PESQUISA	ITENS DE ANÁLISE TRABALHADOS ³⁹	AUTOR
I.	XI ENPESS	A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS): CONDIÇÕES DE TRABALHO, DEMANDAS E RELAÇÃO COM OS USUÁRIOS.	Investigar as condições de trabalho, as demandas e a relação com os usuários, que permeiam o cotidiano da intervenção profissional das assistentes sociais que trabalham no Centro de Referência da Assistência Social-CRAS do Alto de São Manoel na cidade do Mossoró-RN.	Assistentes sociais que trabalham CRAS do Alto de São Manoel em Mossoró-RN Data da pesquisa não informada	<ul style="list-style-type: none"> • Tipo de vínculo • Remuneração • Condições materiais de trabalho • Demandas para o Serviço Social 	Milena Gomes de Medeiros
II.	XII ENPESS	O PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SERGIPE	Analisar como esses profissionais percebem sua prática profissional, situarem as dificuldades e, quais as fragilidades postas	75 assistentes sociais, sendo um de cada município de Sergipe	<ul style="list-style-type: none"> • Condições desfavoráveis ao exercício profissional • Participação em capacitação • Remuneração à luz da NOB-RH • Jornada de trabalho 	Kátia Maria Araújo Souza

³⁹ Destaca-se que nem todos os itens de análise que foram trabalhados pelas pesquisas foram analisados. Somente foram utilizados aqueles que apresentavam relação com o objeto de nossa pesquisa.

			no trabalho pelo sistema capitalista.	2007-2009.	<ul style="list-style-type: none"> • Número de vínculos • Tipo de vínculo à luz da NOB-RH 	
III.	XII ENPESS	ASSISTENTES SOCIAIS NO SUAS: perfil e espaços socioocupacionais	Desvendar o perfil profissional e os espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais no RS	44 assistentes sociais que trabalham em municípios do Rio Grande do Sul classificados como gestão plena 2009.	<ul style="list-style-type: none"> • Gênero • Faixa etária • Período de conclusão do curso • Pós-graduação • Condições de acesso do usuário ao local de funcionamento do CRAS • Condições de trabalho do assistente social 	Mara Rosange Acosta de Medeiros, Vini Rabassa da Silva.
IV.	XIII ENPESS	CONDIÇÕES DO TRABALHO E DESAFIOS POSTOS AOS TRABALHADORES DO SUAS	Analisa as condições de inserção e de atuação dos trabalhadores do SUAS em João Pessoa/PB	Profissionais inseridos no espaço do SUAS em João Pessoa/PB Abril e maio 2012	<ul style="list-style-type: none"> • Período de conclusão do curso • Pós-graduação • Remuneração • Condições físicas das instalações • Situação dos móveis e equipamentos • Condições objetivas de trabalho • Condições subjetivas de trabalho 	Cleonice Lopes Nogueira, Márcia Emília Rodrigues Neves, Hellen Monteiro e Silva Ferreira, Jéssica Soares Dantas de Freitas, Suelen Farias Bezerra.
V.	XIII ENPESS	EXPANSÃO E PRECARIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS	Analisar, as relações de trabalho dos assistentes sociais no SUAS, considerando sua expansão nos últimos anos em	52 assistentes sociais inseridos no SUAS em João Pessoas/PB	<ul style="list-style-type: none"> • Inserção na política de assistência (gestão e execução) • Data de admissão • Tipo de vínculo 	Lidiane Cavalcante Tiburtino

		NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	conjunto ao processo de desregulamentação do trabalho dos assistentes sociais nesta política, no município de João Pessoa – PB.	2010-2011		
VI.	XIII ENPESS	EXPANSÃO E PRECARIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: a particularidade da inserção no SUAS na Paraíba	Analisar as relações de trabalho do assistente social nas referidas políticas no Estado.	96 Assistentes Sociais inseridos no SUAS em João Pessoa-PB e Campina Grande-PB Junho 2011-junho 2012	<ul style="list-style-type: none"> • Gênero • Inserção • Público alvo • Pós-graduação • Remuneração • Tipo de vínculo • Tempo de contratação • Carga horária • Número de vínculos 	Jordeana Davi, José Whellison Brito dos Santos, Maria Aparecida Nunes dos Santos, Valdízia Karen Izabela dos Santos Gomes, Yane Carla Silva dos Santos.
VII.	XIII ENPESS	Condições de Trabalho e Materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social: particularidades da Assistência Social	Investigar as determinações que incidem na configuração do atual espaço sócio ocupacional do Serviço Social no âmbito da Assistência Social em Mossoró/RN, apreendendo as condições de trabalho e a materialização do projeto ético-político profissional do Serviço Social, no	7 assistentes sociais inseridos em CRAS e CREAS no município de Mossoró/RN Data da pesquisa não informada	<ul style="list-style-type: none"> • Gênero • Faixa etária • Período de formação • Tipo de vínculo • Pós-graduação • Condições de espaço físico adequado para o atendimento • Jornada de trabalho • Remuneração • Limites institucionais • Condições de trabalho 	Milena Gomes de Medeiros

			contexto neoliberal.			
VIII.	XIII CBAS	A intervenção profissional do Assistente Social no Centro de Referência de Assistência Social: possíveis indicativos de ação	Analisar a intervenção profissional do assistente social nos CRAS em Juiz de Fora face à configuração da política de Assistência Social no contexto neoliberal e os desafios para uma intervenção profissional comprometida com os princípios do projeto ético-político da profissão	15 profissionais inseridos em CRAS no município de Juiz de fora/MG 2008-2010	<ul style="list-style-type: none"> • Tipo de vínculo • Carga horária • Compreensão sobre o Serviço Social • População usuária atendida 	Karine Noronha Oliveira, Fernanda Milagres de Andrade, Maria Lúcia Duriguetto.
IX.	XIII CBAS	CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO AO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS: precarização versus materialização de direitos	Problematizar a ação profissional do assistente social no SUAS, tendo como referência as condições de trabalho existentes, as quais dificultam o desenvolvimento de práticas emancipatórias.	15 assistentes sociais que trabalham em municípios do Rio Grande do Sul classificados como gestão plena Data da pesquisa não informada	<ul style="list-style-type: none"> • Gênero • Período de formação • Pós-graduação • Tipo de vínculo • Condições de acesso ao CRAS • Condições de trabalho 	Vini Rabassa da Silva, Mara Rosange Acosta de Medeiros, Ana Paula Nedel, Lisiane Oliveira da Silva, Marciane Maria Altenburg Schneider.
X.	XIII CBAS	O PERFIL DO ASSISTENTE SOCIAL, TRABALHADOR DO SUAS, NA BAIXADA FLUMINENSE: reflexões iniciais.	Compreender as condições de trabalho do assistente social e seu perfil socioeconômico neste espaço ocupacional que vem crescendo em termos	28% dos profissionais inseridos em CRAS na região da baixada fluminense	<ul style="list-style-type: none"> • Gênero • Faixa etária • Tempo de formação • Natureza da instituição de formação • Pós-graduação 	Simone Eliza do Carmo Lessa, Marcia Pereira de Souza, Lúcia Helena

			quantitativos, a partir de implantação do SUAS.	Data da pesquisa não informada	<ul style="list-style-type: none"> • Principal área de atuação • Carga horária • Remuneração • Projetos em execução nos CRAS • Município em que residem • Coordenação do CRAS 	Oliveira, Anderson de Carvalho Chaves, Beatriz Rosa, Mariane Pinheiro Pinto.
XI.	XIV CBAS	RELAÇÕES DE TRABALHO E CONDIÇÕES DAS PRÁTICAS PROFISSIONAIS NO SUAS	Analisa as condições de inserção e de atuação dos trabalhadores do SUAS em João Pessoa/PB	Profissionais inseridos no espaço do SUAS em João Pessoa/PB Abril e maio de 2012	<ul style="list-style-type: none"> • Período de conclusão do curso • Pós-graduação • Remuneração • Condições físicas das instalações • Situação dos móveis e equipamentos gerenciamento dos recursos humanos e organização das equipes 	Márcia Emília Rodrigues Neves, Cleonice Lopes Nogueira, Nívia Cristiane Pereira da Silva, Najara Sousa Medeiros, Suellen Farias Bezerra, Hellen Monteiro da Silva Ferreira.
XII.	XIV CBAS	A EXPANSÃO DO MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL X PRECARIZAÇÃO NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL NO SUAS EM NATAL-RN: uma análise das condições e relações de	Não indicado	Assistentes sociais inseridos nos CREAS em Natal/RN Data da pesquisa não informada	<ul style="list-style-type: none"> • Faixa etária • Tempo de graduação • Pós-graduação • Tempo de contratação • Tipo de vínculo • Experiência profissional anterior • Condições éticas e técnicas do exercício profissional 	Rosemery Medeiros Pereira, Maria Célia Correia Nicolau.

		trabalho			<ul style="list-style-type: none"> • Participa de organização sindical • Jornada de trabalho 	
XIII.	XIV CBAS	<p>A ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL NA REGIÃO AMAZÔNICA</p> <p>Uma reflexão sobre a gestão da política social e as condições de trabalho dos assistentes sociais no Estado de Roraima</p>	<p>Discutir esta temática em sua expressão concreta no Estado de Roraima</p>	<p>45 assistentes sociais inseridos na política de assistência social em Roraima</p> <p>Data da pesquisa não informada</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tipo de vínculo • Remuneração • Jornada de trabalho • Condições materiais de trabalho • Reconhecimento profissional 	<p>Leila Chagas de Souza Costa</p>
XIV.	XII ENPESS	<p>DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: o cenário nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro</p>	<p>Traçar um perfil do mercado e condições de trabalho para os jovens Assistentes Sociais graduados a partir do primeiro governo Lula da Silva (2003/2006), nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro</p>	<p>167 profissionais formados em 4 instituições de ensino (sendo duas em Minas Gerais e duas no Rio de Janeiro)</p> <p>2003-2007.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Faixa etária • Pessoas com quem residem • Porte das cidades • Oportunidades de exercer a profissão • Tempo até o primeiro emprego • Registro no CRESS • Outro curso de graduação • Formação continuada • Situação ocupacional • Origem das receitas • Dificuldades para inserção no espaço ocupacional • Tipo de vínculo • Natureza da instituição empregadora • Área de atuação 	<p>Leila Baumgratz Delgado</p>

					<ul style="list-style-type: none"> • Nomenclatura do cargo • Remuneração • Vantagens e benefícios recebidos • Jornada de trabalho • Número de vínculos 	
XV.	Não apresentado em evento	Política de assistência social e Serviço Social: dilemas e desafios da intervenção profissional	Analisar a intervenção profissional do assistente social nos CRAS, no contexto da realidade municipal de Juiz de Fora.	15 assistentes sociais que atuam em CRAS no município de Juiz de Fora 2008-2010	<ul style="list-style-type: none"> • Vínculo de trabalho • Jornada de trabalho • Nomenclatura do cargo • Possuem cargo de coordenação • Autonomia profissional • Participação política • Compreensão sobre a profissão • Conhecimentos necessários para a intervenção profissional • Relação entre SUAS e PEP da profissão • População a quem se destinam os serviços prestados • Atividades mais comuns desenvolvidas 	Maria Lúcia Duriguetto
XVI.	Não apresentado em evento	O exercício profissional na implementação do SUAS: Projeto ético político, cultura profissional e intervenção profissional	Analisar as condições sociais, políticas e culturais e da intervenção profissional do assistente social na implantação do SUAS em Juiz de Fora.	37 assistentes sociais que implementam a política de assistência social em Juiz de Fora 2008-2010	<ul style="list-style-type: none"> • Gênero • Faixa etária • Período de formação • Pós graduação • Inserção trabalhista • Natureza da instituição empregadora • Remuneração 	Alexandra Aparecida T. Seabra Eiras, Carina Berta Moljo e Cláudia Mônica dos Santos

					<ul style="list-style-type: none"> • Carga horária • Número de vínculos • Motivos para a escolha da profissão • Compreensão sobre a profissão • Relação entre SUAS e PEP • Participação política • Envolvimento das organizações populares e sociais no trabalho profissional • Aspectos do processo de implementação do SUAS em Juiz de Fora que os profissionais consideram fundamentais • Avaliação sobre o trabalho em rede • Aspectos relevantes da implementação do SUAS para o exercício profissional • Concepção de instrumentos • Atividades desenvolvidas na política de assistência social • Atribuições dos assistentes sociais nos CRAS • Instrumentos mais utilizados na intervenção • Nível de autonomia profissional 	
--	--	--	--	--	---	--